LEANDRO ANTONIO GUIRRO

INTELECTUALIDADE E IMPRENSA NEGRA PAULISTA: os casos do *Getulino* e *Progresso* (1923-1931).

ASSIS
2013

LEANDRO ANTONIO GUIRRO

INTELECTUALIDADE E IMPRENSA NEGRA PAULISTA: os casos do *Getulino* e *Progresso* (1923-1931)

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientadora: Drª. Lúcia Helena Oliveira Silva

ASSIS
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

G965i

Guirro, Leandro Antonio
Intelectualidade e imprensa negra paulista: os casos do *Getulino* e *Progresso* (1923-1931) / Leandro Antonio Guirro. Assis, 2013
132 f. : il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Drª Lúcia Helena Oliveira Silva.

1. Imprensa étnica. 2. Intelectuais e política. 3. Brasil - História - 1923 – 1931. 4. Guedes, Lino, 1897 – 1951. I. Título.

CDD 301.445
981.05

LEANDRO ANTONIO GUIRRO

INTELECTUALIDADE E IMPRENSA NEGRA PAULISTA: os casos do *Getulino* e *Progresso* (1923-1931)

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Data de Aprovação: _____/_____/_____

Banca Examinadora

_____
Presidente: Drª. Lucia Helena Oliveira Silva – Unesp/Assis

_____

Drº. Florisvaldo de Paulo Ribeiro Júnior. – UFU/Uberlândia

_____
Drº.Áureo Busetto - Unesp/Assis

_____
Suplente 1: Drº. Wilton Carlos Lima da Silva - Unesp/Assis

_____
Suplente 2: Drª. Regina Xavier – UFRGS / Porto Alegre

Ao meu querido pai (in memorian), por ter acreditado que seria possível prosseguir mesmo em momentos nos quais reinavam a desconfiança e a amargura.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa fácil. Não pelo ato em si, cuja oportunidade me causa grande satisfação, mas pela preocupação em não deixar para trás alguém que contribuiu de qualquer forma para a realização desse trabalho. Portanto, começo me desculpando pelas eventuais ausências. Se acontecerem, certamente serão fruto de um esquecimento momentâneo, pois sei que carregarei comigo as lembranças de tudo o que fez parte dessa etapa da minha vida profissional e particular.

Vamos, então, para as lembranças permitidas pela minha memória neste momento. Agradeço à Instituição UNESP de maneira geral pela estrutura material proporcionada a seus alunos. Os funcionários da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, em especial, merecem serem lembrados. Indiferente da seção em que trabalham ou cargo que ocupam, sempre me trataram com profissionalismo e atenção.

Aos professores do departamento de História, meu muito obrigado. Tanto nos cursos oferecidos na graduação quanto na pós, proporcionaram discussões e ensinamentos que contribuíam para o meu desenvolvimento intelectual. À professora Lúcia Helena Oliveira Silva, agradeço pela competência com que me orientou desde a iniciação científica. Já para a amiga Lúcia Helena, minha gratidão é por ter sido paciente e cuidadosa ao aconselhar uma pessoa que sempre quis seguir em frente, mas, por muitas vezes, não soube como.

Pedro, Elielson, Naômi, Joilson, Wagner (Mineiro), Vinícius, Fernanda, Gustavo, Katrine, Gustavo (B2) e Rafael, foram pessoas que transformaram minha estadia em Assis mais fácil e prazerosa. Juntos, nos divertimos, reclamamos da vida, compartilhamos alegrias e tristezas. Jamais serão esquecidos. Assim como não esquecerei a benevolência com que Leonardo (Liverpool) abriu as portas de sua casa para mim em um momento de extrema dificuldade. Caros amigos, valeu. Eu devo muito a vocês.

Não posso deixar de mencionar a Faculdade de Presidente Venceslau. Ali, encontrei trabalho, chance de crescer profissionalmente. Mas não foi só isso. Descobri, também, o prazer de compartilhar um ofício com pessoas que encaram a educação com empenho e seriedade, mas sem cair no marasmo e na soberba. Percebi rapidamente que a maioria de nós veio do mesmo lugar, já que cursamos História em Assis. O mais interessante, contudo, é que também partilhamos do anseio de ir além de onde estamos, de crescer, de evoluir sempre. Temos objetivos em comum que fazem com que o nosso ponto de chegada seja o mesmo. Thiago, André, Léo, João, Dani, Gláucia, Eduardo, Anderson, vocês são espelhos para mim.

Apareceram na minha vida durante a redação do mestrado e me despertaram para questões para as quais eu ainda não tinha olhado atentamente. As conversas durante os intervalos de nossas aulas, nas idas e vindas do trabalho e nos momento de confraternização foram muito valiosas.

Durante a pós-graduação também conheci outra pessoa muito especial, aquela que hoje é minha esposa, amiga, companheira fiel. Andréia (Pitchu), todas as palavras que eu possa proferir são pouco para expressar o quanto você é valiosa para mim. Agradeço pela dedicação e amor com que sempre me tratou. Peço perdão pelos momentos em que tive de me ausentar para conseguir cumprir prazos e obrigações.

Por último, quero lembrar de uma figura que passou pela minha vida durante a adolescência: o professor Fábio Torre. Suas aulas me despertaram para a história. Recordo perfeitamente de seu entusiasmo, quando soube que eu escolhi para mim a carreira que você executa tão bem. Nunca me esqueci do seu conselho: “se quer fazer esse curso, faça, mas bata asas, voe alto”. Pois bem, caro professor, o que segue a partir de agora são as primeiras batidas de minhas asas, meu primeiro voo rumo ao infinito. Quão alto conseguirei voar, só o tempo dirá.

A vida não é só daqui para frente, tem tudo o que ficou atrás (Ignácio de Loyola Brandão).

GUIRRO, L.A. **INTELECTUALIDADE E IMPRENSA NEGRA PAULISTA: os casos do *Getulino* e *Progresso*.** 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

RESUMO

O trabalho tem como objetos de estudo os jornais *Getulino* e *Progresso,* dois exemplares da imprensa negra paulista fundados respectivamente nas cidades de Campinas e São Paulo, no transcorrer da década de 1920. O objetivo principal é analisar a participação da intelectualidade ligada a esses periódicos nas discussões vigentes no período e na construção de uma representação capaz de contribuir para a inserção social dos negros no pós-abolição brasileiro. Almeja-se, também, compreender a interação desses indivíduos com a conjuntura político-social formada durante o final do século XIX e início do XX e analisar as formas de abordagem e intervenção em relação aos leitores elaboradas pelos redatores e colaboradores dos jornais.

Palavras-chave: Imprensa Negra; Intelectualidade Negra; Lino Guedes; Pós-abolição

GUIRRO, LA. **INTELLECTUALITY AND BLACK PRESS OF THE STATE OF SÃO PAULO**: cases of *Getulino* and *Progresso*. 2013. 132 f. Dissertation (MA in History). - College of Letters and Science, State University of São Paulo, Assis, 2013.

ABSTRACT

This work aims to study the newspapers *Getulino* and *Progresso,* which are part of the black press of state of São Paulo, founded, respectively in Campinas and São Paulo, in the 1920s. This dissertation aims to analyze the intellectuals' participation linked to these periodicals in the current discussions at that time and in the construction of a representation which can contribute to social inclusion of black people in the post-abolition era. This work also aims to understand these people's interaction with the political-social fabric formed during the late XIX and early XX, apart from analyzing the forms of approach and intervention related to readers elaborated by editors and collaborator of the newspapers.

Key words: Black Press; Black Intellectuality; Lino Guedes; Post-abolition

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Página inicial do *Getulino* (05/08/ 1923). 46

Figura 2- Foto de Lino Guedes publicada no *Getulino* (13/01/1924)..... 47

Figura 3 – Anúncios comerciais presentes no *Getulino* (05/08/1923)..... 49

Figura 4 – Retrato de Luiz Gama na página inicial do *Progresso* (19/08/1928) 55

Figura 5 - Cupom para inscrição no concurso de beleza promovido pelo *Getulino* (13/05/1926) 112

Figura 6 – Cupom para inscrição no concurso de beleza promovido pelo *Progresso* (07/02/1929) 112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as áreas de inter-relação social em que a cor ou raça influencia a vida das pessoas no Brasil - 2008..... 22

Tabela 2 – Evolução das populações de São Paulo – 1872-1920..... 60

Tabela 3 – Índices de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades (1890-1920) 73

Tabela 4 – Relação entre as categorias de cor dos réus. Campinas (1880-1930)..... 102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
CEDAP	Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (UNESP/ASSIS)
FNB	Frente Negra Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IGHSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
TEN	Teatro Experimental do Negro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2 CIÊNCIA, POLÍTICA E IMPRENSA NEGRA : UMA RELAÇÃO ÍNTIMA E COMPLEXA. 23

2.1 SOMOS O QUE PODEMOS SER: OS DEBATES REFERENTES À MISCIGENAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE. 23

2.2 IMPRENSA NEGRA: MAIS QUE JORNAL, UM MOVIMENTO SOCIAL. 37

2.3 *GETULINO* E *PROGRESSO*: OS HOMENS E AS ESTRUTURAS POR TRÁS DAS FOLHAS. 45

3 PERTO, MAS NEM TANTO: AS DISCUSSÕES DA IMPRENSA NEGRA EM RELAÇÃO A TRABALHO E EDUCAÇÃO. 57

3.1 AS PROBLEMÁTICAS DO NEGRO DIANTE DO MERCADO DE TRABALHO PAULISTA. 57

3.2 EDUCAÇÃO: UMA SOLUÇÃO PARA TODOS OS MALES. 72

4 COMO SER E AGIR: AS ORIENTAÇÕES COMPORTAMENTAIS DISSEMINADAS PELA IMPRENSA NEGRA. 85

4.1 PATRIOTA E REPUBLICANO, COM ORGULHO. 85

4.2 CIDADÃO BRASILEIRO: HOMEM, HONESTO E TRABALHADOR. MULHER, RECATADA E DEDICADA À FAMÍLIA. 90

4.3 CONCORDAR COM O QUE LHE DESQUALIFICA?: AS RELAÇÕES ENTRE A INTELECTUALIDADE NEGRA PAULISTA E OS IDEAIS DE BRANQUEAMENTO E REFORMULAÇÃO SOCIAL. 107

4.4 SOMOS O QUE QUEREMOS SER?: AS POSSIBILIDADES DE INTERAÇÃO DO GETULINO E PROGRESSO COM A POPULAÇÃO NEGRA. 114

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 118

REFERÊNCIAS 122

1 INTRODUÇÃO

Instituída por mais de trezentos anos, a escravidão de pessoas trazidas do continente africano para trabalhar no Brasil é um dos fatores de destaque da história nacional. Por ocasionar transformações que muitas vezes ainda influenciam o cenário político, social e cultural, o trabalho servil é constantemente recapitulado por teóricos que se dedicam à árdua tarefa de "entender" o país.

Várias opiniões e conceitos são elaborados sobre o tema. Suas peculiaridades são discutidas não apenas pela História, mas também por outras áreas do conhecimento humano, como a Antropologia, Sociologia e Economia, tamanha a complexidade e possibilidade de questionamentos inerentes ao campo.

No entanto, se a escravidão brasileira costumeiramente causa ebulição no terreno intelectual, sendo objeto de trabalho de professores e estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação do Brasil e do exterior, há um tópico intrinsecamente ligado a ela que cada vez mais desperta o interesse dos estudiosos: o fim do regime escravista ou, melhor dizendo, o período pós-abolição de nossa história.

Campo de pesquisa relegado por muito tempo, o período pós-abolição carece de maior especialização em relação ao conhecimento relativamente maior sobre os escravizados (suas experiências e relações com o mundo que os cercava) do que a respeito da consolidação desses indivíduos e de seus descendentes na sociedade livre e republicana. Aliás, o despertar em si do interesse por essas questões é fruto de novos olhares lançados sobre a própria escravidão. De acordo com Rios e Mattos (2005), a revisão historiográfica gerada pelo desenvolvimento da história social da escravatura, incrementada na segunda metade dos anos 1970, instigou, também, a elaboração de outros enfoques para o pós-abolição. A consideração e investigação das organizações econômicas, sociais e familiares dos escravizados ganharam espaço. Estes passaram a ser entendidos como seres ativos e não como simples mercadoria inoperante, concepção segundo a qual se desenvolveram debates propostos por Costa (1987), Lara (1988), Chalhoub (1990), dentre outros.

As autoras argumentam que a "massa de conhecimento acumulado sobre os diversos aspectos da escravidão moderna nas Américas", antes analisados essencialmente sob o prisma econômico, possibilitou "uma abordagem das sociedades pós-emancipação mais centrada na experiência dos libertos, no estudo de suas aspirações e de suas atitudes em face do processo emancipacionista e dos novos contextos sociais por eles produzidos" (RIOS; MATTTOS,

2005, p. 26). A expansão dos paradigmas sobre o regime escravista substanciou novas possibilidades de abordagem sobre a liberdade dos antigos escravizados.

Rios e Mattos afirmam que os examinadores do período pós-emancipação enfrentam um problema que ainda persiste: as fontes documentais. Segundo as historiadoras, a pesquisa da temática é dificultada pela relativa ausência de documentais oficiais que permitam identificar os negros egressos da escravidão. O problema deve-se a progressiva interrupção, desde meados do século XIX, do ato de mencionar a cor dos indivíduos nos registros civis da população brasileira. Tomando suas próprias palavras,

> Processos cíveis e criminais, registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, na maioria dos casos, não fazem menção da cor e, mesmo nos registros civis, instituídos em 1888, onde citar a cor era legalmente obrigatório, em muitos casos, ela se faz ausente (RIOS; MATTOS, 2005 p. 19).

Por outro lado, tal obstáculo compartilhado pelos pesquisadores motivou a investigação por novos materiais que viabilizassem a procura de respostas para suas indagações. A utilização de depoimentos orais, fotografias, plantas arquitetônicas, processos criminais, literatura, dentre outros, tornou possível o caminhar dos estudos na área. Outra alternativa foi encontrada em textos redigidos pelos próprios ex-escravizados ou de suas gerações subsequentes. Uma destas fontes é a imprensa negra, ou seja, periódicos produzidos por membros da própria comunidade.

Por imprensa negra entende-se os jornais escritos pelos negros, onde se encontram registradas suas experiências e ideias sobre a sociedade em que viviam. Normalmente compostos por poucas páginas, configurados em folhetim e de circulação restrita em função da dificuldade de angariar investimentos para mantê-los ativos, os exemplares desse tipo específico de publicação não visavam fundamentalmente o lucro. Pelo contrário, lutavam pela sobrevivência.

Em plena transição do século XIX para o XX, em que os jornais de maior porte atravessavam um processo de substituição dos antigos prelos para produção em massa, objetivando a ampliação da distribuição e o consecutivo acúmulo de divisas, a imprensa negra, ao menos inicialmente, tinha pretensões muito mais contidas. Sua causa principal era formar um canal de diálogo entre a comunidade, capaz de abordar seu cotidiano, onde os negros pudessem se reconhecer, principalmente pelo fato dessas pessoas costumeiramente não serem lembradas pelos órgãos da chamada “grande imprensa”, exceções feitas nos relatos de casos policiais.

A dianteira da construção dos jornais negros foi tomada por elementos identificados como membros de uma elite intelectual negra. Alguns equívocos sobre esse conceito podem ocorrer. A explicação de Skidmore (1976, p.60) é muito apropriada para evitar que esses enganos aconteçam. Segundo ele, a elite intelectual negra seria um grupo composto por indivíduos que, formalmente ou não, obtiveram acesso a estudos e, que por vezes alcançaram posições de certo prestígio social desde os tempos da escravidão, tais como escritores, músicos, advogados, dentre outros. Silva (1990, p. 103) lembra que essa "elite negra" geralmente exercia alguma atividade no funcionalismo público, na área militar ou setor de prestação de serviços (motoristas particulares ou empregadas domésticas), mas atuava fundamentalmente em funções liberais como jornalistas, técnicos de nível médio, professores, artistas, entre outras atividades.

O determinante para que esses indivíduos sejam reconhecidos como elite intelectual é o fato de desfrutarem de nível instrucional considerável em relação aos demais, notando-se, principalmente, os elevados índices de negros analfabetos registrados nos censos demográficos da época. Os aspectos econômicos são relativizados, tendo em vista que a maioria deles aparentava ter uma vida simples e de pouca riqueza. Assim, não podemos considerá-los "uma elite no sentido socioeconômico, como empregamos para a burguesia cafeeira, pois não eram detentores dos meios de produção" (SILVA, 1990, p. 103). A distinção intelectual, em suma, é que os define como elite neste caso.

O número de pesquisas históricas envolvendo a imprensa negra cresceu substancialmente na última década. Entretanto, o interesse pela área é mais antigo. Pioneiro no assunto, Bastide (1951) traçou um panorama sobre as atividades da imprensa negra paulista ainda no início da segunda metade do século passado. Vinte e quatro anos depois, Ferrara (1986) retomou a discussão, travando um extenso diálogo com Bastide e propondo, inclusive, novos limites cronológicos sobre o desenvolvimento dos periódicos negros no estado de São Paulo[1]. As duas obras consolidaram-se como referências imprescindíveis por serem embasadas em primordiais trabalhos de pesquisa que revelaram a existência de muitos títulos desconhecidos e de acessibilidade complicada. Apesar de apresentarem divergências, comuns ao ofício historiográfico, foram capazes de indagar a imprensa negra como um fenômeno extenso e complexo, analisando-a de forma articulada com a dinâmica social

[1] Florestan Fernandes também pesquisou a imprensa negra. Todavia, o autor não foi inserido na relação de pesquisas aqui produzida por considerar que os jornais não ofereciam a possibilidade obtenção de informações conclusivas sobre os acontecimentos envolvendo os negros (FERNANDES, 1965, v. 1, p.141). Por outro lado, como lembrado por Domingues (2008, p. 22), o sociólogo fez uso frequente de exemplares da imprensa negra como fonte histórica, principalmente no primeiro volume de sua obra, demonstrando uma aparente contradição.

brasileira. Durante a década de 1980 também foi concretizada outra obra que explorou a temática de um jeito diferenciado para a época. Motta (1986) lançou as bases para a compreensão da imprensa negra como um dos componentes da imprensa alternativa existente desde os anos finais do século XIX, cujos jornais operários e anarquistas são exemplos que adquiriram maior projeção.

Esses trabalhos[2] serviram de balizas para uma série de novas pesquisas. Moura (1988) fez um balanço dos periódicos da imprensa negra e concluiu que eles puderam demonstrar as reivindicações e desejos dos seus escritores, bem como a existência de discriminações étnico-raciais no ínterim das relações sociais brasileiras que deveriam ser analisadas além de fatores econômicos. Silva (1990), por sua vez, focou-se em compreender os significados da cidadania vivenciada por negros paulistanos no início do século XX. Para isso, utilizou os jornais *O Kosmos, O Clarim da alvorada* e *A Voz da Raça.*

O envolvimento da imprensa negra com o movimento negro de São Paulo foi o assunto levantado por Pinto (1993), obra na qual a autora observou o emprego dos jornais na busca de homogeneidade de pensamento e mobilização. Outro trabalho que desenvolveu a perspectiva de entendimento dos periódicos como ferramenta de protesto foi o realizado por Cardoso (1993), cuja proposta foi analisar as formas de contribuição das folhas para a consolidação do movimento negro organizado.

Mobilização também foi um dos enfoques principais do estudo de Balcão (1998), que tratou especificamente da estadia dos negros em espaço citadino e levantou questões envolvendo condições dos lares, segregação espacial e construção da sociabilidade do grupo. Já Garcia (1999), centralizou-se nas formulações discursivas da imprensa negra e afirmou que esta foi responsável por inaugurar a ideia de modernidade em meio à comunidade negra. Ainda na década de 1990 foi concluída a dissertação defendida por Mello (1999), que abordou o caráter integracionista dos jornais e a edificação da identidade nacional dos negros brasileiros frente aos estrangeiros, especialmente no que se refere aos imigrantes europeus.

O prosseguimento dos estudos acompanhou a virada do século. A tentativa de adequação dos negros a padrões de beleza europeus como estratégia de inserção social foi o tema basilar do trabalho realizado por Lopes (2001). Santos (2007) discutiu a importância que a imprensa negra reservou à educação, considerada, então, a principal responsável pela preparação necessária para o exercício da cidadania. Resistência direta e indireta foram

[2] Ao esquematizar o levantamento sobre a historiografia direcionada à imprensa negra, corre-se o risco de equivocamente não mencionar determinada obra em razão do grande volume de materiais existentes. É preciso esclarecer que o quadro formulado não tem a pretensão de ser completo ou unânime, mas oferecer uma breve visualização sobre o percurso dos estudos produzidos na área.

tópicos que emergiram do doutoramento de Marques (2008), que se debruçou sobre o periódico *Getulino*, também analisado neste trabalho.

Todos esses estudos mencionados tiveram recortes temporais que se concentraram no século XX, fato que tornou a pesquisa de Pinto (2006) diferenciada por buscar a gênese da imprensa negra no período escravagista, século XIX, e identificar o perfil de jornais e redatores que já faziam uso da palavra impressa antes do término do escravismo.

A consolidação do campo na historiografia brasileira permitiu que algumas revisões fossem produzidas. Domingues (2008) dedicou um capítulo à imprensa negra, reinterpretando dados já abordados por outros autores e realçando os periódicos como marco importante da organização negra no período pós-abolição. Na linha de estudos amplos que abrangem vários títulos e longa periodização, as observações de Carvalho (2009) sobre os jornais da capital e do interior de São Paulo são as mais recentes.

Houve, também, publicações que não se restringiram à região sudeste do país. O doutoramento de Santos (2011) foi uma delas. A tese examinou determinados exemplares da imprensa negra do estado de Rio Grande do Sul e interpretou-os como um meio de comunicação que colaborou com o processo de inserção e mobilidade social dos jornalistas ligados aos órgãos.

Muitos foram os títulos pesquisados nessas obras. Particularmente para a realização deste estudo são utilizados os exemplares de dois jornais da imprensa negra paulista. Da cidade de Campinas, interior do estado, o semanário chamado *Getulino*, publicado entre 1923 e 1926. De São Paulo, capital, a folha conhecida como *Progresso*, que circulou de 1928 a 1931. A opção por estas coleções de periódicos justifica-se, primeiramente, pelo tempo de existência que os jornais tiveram, relativamente longo quando comparado com outros periódicos, de vida efêmera e descontínua. A temporada mais duradoura e contínua das publicações contribui para a observação mais detalhada dos objetivos dos jornais e das ferramentas utilizadas pelas editorações para interagir junto ao público leitor.

Além disso, a opção de pesquisa foi pautada também pela atuação de colaboradores em comum nas duas folhas, especialmente o jornalista e poeta Lino Guedes, que esteve à frente da editoração do *Getulino* e, posteriormente, do *Progresso*. A abordagem conjunta proporciona o acúmulo de mais elementos para examinar o trabalho de Guedes, bem como dos demais membros da produção dos jornais em questão. Levando em consideração que o espaço temporal contemplado pelas publicações permeia aproximadamente uma década, considera-se que o estudo do material escolhido possibilita a análise das possíveis rupturas e permanências nos pensamentos dos envolvidos nos impressos.

Explicitados os motivos que levaram a escolha dos dois órgãos da imprensa negra que subsidiam a realização da pesquisa, faz-se necessário esclarecer que os discursos contidos nos textos encontrados não são abordados como mera junção de dizeres que dão forma a uma publicação. Pelo contrário, são tratados como possuidores de ideologias e objetivos por parte de quem os escreveram. A abordagem diante dos jornais é a defendida por Capelato e Prado segundo a qual a imprensa não deve ser considerada um transmissor de informações neutro e imparcial. No entendimento das autoras, a escolha de jornais para a realização de trabalhos na área de História deve considerar "a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social" (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19).

Esta ótica faz dos jornais fonte de pesquisa histórica. Contudo as possibilidades não se encerram precipitadamente. A perspectiva da utilização da imprensa como objeto de estudo mostra-se igualmente enriquecedora e complementar a mencionada acima, fazendo parte das intenções metodológicas que norteiam a realização dessa obra. Os escritos de uma folha podem não ser compreendidos em sua totalidade caso não sejam averiguadas questões que giram ao seu entorno, como materialidade utilizada e difusão alcançada pelo periódico em que estão contidos ou posição social ocupada por seus produtores. Baseando-se nas orientações de Luca, busca-se desenvolver "um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delineia uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica inseridos na crítica competente" (LUCA, 2008, p 141).

Deste modo, entender as propostas de intervenção social organizadas pelas lideranças ligadas aos periódicos e as formas que utilizaram para torná-las viáveis é a preocupação central que guia a execução do trabalho. Não obstante, buscar elementos que permitam a identificação do público leitor e a recepção que tiveram diante das iniciativas recomendadas pelos jornais é uma tarefa que não está deixada de lado.

A dissertação é composta por três capítulos. No primeiro, são abordadas as primeiras décadas do período pós-abolição brasileiro e o desenvolvimento da imprensa negra, em especial a paulista, baseado em discussão bibliográfica de autores especializados nos assuntos. Os dois jornais são apresentados pormenorizadamente em seus aspectos estruturais e ideológicos.

Após a familiarização com o período histórico e o universo das publicações, a pesquisa é direcionada para o conteúdo das folhas. Inicialmente as investigações centram-se

no relato dos negros a respeito do olhar que os outros tinham deles. No segundo capítulo, são tratadas as dificuldades de inserção e manutenção do grupo no sistema escolar e no mercado de trabalho em razão da existência de estereótipos atrelados a eles e utilizados por outros grupos étnico-sociais como justificativa para a construção de barreiras, formais ou não. Entendemos que tais empecilhos dificultaram o exercício pleno da liberdade teoricamente adquirida pelo fim da escravidão e a condecoração com o título de cidadão brasileiro, mas que também proporcionaram momentos privilegiados de embates de discursos e de experiências nos campos social e trabalhista.

O terceiro capítulo aborda as mensagens diretas dos componentes dos jornais para a comunidade. Indicações sobre formas de se comportar em público ou em âmbito privado e as possíveis intenções dos periódicos em tomar tais medidas é o foco das discussões traçadas nesse espaço. Algumas considerações sobre as dimensões alcançadas pelos jornais junto à população também são tecidas na tentativa de compreender melhor a capacidade de persuasão e aglutinação dos órgãos.

Aspectos estruturais à parte, é válido refletir sobre o posicionamento do trabalho mediante o desenrolar dos estudos da temática negra no campo historiográfico brasileiro. Para isso, algumas considerações de Domingues devem ser lembradas,

> O debate sobre temas ligados ao mundo dos afrodescendentes no pós-abolição tem sido uma das lacunas da historiografia. Para o senso comum, a trajetória do negro no Brasil se confunde com a história do sistema escravista. Com o fim da escravidão fecham-se as cortinas do cenário historiográfico para os ex-escravos. Neste instante, suas experiências e vivências ficam diluídas na categoria povo ou classe social, chegando a ponto de alguns desavisados pensarem que os negros abandonaram a condição de uma história específica.
>
> Abolindo-se a escravidão, o foco das atenções desloca-se diametralmente. Em vez do negro, os novos personagens privilegiados pela historiografia paulista são os imigrantes, operários, anarquistas, ou temas como industrialização, urbanização, modernização, oligarquia cafeeira. Se prestarmos minimamente atenção, verificamos que o não-branco foi esquecido da história da primeira República (1889-1930), com raras exceções, que servem para confirmar a regra (DOMINGUES, 2005, p. 22).

Colaborar para a composição da "história específica" dos negros após o fim da escravidão, referida por Domingues, é um dos propósitos que guia o estudo. Todavia, acredita-se que tal finalidade deve ser pautada pela consideração de que essa história particular não está solta no tempo e no espaço e que as possíveis intersecções com outros assuntos, como imigração, industrialização e urbanização, tornam-se indispensáveis para o

incremento de problemáticas derivadas de questões aparentemente restritas ao grupo mencionado.

Deste modo, os antigos escravizados e seus descendentes estudados por meio de sua própria imprensa, são tomados como um dos componentes do complexo quadro da história brasileira do final do século XIX e início do XX, formado não só por fatores interétnicos, mas também pelos de cunho político, social e econômico. Personagens esses cuja trajetória certamente foi marcada pela influência da escravidão, mas não restrita a ela.

Como sugere Mattos (1993) no título de seu livro, almeja-se ao fim das páginas que seguem contribuir para o desenvolvimento da historiografia que se debruça aos "significados da liberdade" adquirida por muitos após a extinção do cativeiro no Brasil, ao menos no que diz respeito às suas linhas constitucionais.

A recente pesquisa publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[3] leva a crer que os debates entorno da temática no Brasil ainda não podem ser encerrados. De acordo com os índices levantados pela instituição (Tabela 1), em torno de 63% da população entrevistada afirma sentir influência da cor da pele nos mais variados segmentos da vida cotidiana. Ser reconhecido como branco, negro, preto, moreno, amarelo ou qualquer outra das várias classificações encontradas nos formulários distribuídos para essas pessoas significa mais do que definir caracteres biofísicos e estéticos. A maioria dos inquiridos acredita que fatores étnico-raciais permeiam as relações sociais e podem até agir como determinantes para obtenção de benefícios ou surgimento de contratempos.

Aspectos importantes para o desenvolvimento da população como emprego, educação, convívio social e relacionamento com a polícia e justiça, por exemplo, são os pontos em que os que se consideram negros ou pretos[4] afirmaram se sentirem mais prejudicados por causa da tonalidade da epiderme.

Se à primeira vista o quadro é alarmante por corroborar que o Brasil possui formas ocultas ou camufladas de diferenciação populacional, por outro lado, permite concluir que as relações étnico-raciais brasileiras e seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais ainda carecem de maior atenção e que discussões a esse respeito devem ser revitalizadas. Contribuir para que isso aconteça é o escopo cardeal que guia a execução do presente trabalho.

---

[3] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça em 2008**. Rio de Janeiro, 2011.

[4] "Negro" é um termo que possui respaldo científico e definido por particularidades étnicas específicas, ao passo que "preto" se refere a uma nomenclatura cunhada popularmente e frequentemente utilizada de forma pejorativa na atualidade.

Tabela 1- Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as áreas de inter-relação social em que a cor ou raça influencia a vida das pessoas no Brasil - 2008

ÁREA DE INTER-RELAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR COR OU RAÇA (%)							
	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela	Indígena	Outras
Casamento	37,8	37,2	38,4	44,1	42,3	40,2	38,9	40,9
Trabalho	69,1	66,7	78,5	82,6	76,0	66,6	64,7	67,0
Escola	56,4	56,3	67,8	70,8	60,3	60,1	69,7	59,7
Atendimento à saúde	42,2	45,4	45,5	49,0	48,3	40,8	50,4	48,9
Repartições públicas	48,7	50,0	57,2	60,0	60,6	50,6	58,6	54,0
Convívio social	65,3	59,6	71,1	71,4	60,9	62,3	63,0	63,1
Relação com justiça/polícia	69,3	61,4	73,3	76,0	67,8	72,9	59,0	64,2
Outra	2,5	1,1	2,4	2,3	3,1	0,5	4,2	2,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População, 2008.

2 CIÊNCIA, POLÍTICA E IMPRENSA NEGRA : UMA RELAÇÃO ÍNTIMA E COMPLEXA.

> *De Fato, a lei 13 de maio nada concedeu ao elemento negro, além do status de homem livre. O processo de transformação real dos antigos escravos e dos seus descendentes, em cidadãos, iria começar então, descrevendo uma trajetória que não foi, nem poderia ser, modelada por medidas de caráter legal.*
>
> *(Roger Bastide)*

O presente capítulo tem como objetivo a apresentação de algumas considerações sobre acontecimentos com os quais o Brasil estava envolto na virada do século XIX para o XX, a fim de elucidar com maior propriedade a existência e funcionamento da imprensa negra paulista que circulou durante a época. Para tanto, retoma discussões sobre fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que aqueceram os debates entre intelectuais brasileiros e influenciaram diretamente os rumos que o país tomou desde então.

Tal qual o título sugere, aborda a imprensa negra de modo interligado com questões provenientes da abolição da escravidão, proclamação da república, imigração de trabalhadores estrangeiros e apropriação de preceitos científicos formulados no velho continente.

2.1 SOMOS O QUE PODEMOS SER: OS DEBATES REFERENTES À MISCIGENAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE.

O Brasil costumeiramente é lembrado como um país multifacetado, pluralizado. Sua variedade social e cultural é destacada por muitos filhos da terra e também por estrangeiros que aqui aportam. A ideia de um mosaico formado pelo conjunto de vários componentes pode gerar a imagem de uma nação acolhedora, que faz da sua diversidade sinônimo de complacência.

Contudo, um pequeno retorno na história brasileira mostra que a diversidade étnica já causou discórdias acirradas. A virada do século XIX para o XX marca um período no qual as discussões raciais se tornaram assunto de Estado e influenciaram mudanças significativas na organização do país. O crescimento da imprensa negra nesse momento aconteceu em grande parte, como consequência dos debates traçados envolvendo política, ciência e composição étnica. O fim da escravidão e a proclamação da República levaram à necessidade de

adequação a novas situações, valores e objetivos. Muitos dos jornais negros confeccionados neste período ganharam vida sob o intuito principal de participar do processo de ajustes às mudanças políticas, econômicas e sociais que esses eventos desencadearam no Brasil.

A exaltação da heterogeneidade brasileira não é novidade na história do país a ponto de ser considerada uma das suas características principais. Tal discurso remete aos longínquos tempos coloniais em que o jugo da metrópole portuguesa deu início à aglutinação de povos de diferentes origens. Europeus e indígenas, nem sempre diante de situações propícias e amistosas, passaram a conviver entre si e com africanos capturados do outro lado do Oceano Atlântico para atuar como principal força de trabalho no sistema escravista que se consolidou como um notável sustentáculo econômico por mais de trezentos anos.

Os tempos imperiais, assim como o período colonial, foram marcados por visitas frequentes de vários viajantes estrangeiros que repetidas vezes se entusiasmaram com a magnitude da fauna e da flora brasileira e com a singularidade da população. Os fenótipos negros e indígenas causaram surpresa em muitos que não os conheciam anteriormente. Inúmeros são os relatos e pinturas que registram os hábitos dos autóctones e dos africanos e vislumbram as propriedades culturais desses povos.

A época imperial também contemplou o momento em que a mistura étnica começou a ser pensada oficialmente como quesito da identidade nacional. Ela ditou as linhas mestras do projeto de construção da primeira obra oficial sobre a história do Brasil, escrita por Von Martius e publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1845. Na monografia intitulada “Como se deve escrever a história do Brasil”, o autor exalta que a identidade brasileira deveria ser buscada naquilo que o país tinha de mais extraordinário, ou seja, a “mescla de raças”, levando-se em consideração que os portugueses seriam incumbidos de exercer um papel de tutela em relação aos indígenas e africanos, que ainda enfrentavam um estágio de infantilidade (REIS, 2006, p.28).

A confecção da obra fez parte de um plano maior da coroa brasileira que visou a construção de uma identidade nacional para o país recém-liberto da possessão metropolitana. A escrita de uma história própria auxiliou na legitimação do país e na aglutinação da população em torno do novo governo. O trabalho de Von Martius cooperou para o surgimento da ideia de nacionalidade brasileira ao ser internalizado pelas elites e pelo povo brasileiro em geral (REIS, 2006, p.27).

Porém, falar sobre a complexidade étnica nem sempre foi tarefa fácil. Se culturalmente muitas discrepâncias assimilaram-se despercebidamente, a variedade que hora serviu de argumento para condecoração e distinção nacional também foi motivo de inquietação. “Raça”

e miscigenação tornaram-se assuntos corriqueiros para cientistas, médicos, advogados, políticos e intelectuais brasileiros em geral na passagem do século XIX para o XX. Dois marcos da História nacional serviram de combustível para que esses tópicos ganhassem maior notoriedade: a abolição da escravatura, em 1888 e a proclamação da República no ano seguinte.

A consolidação desses fatos históricos provocou mudanças diretas significativas em duas estruturas principais da organização do país, o regime político e o modo de organização do trabalho, e forçou as elites dirigentes à (re) pensarem o quadro brasileiro e os rumos que se pretendiam seguir com as novas configurações.

Majoritariamente oriundos de famílias tradicionais de descendência europeia, os elementos dessa elite que tomara para si a dianteira das rédeas nacionais, seja por méritos próprios ou pela ausência de forças contrárias capazes de fazer-lhes páreo, arquitetaram suas ações com os olhos mais direcionados para fora do que para dentro do Brasil. A América do Norte e a Europa se tornaram horizontes fecundos para a busca de orientação.

Sevcenko (1983, p. 83) define o momento da seguinte forma:

> Sem possuir propriamente uma nação e com um Estado reduzido ao servilismo político, o Brasil carecia, portanto, de uma ação reformadora nesses dois sentidos: construir a nação e remodelar o Estado, ou seja, modernizar a estrutura social e política do país. Foram esses os dois parâmetros básicos de toda a produção intelectual preocupada com a atualização do Brasil face ao exemplo europeu e americano. E foram ambos cingidos pelas duas correntes antípodas que assinalaram os modos de pensar a Belle Époque: o cientifismo e o liberalismo.

Entusiasmada com o desenvolvimento capitalista que impulsionou a economia de países do "velho continente" e de nossos vizinhos do norte e com a opulência galgada por eles nos séculos XVIII e XIX, a intelectualidade brasileira, pertencente diretamente ao governo brasileiro ou capaz de influenciá-lo, rendeu-se aos paradigmas ditados por aqueles que detinham a hegemonia econômica mundial. Atingir o "progresso" alcançado por nações como Estadas Unidos, França e Inglaterra era tido como o principal objetivo da "atualização" desenhada para o Brasil.

Modernização essa que não se restringia a cláusulas econômicas. Tinha proporções muito maiores e contemplava a elaboração de uma identidade para a jovem nação republicana. "A imagem do progresso – visão prática do conceito homólogo de civilização – se transformou na obsessão coletiva da nova burguesia" (SEVCENKO, 1983, p. 29). Guiado por uma elite financeira ascendente da riqueza gerada pela produção cafeeira e interessada no crescimento da incipiente industrialização brasileira, o país buscou seguir a ordem mundial de

integração aos ideais de modernidade e avanço ligados à expansão do capitalismo industrial pelo mundo.

Para isso, seria necessário forjar uma imagem condizente com os níveis considerados dignos à honraria de pertencer à vanguarda progressista e angariar para si os imaginados benefícios de ser reconhecido como parte deste seleto grupo. Participar de tal círculo significava ajustar-se como parte principal das engrenagens do sistema capitalista, acelerar o processo de "evolução" e trazer para cá parte das divisas provenientes das relações econômicas em curso nesse meio.

Por outro lado, este patamar não seria alcançado gratuitamente. Haveria pressupostos básicos que deveriam ser atendidos.

> Os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências eram: a atualização da sociedade com o modo de vida promanado na Europa, a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população (SEVCENKO, 1983, p. 79)

Assim, a cultura europeia varreu o cotidiano brasileiro e causou interferências no modo de viver dos habitantes. Roupas confeccionadas para o inverno europeu passaram a ser utilizadas em pleno clima tropical e palavras ditas em outros idiomas tornaram-se parte do vocabulário nacional. Países europeus, em especial a França e a Inglaterra, foram encarados como exemplos a serem seguidos. A "elevação cultural e material da população" brasileira foi pautada pela adequação a preceitos importados dessas localidades (SEVCENKO, 1983, p. 31).

Grosso modo, o século XIX e início do XX conviveram com uma divisão intrínseca ao desenvolvimento do imperialismo capitalista pelo mundo. De um lado, aqueles que ressaltavam a conquista do progresso e da civilização, entendidos como sinal de positividade, em oposição ao pólo do atraso e da barbárie, visto de forma negativa. (NEVES, 2006, p. 23).

Esse antagonismo "progresso e civilização" versus "atraso e barbárie" ganhou fama graças à disseminação de uma corrente de pensamento em voga, já lembrada por Sevcenko em passagem anterior: o "cientificismo". Simplificadamente falando, trata-se de teorias elaboradas por cientistas europeus acerca do surgimento e desenvolvimento das várias etnias (cunhadas como raças) que compõem a humanidade. Mas o termo carrega em seu bojo outras dimensões. Estudos propagados pela ciência que asseguravam a existência de diferentes estágios na evolução do homem afiançaram, diretamente ou não, investidas imperialistas de potências econômicas sobre novos territórios, particularmente os continentes africanos e

asiáticos, ao difundir a naturalização da supremacia de determinados indivíduos em relação a outros. Ciência, política e economia travaram uma relação complexa em que ideologias e práticas de cada uma interagiam entre si de modo complementar. A superioridade da raça branca em relação aos demais povos pôde ser "atestada" em meados do século XIX pelo Darwinismo Social[5], Determinismo Geográfico[6] e Eugenia[7].

Essas teorias raciais que repercutiram na Europa ecoaram tardiamente em terras brasileiras. A introdução desses assuntos aconteceu somente na década de 1870. Contudo a grande receptividade que tiveram nos centros de ensino e pesquisa científica, que na época se consolidavam como expoentes do pensamento da elite intelectualizada nacional, compensou o atraso (SCHWARCZ 1993, p. 14).

A adesão às explicações que distinguiam as pessoas por caráter étnico mostrou-se um subterfúgio interessante para as camadas mais abastadas da população que não dispunham mais de requisitos legais ou consuetudinários que os diferenciassem da maioria da população. Títulos de nobreza ostentados nos tempos imperiais ou a desqualificação social inerente à situação de escravizado perderam a razão de ser com os novos tempos republicanos que, teoricamente, igualavam todos perante a lei. Como afirmou Schwarcz (1993, p. 14), "parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania".

[5]Tem como principal mentor o filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903). Pode ser definido como a aplicação da teoria da seleção natural de Charles Darwin nas sociedades humanas. De acordo essa linha de pensamento, características biológicas e sociais seriam determinantes para definição dos mais aptos. Fatores como poder aquisitivo e habilidades nas ciências humanas e exatas seriam alguns dos indícios que assegurariam a supremacia de uns sobre outros. Considera que os seres humanos são desiguais por natureza, sendo "normal" que uns obtenham sucesso e outros não. Para maiores informações, ver BOLSANELLO (1996), SCHWARCZ (1993) e MARQUES (1994).

[6]Conceito elaborado pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1882). Trata das influências que as condições naturais exerceriam sobre a humanidade, sustentando a tese de que o meio natural seria uma entidade definidora da fisiologia e da psicologia humana. Deste modo, o homem seria completamente marcado pela natureza que o cerca. Defende que um meio natural mais hostil proporcionaria um maior nível de desenvolvimento ao exigir um alto grau de organização social para suportar todas as contrariedades impostas pelo clima (principalmente os rigores do Inverno). Esta seria uma explicação para o desenvolvimento das sociedades européias que subjugaram os povos tropicais, considerados indolentes e atrasados. Tal teoria justificou o expansionismo neocolonial entre o fim do século XIX e o início do século XX e foi utilizada pelos cientistas da Alemanha Nazista. Para maiores informações, ver BOLSANELLO (1996), SCHUWARCZ (1993) e MARQUES (1994).

[7]Fundada em 1883 por Francis Galton (1822-1911), pregava a formação de uma elite genética através do controle científico da procriação humana guiado pelo Estado. Visava necessariamente o aperfeiçoamento racial ao desencorajar ou impedir que os considerados menos aptos gerassem herdeiros. Em outras palavras, trata-se do melhoramento genético. O tema é discutível especialmente após o surgimento da eugenia nazista, alicerce que fundamentou a ideologia da pureza racial e culminou no Holocausto. Ao longo do tempo filósofos e sociólogos encararam com ressalvas a teoria por acreditar que ela cria problemas éticos ao rotular as pessoas como aptas ou não para a reprodução. Do ponto de vista do debate científico, a eugenia foi derrotada pelo argumento da genética mendeliana. Para maiores informações, ver BOLSANELLO (1996), SCHWARCZ (1993) e MARQUES (1994).

A adoção das teorias científicas foi baseada em interesses específicos, visto que outros modelos interpretativos como o marxismo e anarquismo, foram vistos com ressalvas. O passado subordinador da escravidão brasileira facilitou a conciliação do pensamento da elite branca nacional com teorias que afirmavam a inferioridade dos negros, detalhe que facilitou a propagação e corroboração dessas ideias no país. (COSTA, 1999, p.373).

A diversidade não era mais vista com bons olhos. O interesse era assimilar a identidade nacional a aspectos culturais europeus, refutando a imagem de mestiçagem atribuída aos brasileiros e ignorando as heranças africanas e indígenas características da formação da população nacional. A imagem africana, em especial, remetia ao atraso, ao primitivismo, enquanto a figura europeia transparecia a ideia de progresso e civilidade que as elites brasileiras buscavam transmitir a respeito do Brasil (MUNIZ, 2000, p.95).

A plebe de modo geral não era interpretada entusiasticamente. Naxara (1998, p.145) mostra como as ideologias que desqualificavam a população foram difundidas pelos meios de comunicação (literatura, propagandas, trabalhos científicos) pelo Brasil, cristalizando a imagem de povo inadequado, imaturo, despreparado e até indolente.

A tarefa de organizar uma representação baseada em modelos exteriores considerados modernos e revolucionários para a época condizia ao projeto de salientar as potencialidades brasileiras e galgar espaço na teia de relações formada pelos expoentes de maior destaque mundial no período. Ao mesmo tempo, a construção da identidade nacional nesses moldes atendia às conveniências mais particulares daqueles que se empenhavam em firmar esse plano.

Deste modo, as teorias científicas que ganharam adesão no Brasil nem sempre foram investigadas por seus receptores. Por muitas vezes a lógica seguida foi a de adaptar as discussões à situação brasileira sem retomar os debates ou contextos originais em que os pensamentos foram articulados. As traduções das obras, quando feitas, foram aleatórias. Certos títulos foram traduzidos para o português em detrimento de outros, caracterizando uma clara seleção de textos. A aplicação do pensamento racial europeu no Brasil tendeu a admitir o que era conveniente, tal qual a naturalização da hierarquia social que em si comprovava a inferioridade de largos setores da população, e desconsiderar o que poderia ocasionar transtornos, como as adversidades da miscigenação (SCHWARCZ, 1993, p. 41).

As concepções eugênicas se mostraram atraentes para os intelectuais do país. Com finalidade um tanto quanto distinta do caso europeu, onde os esforços para a construção e manutenção de uma raça forte e pura justificaram a formação de países como a Alemanha, os arranjos brasileiros caminharam na direção de estabelecer limites sobre o que não se gostaria

que fosse conjugado à identidade brasileira e que, portanto, deveria ser evitado, combatido (BIZZO, 1995, p. 46).

A miscigenação seria o ponto crucial. Entendia-se que através dela se conceberia a loucura, a criminalidade e outras mazelas sociais. A naturalização das desigualdades étnicas pela ciência estabeleceu uma interligação direta entre aspectos físicos e predicados morais Schwarcz (1993, p. 190). Criou-se a preocupação de estimular medidas para "depurar" a sociedade e extirpar os males inerentes à população em razão de sua composição plural. Sob a argumentação de instituir cidadãos imponentes capazes de conduzir a nação brasileira à evolução, o governo interferiu no cotidiano da população ditando padrões disciplinares em relação ao comportamento sexual, moral e higiênico das pessoas. Enaltecendo as diferenças entre as raças, a iniciativa visava a "melhora" dos menos capazes e o consequente incremento da espécie como um todo, concatenando-a aos símbolos da nova era, como a urbanização e os avanços científico, tecnológico e industrial (MARQUES, 1994, p.15).

A Medicina e o Direito foram duas instâncias capitais que endossaram e levaram a cabo esse empreendimento. O aparato médico se responsabilizou pela função de "curar" o país, de sanar suas imperfeições por meio de políticas enérgicas de sanitarismo público. A fundação no Rio de Janeiro da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), em 1923, aumentou o coro pela "desinfecção" social. Através da fundação, psiquiatras defenderam a esterilização sexual de doentes, o fim da miscigenação e a proibição da imigração de indivíduos não brancos. Atacaram a mistura de etnias por acreditar ser ela primordialmente responsável pela degeneração moral e social do país (BOLSANELLO, 1996, p. 161).

Os pronunciamentos médicos muitas vezes estiveram coadunados à atividade jurídica e ressoaram no âmbito legislativo. O Estado de São Paulo constituiu medidas raciais em certas leis e documentos oficiais, como regimentos de escolas, estatutos e normas de repartições públicas, indicando que a discussão racial desenvolvida pela ciência conquistou efeito prático junto à sociedade (DOMINGUES, 2004, p.201).

Porém, o juízo formulado por Nélio Bizzo (1995, p. 39) sobre eugenia pode ampliar o campo de visão a respeito da interação da intelectualidade brasileira com as teorias raciais. Segundo o autor, a experimentação científica em si pouco contribuiu para a manutenção das argumentações raciais. As propostas eugênicas se definiram mais como "manifestações de políticas sociais" de grupos restritos da população do que necessariamente como efetivação de procedimentos realizados por pesquisadores.

> A convicção da superioridade racial do branco europeu levou cientistas a teorizá-la, apoderando-se inclusive dos textos de Binet e adotando levantamentos censitários. Essas teorias produziram algoritmos matemáticos inéditos, que foram, então, aplicados de volta a levantamentos censitários, especialmente de testes de Q.I., e o resultado foi a confirmação de convicções de seus inventores. As conclusões passaram a ser reflexo do que está na natureza e não na mente daqueles que criaram os métodos para estudá-la (BIZZO, 1995, p. 41)

Logo na década de 1920 as iniciativas eugênicas não encontraram amparo na ciência e se mantiveram baseadas em "sensações comuns", em opiniões pouco fundamentadas que se preocuparam mais em defender uma causa do que justificá-la empiricamente. Apoderada por figuras de expressão, a alegação da pureza racial ganhou traços de "obviedade" e normalidade e passou a fazer parte de um imaginário coletivo (BIZZO, 1995, p.41). O mesmo aconteceu com a desclassificação da massa nacional. Até o início dos anos 1920 prevaleceu um juízo que dispensou explicações aprofundadas para sua aceitação e que depois de seguidas repetições foi considerado praticamente uma verdade absoluta, parte da cultura brasileira e difundido em várias camadas sociais encontrando raras contestações (NAXARA, 1998, p. 147).

Inquirir o assunto sob esse prisma favorece o entendimento da posição dúbia adotada por grande parte da intelectualidade brasileira (Monteiro Lobato, Afrânio Peixoto, Oliveira Viana, dentre outros) mediante o ponto fundamental que caracterizava o povo. Uma figura central nas discussões oscilava entre a causa da ruína e a tábua de salvação da sociedade. Este personagem seria o chamado "moreno", o "caboclo" enfim, o mestiço. Se inicialmente o fundamentalismo científico das teorias eugênicas penalizou as coletividades etnicamente mistas ao fracasso inevitável, o Brasil não teria chances de sobreviver.

São Paulo, todavia, foi um local onde esse discurso determinista começou a ser pensado de forma diferente seguindo interesses reservados. Enquanto a pureza racial era pregada pelas teorias científicas propagadas pelo país, a questão era abordada de outra forma pela elite paulista ligada ao IHGSP (Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). Os intelectuais paulistas da virada do século XIX, intimamente ligados ao governo do estado, reinterpretaram a miscigenação étnica para criar uma representação de sua população. Disputando espaço político em âmbito nacional, fez-se necessário elaborar uma expressão ideológica imponente dos paulistas sobre as demais unidades federativas que afiançasse a liderança do estado no cenário republicano (FERREIRA apud MAHL, 2001, p.55).

Buscou-se, então, assimilar a representação do povo à imagem dos bandeirantes que teriam desbravado os mais longínquos territórios nacionais, levando consigo civilidade e progresso para o interior do país. Tal qual seria o comportamento do estado de São Paulo

junto à república brasileira: pioneiro, ágil, civilizador, progressista. Esse discurso foi comumente divulgado pelo IHGSP e difundido na sociedade paulista (MAHL 2001, p. 53). Contudo, ao assimilar sua imagem aos bandeirantes, os intelectuais paulistanos não conseguiram fugir da proximidade dos portugueses com os indígenas tendo que reelaborar as interpretações sobre a miscigenação étnica como algo benéfico para a gente do estado. Todavia, se as novas interpretações proporcionaram maior espaço aos indígenas, o mesmo não aconteceu com os negros que continuaram sendo encarados como prejudiciais.

Outra engenharia ideológica amparada em menor rigor científico, mas igualmente com grandes pretensões político-sociais, foi a proposição do branqueamento social. A tese prognosticava a "redução étnica" de grupos considerados inferiores, negros e índios, a partir do contato com a "superioridade" branca, que triunfaria naturalmente sobre as demais etnias.

O resultado do procedimento seria a obtenção de "um povo paulatinamente mais claro e o sumiço dos negros, índios e mestiços" (SEYFERTH, 2007, p. 96-97). Mais duas suposições completavam o arquétipo. Em primeiro, a hipótese de que a população negra reduzia-se em comparação com a branca em função de uma suposta menor taxa de natalidade e um número maior de óbitos provindos de maior sujeição a doenças e da desestruturação social. Além disso, a miscigenação resultaria em uma população mais clara não só porque o gene branco seria mais forte, mas em parte pelo fato de que as pessoas procuravam por parceiros mais claros do que elas (SKIDMORE, 1976, p. 60). O crescente aumento da população branca gerado pelo aceleramento da miscigenação contínua poria fim aos embaraços sociais brasileiros.

Considerando a experiência multirracial da sociedade, parte dos intelectuais[8], agarrou-se à resolução que acreditam já estar em curso desde tempos anteriores e que seria o desfecho para a questão do negro no país. Para isso, acolheram a teoria racial europeia desprestigiando duas de suas considerações preliminares: o "caráter inato das diferenças raciais e a degenerescência dos sangues mestiços" (SKIDMORE, 1976, p. 81). Essa leitura "explicava" o Brasil sem lhe negar grandes possibilidades em um futuro breve.

A imigração se destacou na corporificação do pensamento sobre o branqueamento social. Logo no início da segunda metade do século XIX, quando analistas já diagnosticavam o provável encerramento do trabalho escravo, que veio a ocorrer em 1888, a polêmica

[8] Exceção feita a Nina Rodrigues (1897) que afirmava que a população negra era decadente devido à sua herança genética. Para ele, os africanos trazidos para o Brasil já haviam se extinguido e os mestiços estavam fadados a uma condição de atraso. Oliveira Viana (1918), contudo, foi um dos primeiros a entender positivamente a mestiçagem. Embora os libertos fossem atrasados, alguns mestiços, frutos de brancos e "mulatos superiores", tenderiam a se branquear alterando em alguns anos a população miscigenada para branca.

envolvendo quais braços deveriam arcar com a empreita garantida durante longo tempo pelos cativos ganhou publicidade e se tornou questão de Estado..

O governo brasileiro lançou campanhas no exterior para atrair trabalhadores imigrantes para o Brasil e incentivou a entrada de estrangeiros no país subsidiando o custo das viagens e oferecendo estadia em uma pensão criada exatamente para recebê-los (HOLLOWAY, 1984, p 86). Aos poucos, o Brasil se revelou para o resto do mundo e passou a ser cogitado como destino viável para pessoas dispostas a "fazer a vida" fora de sua terra natal. A campanha alcançou seu objetivo trazendo a imigração do indivíduo desejado. O decreto promulgado em 28 de junho de 1890 deixa claras as exigências dos órgãos administrativos com relação aos trabalhadores:

> É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país. A essa provisão liberal, acrescenta-se a cláusula: excetuando os indígenas da Ásia ou da África (SKIDMORE, 1976, p. 155).

O documento oficial do governo tornou explícito que o imigrante desejado para o país era europeu e não africanos e asiáticos, considerados inferiores e impróprios. Tratando de São Paulo, Andrews (1998, p.100) assegura que "os fazendeiros da província e o aparato que eles controlavam" deixaram claro que o trabalhador desejado era exclusivamente o homem branco ao destinar recursos para a entrada de imigrantes europeus, recusar-se a aceitar a vinda de asiáticos e africanos e não investir nos trabalhadores nacionais, dos quais grande parte era negra ou mestiça,

Tais iniciativas fizeram com que a região se tornasse o principal destino dos que aportaram[9] em terras brasileiras e mudaram significativamente a estrutura populacional paulista. As grandes cidades do país rapidamente se transformaram em "europeias" e São Paulo foi uma das em que isso se tornou mais nítido. Não apenas em relação aos moradores, mas também no tocante à infraestrutura. Reformas pautadas no estilo arquitetônico europeu mudaram a face da cidade e a população pobre nacional[10] cada vez mais foi empurrada para os arrebaldes em nome da modernização do espaço urbano. O desejo manifesto de incrementar a imagem nacional guiou a reconstrução da capital paulista inferiorizando e tentando excluir os que não atendessem aos padrões socioculturais desejados e remetessem ao passado pouco distante que se procurava esquecer (SANTOS, 2003, p. 42).

---

[9] O Estado de São Paulo recebeu 56 % do total de 4.100.000 imigrantes europeus que chegaram ao Brasil entre 1886 e 1934 (HOLLOWAY, 1984, p.68).

[10] De acordo com a definição de Santos (2003, p. 118): "caipiras, lavadeiras, urinários, pretos velhos".

Acentuou-se uma visão depreciativa que ostentava práticas repressivas em relação aos nacionais pobres em função da desqualificação do modo de vida a que eram submetidos. Qualidade de vida e níveis socioeconômicos foram itens considerados determinantes para influenciar o comportamento dos sujeitos e taxá-los como apropriados ou não (SANTOS, 2003, p.46). Neste sentido, a reformulação da cidade seguiu a intenção de particularizar os espaços e concomitantemente definir linhas divisórias entre os que eram considerados trabalhadores e os que não eram vistos dessa forma.

Além de uma pretensa superioridade técnica, o trabalhador estrangeiro foi preferido pelos grupos dominantes por estes presumirem que o imigrante incorporaria facilmente a nova ordenação trabalhista e seriam portadores de valores e condutas que atenderiam aos padrões sociais e culturais ansiados para o momento. A estratégia se decompunha em dois quesitos que se entrelaçavam: construir um novo mercado de trabalho e uma sociedade baseada na cultura europeia e no domínio patronal que se configurava como forma de poder. Além da qualificação trabalhista ajustada ao ritmo intenso, almejava-se produzir um comportamento disciplinado e moralizado, referenciado como sinônimo de civilização, que contribuiria ao mesmo tempo para a manutenção de diferenças sociais e para o surgimento de uma população branca metropolitana, tal qual a europeia (SANTOS, 2003, p.46).

Constantemente interpretados como incapazes de se enquadrar a esse programa, o trabalhador nacional perdeu muito espaço no mercado de trabalho e, consequentemente, na sociedade, para os que vieram de fora do país e foi marginalizado por muitas vezes em nome da higiene, da ordem pública e da civilização, que justificavam a operação sanitária, a repressão policial e jurídica e a remodelagem urbana. A supervalorização do imigrante e o rebaixamento do nacional permitem um parêntese para o acréscimo de uma controvérsia que se estabeleceu na historiografia brasileira que analisa a adequação dos negros às novas configurações assalariadas de trabalho após o dia 13 de maio de 1888.

Fernandes (1965) afirma que o branqueamento social foi apenas um dos componentes que dificultaram a presença negra no mercado de trabalho, posição defendida também por seus orientandos Cardoso (1972) e Ianni (1966). A submissão inerente à escravidão seria o maior causador de empecilhos. Posicionando-se determinista em alguns aspectos, Fernandes argumenta que os ex-escravizados e seus descendentes não conseguiram se adaptar à sociedade industrial capitalista que se formara em razão das características inibidoras do regime escravista que teriam ceifado as qualidades psíquicas e intelectuais dos cativos. A escravidão teria lhes privado a chance de desenvolver capacidades necessárias para a

ocupação dos empregos em razão do alto índice de analfabetismo e da falta de especialização para executar tarefas de um nível maior de elaboração.

O ponto chave da teoria de Fernandes (1965, p.5) é o que ele pontua como "anomia social" [11]. Ou seja, mesmo nas ocasiões em que os negros se estabeleciam no sistema citadino capitalista, eles sofreriam com a indisposição de ocupar posições degradantes, como engraxates, vendedores de peixes e jornais, dentre outras. Outro problema seria a falta de perspectiva futura que exigiria um espírito "suficientemente industrioso" para a acumulação de riquezas intermediada por atividades como o desenvolvimento de poupança financeira e participação nos esquemas especulativos que movimentavam as negociações comerciais das mais diferentes categorias.

Em suma, o sociólogo defende que os anos de jugo sob o sistema escravista criaram "deformações" na massa escravizada que limitaram o desenvolvimento de habilidades necessárias ao ajustamento no circuito urbano regido pelo sistema capitalista. Além disso, os imigrantes seriam portadores de maior capacitação em comparação com os homens nacionais, visto que os estrangeiros teriam maior acesso à educação formal, mais experiência no trabalho industrial e urbano e ainda contariam com maior desenvoltura para realizarem serviços especializados.

Segundo Maciel (1987, p.138), o trabalho de Fernandes (em conjunto com outros pesquisadores como Bastide, Ianni e Cardoso) demarcou uma nova etapa nos estudos das relações raciais no Brasil ao desfazer o "mito da democracia racial" [12] e lançar interpretações visando o entendimento das formas de "integração" dos negros na sociedade livre e capitalista. Suas observações abriram novas perspectivas, mas concretizaram declarações

---

[11] Conceito elaborado por Émile Durkheim (1858-1917). O sociólogo francês define o termo como um estado de perda de identidade e ausência de objetivos dos indivíduos, resultante das profundas transformações sociais inerentes ao mundo moderno, caracterizado pela racionalidade e desenvolvimento capitalista. Para mais informações, ver Gil (2011).

[12] Florestan Fernandes foi um dos principais responsáveis por estudo organizado pela ONU (Organização das Nações Unidas), na década de 1950. O trabalho objetivou analisar as relações raciais no Brasil e Estados Unidos, tendo como parâmetro a teoria da "democracia racial" desenvolvida por Gilberto Freyre durante os anos 30. De acordo com Freyre, as condições históricas que deram formação à população brasileira, unindo europeus, indígenas e africanos em um mesmo território, facilitaram a interação entre as diversas etnias e criaram um clima amistoso em meio às pessoas que dificultava a existência de preconceitos e animosidades por motivos étnico-raciais. Os levantamentos realizados na pesquisa, porém, levaram á conclusão de que o país não convivia em harmonia racial e, mesmo com leis assegurando a igualdade entre todos os cidadãos brasileiros, a discriminação acontecia sob a fiança de costumes sociais que prejudicavam os negros do país. Ao contrário dos Estados Unidos, que possuíam um racismo oficial, pautado nas leis da constituição, o racismo brasileiro se camuflaria em ações discriminatórias extrajudiciais, dando a falsa ilusão de que o Brasil não tinha conflitos raciais (SKIDMORE, 1976, p.131).

passíveis de críticas proporcionadas pela introdução de novos questionamentos oriundos de pesquisas posteriores e introdução dos próprios negros nas discussões.

Andrews (1998), por exemplo, dialoga com Fernandes e relativiza as supostas desvantagens "naturais" provenientes da escravidão. De acordo com ele, os cargos oferecidos não exigiam, na maior parte dos casos, um alto nível de educação formal ou especialização para serem realizados. O autor afirma que praticamente a totalidade das atividades exercidas no comércio e na indústria era ensinada aos contratados no início dos trabalhos e aprendidas empiricamente por eles. Sobre o prognosticado desenvolvimento intelectual dos imigrantes, Andrews argumenta que a maioria dos estrangeiros que aportaram em solo brasileiro era natural de regiões menos desenvolvidas da Europa, nas quais as indústrias e o comércio não eram tão adiantados quanto se imagina. Além disso, muitos teriam vindo do campo e não possuíram tamanha experiência no trabalho urbano e industrial.

Tema contraditório entre os pesquisadores também é o diz respeito ao ambiente em que viveriam os negros nas cidades. Segundo Andrews, o abuso de bebidas alcoólicas, a promiscuidade, a elevada criminalidade e a desestruturação familiar não foram comuns somente aos negros e não se constituíram em razão suficiente para marginalizá-los. Para o estudioso, a fomentação premeditada da imigração europeia em alta escala pelo Estado brasileiro gerou uma acirrada concorrência no mercado de trabalho que, inflado, resultou no barateamento da mão de obra. Recebendo baixos salários, os imigrantes europeus, em sua maioria e ao menos inicialmente, não gozaram de situações econômicas e sociais melhores que os negros, vivendo em circunstâncias muito similares à deles (ANDREWS, 1998, p. 131).

A falta de consenso entre os posicionamentos dos estudiosos mostra que a construção do conhecimento nesse campo ainda gera frutos e que a junção de olhares distintos tende a enriquecer o debate. Porém, existe um ponto convergente que aproxima as versões dos intelectuais: as dificuldades de interação social negra advinda da política de branqueamento. Discussão acadêmica à parte, é possível acreditar que os esforços destinados para "melhorar" a população através do intercâmbio com a cultura europeia interferiram no cotidiano brasileiro e transformaram parte das estruturas sob as quais o país se alicerçara ao longo do tempo. Esse quadro, todavia, não se manteve unânime e intacto para sempre. A representação imponente da Europa sofreu abalos consideráveis que permitiram que a intelectualidade brasileira revisasse muitos de seus conceitos.

Os embates travados pela eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1917) colocaram em cheque as virtudes europeias e mancharam a imagem do velho continente. O estouro de conflitos internos gerou aparência de ruína e a grandiosidade de outrora passou a ser cogitada

como fragilidade e decadência. A elite brasileira deparou-se com um conflito, já que havia se acostumado a pensar o próprio país com uma mentalidade europeia. Se antes a legitimidade e a potencialidade da nação brasileira tentaram ser asseguradas por ajustes a caracteres exteriores, agora isso teria que ser conseguido internamente (OLIVEIRA, 1997, p.189).

A década de 1920 experimentou a ebulição de questionamentos inéditos que se prolongaram pelos anos seguintes. O pensamento eurocêntrico consolidado até então começou a perder terreno para concepções "modernas" baseadas em um ângulo de visão que tinha como finalidade reencontrar o brasileiro, tonalizando a preocupação com o fator nacional[13] (LAHUERTA, 1997, p.95).

As bases da nacionalidade brasileira foram novamente formuladas e as raízes nacionais foram buscadas na cultura popular. Os anos vinte presenciaram uma revisão do fundamentalismo determinista da raça. A diversidade do povo foi novamente exaltada e defendida como símbolo de uma identidade própria.

A desconfiança em relação à opulência europeia implicou na composição de uma crítica nacionalista que afirmava que o país não deveria mais copiar modelos estrangeiros e sim apresentar uma alternativa que refletisse sua singularidade. A ideia sacramentada de que a raça era fator determinante para o sucesso nacional começou a perder adeptos e as variáveis étnico-raciais aos poucos deixaram de serem interpretadas como obstáculo para o desenvolvimento brasileiro (SKIDMORE, 1976, p. 132).

O caboclo, figura popular, lentamente foi "recuperado", assim como a herança africana. Nos anos trinta, estudos sociológicos e etnográficos sobre os africanos e seus descendentes que aqui viviam começaram a ganhar maior projeção. A contribuição africana para a formação do povo brasileiro foi analisada com certo entusiasmo por alguns escritores, dentre os quais ganhou maior destaque Gilberto Freyre(1933), com "Casa Grande e Senzala". O autor conseguiu reputação ao elaborar uma interpretação otimista do caráter nacional firmada na miscigenação brasileira e mostrou-se inovador ao destacar positivamente as diversas raízes culturais presentes no Brasil na época em que as interpretações pseudocientíficas defensoras da pureza racial e do branqueamento populacional ainda causavam repercussão. "Gilberto Freyre foi o primeiro a escrever com todas as letras que a nossa miscigenação racial e cultural era um trunfo que tínhamos" (SOARES, 2002, p.226).

Plausível é, no entanto, pensar que essas novas interpretações não tenham rapidamente se acomodado na sociedade sem embates com posições contrárias advindas da relutância do

[13] Ideias que culminaram na Semana de Arte Moderna, importante movimento artístico brasileiro realizado em 1922.

imaginário eurocêntrico. Assim, a população brasileira de menor escalão viveu em uma espécie de limbo, hora merecendo o céu, hora fadada ao inferno, sujeita a ações político-sociais orientadas por uma intelectualidade que almejava a consolidação da nação e de si própria.

2.2 IMPRENSA NEGRA: MAIS QUE JORNAL, UM MOVIMENTO SOCIAL.

As dúvidas em relação às vertentes que destacavam a primazia europeia caminharam ao lado da necessidade de formular novas formas de interpretação do Brasil. O sistema de governo republicano instaurado com o fim da monarquia também se tornou fonte de contestação para setores sociais não elitizados. As expectativas de que ele seria capaz de realizar as transformações ideais para a sociedade brasileira não se consolidaram na prática. Apesar da Constituição de 1891 ter ampliado legalmente a participação social por meio do voto[14], o que se percebeu foram contradições que só dificultaram a manifestação pública.

A ciência caracterizava arbitrariamente os tipos sociais e qualificava a maioria das pessoas como potencialmente criminosas. Apesar de revoltas urbanas e rurais que expressavam a insatisfação popular, pouco pôde ser feito diante da atuação violenta de aparatos de repressão que tratavam questões sociais como caso de polícia. Além disso, o falseamento constante das eleições e o preconceito contra negros e alguns imigrantes dificultavam a materialização da liberdade e cidadania no país. Ao mesmo tempo em que a instituição do regime democrático abria juridicamente a participação política, medidas que desqualificavam a população nacional tornavam o funcionamento prático dessa legislação pouco realizável, assim como na proibição do direito de voto aos analfabetos (RESENDE, 2006, p.102).

Ao fundamentarem-se em modelos teóricos exteriores como o Positivismo, os componentes da Constituição de 1891 destinaram suas maiores preocupações para a organização do poder institucional e suas instâncias de decisões. A resolução dos problemas sociais e a afirmação da participação efetiva dos variados setores da população, tornadas ainda mais necessárias após a abolição da escravidão, foram relegadas ao segundo plano. Deste modo, questões envolvendo a problemática dos direitos civis e da participação social ganharam coro em discursos de indivíduos que não se sentiam acondicionados pelas instituições republicanas acostumadas a se vangloriarem de uma proteção legal que pouca correspondência oferecia no plano real (LAHUERTA, 1997, p.98).

[14] A alfabetização foi estabelecida como quesito definidor do direito ao voto, substituindo a antiga exigência que previa a posse de uma extensão mínina de terras.

Os traços oligárquicos da sociedade brasileira dos anos vinte começaram a ser arranhados por “pressões de baixo” que reclamavam a efetivação de direitos civis e sociais e desejavam maior participação para o povo. Em geral, essas manifestações movimentavam uma parcela urbana e letrada da sociedade que ansiava pela organização de uma cultura moderna pautada na mudança dos paradigmas sociais, políticos e culturais do momento. Não à toa, esse período caracterizou-se pela elevação de um sentimento de ruptura que trouxe à tona “novos atores” antes considerados apenas parte da massa nacional (LAHUERTA, 1997, p.103). Neste processo, o grupo negro foi um dos que tentaram conquistar maior projeção no cenário brasileiro.

A transição da escravidão para a sociedade liberal não foi tarefa simples de ser realizada. Ela gerou consequências que atingiram diretamente os novos homens livres. A desvalorização de parte significante da população nacional pela elite resultou em dificuldades de manutenção desses indivíduos que encararam condições precárias de moradia, falta de empregos ou trabalhos degradantes e poucas opções de lazer. Mas foi a discriminação étnico-racial sofrida particularmente por esse grupo a aglutinadora dos maiores obstáculos para a adequação ao novo modelo de sociedade implantado.

São Paulo vivenciou um forte racismo que depreciou política, culturalmente e socialmente os egressos da escravidão e suas gerações futuras. Os negros paulistas enfrentaram barreiras, sejam pautadas em leis ou costumes sociais, que os impediram de frequentar as melhores escolas, de ocuparem cargos estatais e de usufruírem de serviços públicos fundamentais (como atendimento médico e dentário) de melhor qualidade. Os direitos de igualdade política e social adquiridos pelos negros após o término do cativeiro e garantidos pela constituição republicana acabaram atenuados pelo preconceito étnico-racial (DOMINGUES, 2008, p.16).

A submissão vivenciada pelos negros durante a escravidão foi reconstruída no contexto do fim da escravatura por atitudes que buscaram manter a hierarquia social existente anteriormente em situações cotidianas nas quais a atuação negra nas mais diversas searas da existência em coletividade fosse abafada. Essa circunstância gerou um estado de “quase-cidadania”, considerando que os direitos civis, teoricamente assegurados, não puderam ser vivenciados integralmente por causa de medidas segregacionistas extrajudiciais (GOMES; CUNHA, 2007, p.11).

É preciso lembrar ainda que o término da escravidão não foi seguido por nenhuma política governamental de inserção social. Os negros brasileiros tiveram que procurar autonomamente por benefícios para suas comunidades. Domingues (2008) denomina essa

busca por respeito e melhores condições de "nova abolição", na qual novas formas de repressão impuseram efeitos similares ao período em que a escravatura foi vigente e resultaram em medidas também inovadoras para a realização de uma segunda emancipação, menos formal, mas importante tal qual a primeira.

Nesse percurso histórico de reconhecimento e afirmação social merece ênfase a formação dos "Pérolas Negras[15]" brasileiros que entraram em combate a favor de São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932. As fundações da Frente Negra (1931) e do Teatro Experimental do Negro[16] (1944) também se consolidaram em importantes órgãos de representação e manifestação política e cultural. Mas a primeira exteriorização que alcançou relevância na denúncia e enfrentamento da discriminação social, política e econômica foi a imprensa negra. (DOMINGUES, 2008, p.21)

O termo engloba jornais produzidos por negros. Tratava-se de um canal de comunicação que primeiramente procurava agrupar pessoas com interesses em comum (SANTOS, 2011, p.88), onde ganhavam vozes os sentimentos, opiniões, queixas e posicionamentos do grupo em relação a si próprios e da sociedade como um todo. Eram publicações direcionadas para esse público específico e abordavam assuntos vivenciados no cotidiano, enaltecendo a carência de condições favoráveis de sobrevivência e instigando os leitores a superarem "a passividade e o conformismo" em relação às subordinações sofridas em prol de maiores oportunidades de mobilidade social (FERRARA, 1986, p.196). A imprensa negra preocupava-se também em divulgar acontecimentos sociais da comunidade como bailes, casamentos, competições esportivas e demais eventos.

A proposta geral desse tipo particular de impresso era abordar os negros como agentes ativos na sociedade em detrimento da imagem de criminalidade e ociosidade associada a este grupo social por parte das elites brasileiras. Os meios de comunicação de massa colaboravam para a difusão desses pensamentos discriminatórios em meio à população. Schwarcz (1987), analisando jornais da época, revela que a grande imprensa foi uma ferramenta importante na

---

[15] Como ficaram conhecidos os homens e mulheres negras que lutaram na Revolução Constitucionalista de 1932 organizados entorno de um batalhão específico chamado de Legião Negra de São Paulo, dissidente da Frente Negra Brasileira, que se absteve do conflito (DOMINGUES, 2008, p. 104-105).

[16] Fundado e dirigido por Abdias do Nascimento, o Teatro Experimental do Negro tinha como princípios a valorização do negro no cenário teatral e a criação de uma nova dramaturgia, atuando no nascimento do teatro moderno brasileiro. Além do crescimento artístico, a organização priorizava o desenvolvimento intelectual e cidadão dos atores, promovendo iniciativas como a formação de salas de alfabetização para o grupo. O TEN trabalhou na elaboração de novos textos que abordavam a situação da população negra do país e levantou a falta de espaço para esses indivíduos na dramaturgia nacional. Para maiores informações, ver: DOMINGUES (2008) e http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=cias_biografia&cd_verbete=649.

propagação de ideias que desprestigiaram os negros através da divulgação de contos literários que os desqualificavam, além de notícias do setor policial que os consideravam propícios ao crime e a vagabundagem. Nessa conjuntura, os jornais negros tentavam construir um espaço para a representação dessas pessoas na sociedade que, em muitos aspectos, caminhava na contramão daquela formada pela grande imprensa.

A propósito, algumas observações sobre a imprensa em larga perspectiva são apropriadas para o momento. Localizar a imprensa negra na dinâmica histórica da imprensa brasileira é uma necessidade fundamental para se que possa entender com maior clareza os denominadores em comum ou as diferenciações básicas entre o nosso objeto de estudo e os veículos de comunicação de maior porte.

As transformações sociais, políticas e econômicas vivenciadas pelo Brasil no limiar do século XX também causaram adaptações ou reformulações nos meios de comunicação impressos que circulavam pelo país. A expansão das movimentações capitalistas adentraram redações e gráficas e consolidaram a informação como uma mercadoria oferecida aos clientes. O processo de comercialização em grande escala das notícias, iniciado no final do século XIX se concretizou nas primeiras décadas da nova centúria e tornou-se um dos símbolos da ascensão burguesa nacional (SODRÉ, 1966, p. 275). Isto implicou em um rearranjo estrutural das linhas de produção, que passaram a necessitar de aparelhagem mais sofisticada e manipulação com maior nível de especialização. A tipografia perdeu seu caráter artesanal e a associação de um determinado periódico a um estabelecimento gráfico evidenciou a possibilidade de "uma empresa jornalística industrialmente viável e economicamente rentável" (BAHIA, 1990, p.106).

As características empresariais adquiridas pela imprensa transformaram o lucro financeiro em primazia e se distanciaram do cuidado de tornar explícitos as ideias e princípios dos proprietários. Acima de tudo, o público leitor foi tomado como consumidor em potencial e estratégias de mercado foram traçadas para assegurar o crescimento das vendas. As publicações se reproduziram em diversos ramos na busca por atender interesses específicos. Cadernos culturais, comentários esportivos, dicas de beleza, sessões infantis, charges e caricaturas, etc., desencadearam a estratégia de conquistar cada vez mais a atenção de novas pessoas e resultaram na multiplicação de tendências e compradores. Assim, o aumento do número de tiragens e a estabilidade alcançada por muitos títulos aconteceram sem maiores dificuldades. (HOHLFELFT, 2011, p.41).

Este foi o período essencial de transição da pequena para a grande imprensa. Não significa, entretanto, que os jornais menores deixaram de existir. Obviamente, eles

encontraram maiores obstáculos para continuar na ativa e defrontar a opulência que respaldava as complexas organizações administrativas que sucessivamente ganhavam território no sistema comunicacional brasileiro. Acuados, os empreendimentos individuais e de menor monta praticamente desapareceram das grandes cidades e encontraram refúgio em cidades do interior, onde muitos se encontram firmes até os dias de hoje (SODRÉ, 1966, p. 275).

Coexistentes ao movimento de mercantilização da informação mantiveram-se os órgãos de combate, nos quais a imprensa negra se enquadra. Nesse conjunto, a finalidade lucrativa era secundária ou inexistente. O que se prezava era a utilização da palavra como ferramenta de contestação e reconhecimento (LUCA, 2008, p.134). A manifestação contra as configurações políticas, econômicas ou sociais é o que engendrava a realização dessas folhas, divididas entre diferentes segmentos sociais. Jornais sindicais, feministas, de estudantes, de imigrantes, dentre outros, são exemplos de um material feito para discordar, discutir, orientar, sugerir mudanças e não ser necessariamente fonte de renda.

As configurações desses órgãos preservaram grande parte das estruturas jornalísticas desenvolvidas no século XIX. Em geral, eram fruto do esforço de poucos ou de um só indivíduo, que arcava com o custeio da produção artesanal das gazetas e as distribuía autonomamente ou com a ajuda de entidades ligadas às causas nelas defendidas. O anseio de ser ouvido era maior do que a preocupação com os lucros ou prejuízos dos empreendimentos, pois normalmente os organizadores não faziam dos exemplares seus meios de existência.

A imprensa negra, por exemplo, majoritariamente era escrita por pessoas que atuavam em outras profissões e não recebiam pagamento por suas participações. De acordo com Bastide (1951, p.54), os jornais contavam com a contribuição da "pequena classe média negra", formada por advogados, professores, tipógrafos e jornalistas que se preocupavam com as condições dos negros mais carentes. Tal apreensão poderia justificar a auto proclamação dos redatores como representantes da população negra e o posicionamento como conselheiros perante o grupo, estabelecendo uma espécie de tutela informal embasada na pretensa capacidade maior de interpretação e discernimento sobre a sociedade brasileira.

Todavia, definir automaticamente os produtores da imprensa negra como parte da intelectualidade brasileira torna-se vago e impreciso sem elucidações maiores. Sirinelli (2003, p.242) afirma que a definição do termo "intelectual" é polissêmica e existe uma dificuldade em estabelecer critérios precisos para o conceito. Defendendo uma visão maleável, o autor acredita que se pode chegar a duas significações conjuntas para a concepção de intelectual, "uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os mediadores culturais, a outra, mais

estreita, baseada na noção de engajamento" (SIRINELLI, 2003, p. 242). Fariam parte da primeira classificação aqueles que geram o conhecimento, como professores, jornalistas, escritores, pesquisadores, bem como os que além de produzir também mediam e recebem as informações e a cultura, tal qual os estudantes e eruditos em geral. Já a segunda definição contempla a ação direta em meio à população ligada à defesa de um objetivo ou princípio através de manifestos. Na verdade, a ideia de agente engajado não exclui a outra, tendo em vista que a "especialização" do intelectual (conhecimento produzido ou recebido) é posta a serviço da causa defendida pelo mesmo (SIRINELLI, 2003, p. 243).

Antonio Gramsci alarga ainda mais as dimensões classificatórias sobre intelectualidade. Segundo ele, não existe um ser humano não intelectual, logo, todos o são. Partindo do princípio de que cada iniciativa humana prescinde algum esforço intelectual, ainda que mínimo, Gramsci (1982, p.7) afirma que existem graus diversos de atividade intelectual e destaca o peso da imagem atribuída pela sociedade a determinados segmentos profissionais em detrimento de outros para a diferenciação entre aqueles que são ou não intelectuais, ou seja, os que exercem ofícios que demandam maior desenvoltura mental em contraposição aos trabalhos físicos, manuais. Na perspectiva gramsciana, porém, essa barreira não se mantém em pé, pois o autor considera que os homens desenvolvem atividades intelectuais além do campo do trabalho que os tornam naturalmente seres reflexivos. Todos carregam consigo ideias e preferências próprias, condutas morais, pensamentos que contribuem para a idealização de visões de mundo que não estão necessariamente restritas aos círculos profissionais nos quais as pessoas estão inseridas ou são diretamente forjadas por eles (GRAMSCI, 1982, p. 07). Raciocinar não é privilégio apenas de especialistas, mas de todos os sujeitos.

Preliminarmente, as considerações do filósofo e cientista político italiano podem parecer excessivamente abrangentes ao compreenderem a esfera intelectual de forma amplificada. Todavia, observações pontuais tornam suas conclusões mais precisas. As que se referem aos tipos de intelectuais existentes, em especial, são fundamentais para a compreensão das particularidades que envolvem os articuladores da imprensa negra. De acordo com Gramsci (1982, p. 06), o desenvolvimento capitalista desembocou na transição do trabalho intelectual "tradicional" para o "moderno".

Intelectuais "tradicionais" são os jornalistas, literatos, filósofos, artistas, humanistas, que julgam fazer parte de um grupo seleto, genuíno e autônomo em relação aos demais segmentos sociais. A eloquência e o diletantismo são características marcantes nas personalidades que compõe esse conjunto (GRAMSCI, 1982, p. 07). Os que se enquadram

nesse modelo têm a elevação cultural como base para a construção de suas identidades, buscando desvincular-se da área política e da produção econômica (LAHUERTA, p. 1998. P.54). Normalmente provenientes da zona rural e com baixo poder aquisitivo, prestam serviços a uma classe mais abastada (grandes proprietários de terras) com a qual estabelecem uma relação de sujeição.

Dessemelhantes destes são os intelectuais "modernos" ou "orgânicos". Oriundos do desenvolvimento urbano e industrial, diferenciam-se dos primeiros pela especialização técnica, costume de operar coletivamente e adequação ao disciplinamento imposto pelo trabalho capitalista (GRAMSCI, 1982, p. 33). Com formação embasada na educação tecnicista, vinculada intrinsecamente à produção industrial, caracterizam-se pela intervenção prática no cotidiano social e suas ações são contrárias "aos hábitos de diletantismo, da improvisação, das soluções oratórias e declamatórias" (GRAMSCI, 1982, p. 10). A educação formal e o pleno domínio das palavras não são o bastante para a definição de um sujeito como intelectual orgânico. Para Gramsci, o intelectual é definido como tal especialmente por sua capacidade de organizar os demais ao entorno de si e de suas ideias e não pela quantidade de estudos acumulados.

> O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, "persuasor permanente", já que não apenas orador puro— e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato;da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece "especialista" e não se chega a "dirigente" (especialista mais político) (GRAMSCI, 1982, p. 10).

Pensando desta forma, figuras como sindicalistas, militantes políticos, padres, dentre outros, podem ser compreendidos como intelectuais, visto que são capazes de refletir sobre si próprios, trabalham para a organização de seu grupo e questionam as relações estabelecidas com os demais extratos sociais (BEIRED, 1998, p. 125). Os organizadores da imprensa negra tinham esse perfil. Envoltos no ambiente urbano e acompanhando o crescimento industrial brasileiro (ainda que incipiente) essas pessoas tiveram a oportunidade de seguir de forma aproximada, seja por vivência própria ou experiências de terceiros, a reformulação paulatina das estruturas políticas e trabalhistas que o Brasil experimentou nas primeiras décadas do século XX e se predispôs a orientar autonomamente os negros neste contexto de mudanças e inquietudes sociais e políticas, fazendo uso de um espaço que possibilitava a análise da

sociedade brasileira baseada em ocorrências que envolviam eles próprios, os demais membros de seu grupo étnico-racial e outros setores da população.

Mais que simples oratória, a imprensa negra foi uma ação política na qual os redatores dos jornais acreditavam disponibilizar seus conhecimentos (irrestritos ao campo formal, acadêmico) a serviço da população negra, defendendo uma causa específica e tentando fazer com que a razão tivesse uma funcionalidade pública[17]. Deste modo, configuravam-se como intelectuais "engajados", tal qual referenciado por Sirinelli (2003, p.243) e "orgânicos", como definido por Gramsci (1982), por conhecerem intimamente as características do grupo negro, vivenciarem muitas das situações contra as quais se impunham e agirem de forma partidária e não apenas individualista.

Segundo Gramsci (1982, p. 55), a formulação de novas "visões de mundo" e sua difusão na coletividade devem ser obras de indivíduos capazes de compreender a realidade e interagir com as "classes subalternas", direcionando a construção conjunta de ações sociais fortes o suficiente para fazer oposição à burguesia Mesmo que a conceituação de intelectual feita pelo autor tenha sido idealizada sob uma perspectiva de confronto entre classes sociais durante o funcionamento da dinâmica capitalista, ele próprio acena a possibilidade de distinção entre o engajamento político mediado pela visão classista e outras formas que podem ser motivadas por razões morais, éticas, filosóficas, ou provenientes de identidades grupais referentes a questões étnicas, de gênero, faixa etária, etc. (MARTINS, 2011, p.134). Neste caso, é a identificação étnico-racial que movimenta as iniciativas de organização política e social da população negra realizadas por sua intelectualidade, sem desconsiderar, contudo, a importância do cenário de transformações econômicas vivenciados no período pelo Brasil.

Temos, então, os chamados intelectuais "progressistas" e "não classistas" (GRAMSCI, 1982, p.58). Progressistas porque o engajamento político que direciona suas ações está pautado na resolução de problemas sociais provenientes em grande parte da divisão da sociedade em classes. Não classistas, contudo, em razão da identidade assumida por esses homens como justificativa para a intervenção no campo social não estar diretamente ligada a ideia de classe, mas aos motivos já comentados acima.

Os envolvidos com a imprensa negra também se adéquam ao grupo dos intelectuais "despertadores" (SIRINELLI, 2003, p. 246). Longe dos holofotes e glamour reservados aos intelectuais de renome, viveram sob menor notoriedade e sem obrigatoriamente ter adquirido

[17] O próprio subtítulo do *Getulino*, "órgão de defesa dos interesses dos homens pretos", demonstra explicitamente a objetividade proposta pelos reprodutores do periódico.

grande reputação pelo trabalho que desenvolveram, mas conquistaram representatividade junto às gerações seguintes de intelectuais e exerceram influencia cultural e política. Imbuídos autoritariamente pela esperança de traçar novos rumos para a comunidade negra, tentaram cativá-la para que suas ideias causassem inquietação e reação. Vistos pela ótica gramsciana, podem ser considerados parte da elite intelectual brasileira por terem cumprido a função primordial ao setor intelectual de uma nação, trabalhar na organização da cultura e das demais dimensões que regem a vida em sociedade. As heranças desses atos repercutiram ao menos na posteridade, visto que atualmente muitos são referenciados pelo movimento negro e investigados no meio acadêmico.

2.3 *GETULINO* E *PROGRESSO*: OS HOMENS E AS ESTRUTURAS POR TRÁS DAS FOLHAS.

Existente desde os tempos da escravidão, a imprensa negra alcançou maior volume de títulos no Brasil nas três primeiras décadas do século XX, sobretudo com o desenvolvimento paulatino da malha urbana pelo país. Todavia, a constante dificuldade de angariar recursos para a manutenção dos folhetins tornou efêmera a vida da maioria dos exemplares lançados.

Dentre os volumes que conseguiram se manter ativos por mais tempo destaca-se o *Getulino* (Figura 1), periódico que circulou na cidade de Campinas, interior de São Paulo, entre os anos de 1923 e 1926. O título foi uma homenagem a Luiz Gama, alforriado que ganhou notoriedade nas campanhas abolicionistas e atendia pela alcunha que deu nome ao jornal. A editoração da folha contou com o trabalho de Lino Guedes, Gervásio de Moraes e Benedito Florêncio.

Filho de libertos, Lino Guedes (Figura 2) nasceu na cidade de Socorro, em 1897. Foi poeta, escritor e jornalista. Sua formação pessoal e profissional contou com o apoio do líder político da cidade, a quem Guedes chamava de coronel Olympyo Gonçalves dos Reis. Em 1912, começou a trabalhar como revisor auxiliar no *Diário do Povo*, em Campinas, onde também exerceu atividades no *Correio de Campinas* e no *Correio Popular*.

Em São Paulo trabalhou em diversas folhas da imprensa tradicional paulista, como o *Jornal do Comércio*, *Correio Paulistano* e *Diário de São Paulo* (CARVALHO, 2009, p.113). Especificamente na imprensa negra, Lino Guedes foi fundador e redator chefe do *Getulino* (1923), diretor de *O Combate (1912)* e *O Maligno* (1924*)* e editor de *Progresso* (1928), já na capital.

Figura 1- Página inicial do *Getulino* (05/08/ 1923).

Getulino

ORGAM PARA A DEFESA DOS INTERESSES DOS HOMENS PRETOS

Redactor-chefe — LINO GUEDES — *Directores proprietarios : Andrade & Moraes* — *Redactor secretario — GERVASIO DE MORAES*

Anno I | Assignaturas { Anno ..... 10$000 / Semestre .... 6$000 | Campinas, 5 de Agosto de 1923 | Assignaturas { Mez ..... 1$000 / Numero avulso . $200 | Num. 2

O nosso apparecimento

Muito nos desvanece o modo com que foi recebido a nossa folha, e as referencias aliás immerecidas que fizeram os collegas, do nosso gesto em pról dessa raça que, como a Phenix, resurge das cinzas da ignominia do preconceito, do soffrimento, para a ordem e progresso do Brasil.

A Platéa, o vespertino paulistano de Araujo Guerra, na sua correspondencia local assim se exprimiu :

"EM DEFESA DA CLASSE

Circulou sabbado ultimo, o primeiro numero do bem feito semanario «Getulino», orgam fundado para a defesa dos interesses da classe dos homens de cor.

Dirigido pelos srs. Lino Guedes e Gervasio de Moraes, «O Getulino» está fadado a fazer rapida carreira. O primeiro numero teve extraordinaria acceitação.»

O *Diario do Povo*, paladino dos fracos e dos opprimidos a cuja frente se vê o batalhador incansavel para o progresso de sua terra, Alvaro Ribeiro, brilhantemente secundado pelo sr. Tenso Magalhães, assim se pronunciou a nosso respeito :

«GETULINO»

Temos sobre a mesa o n. 1 do «Getulino», novo semanario que acaba de apparecer nesta cidade, e dedicado á defesa dos homens de côr.

E' composto em officinas proprias, onde em breve será tambem impresso, trás na sua 1.a pagina um bom retrato do grande Luiz Gama, (Getulino), notavel jornalista, advogado, e polemista do pulso, que tanto honrou a raça negra no Brasil.

E' redactor-chefe do citado semanario, Lino Guedes, moço de côr dos mais esforçados, e nosso presado companheiro, a quem deve a classe assignalados serviços.

Como secretario da redacção está Gervasio de Moraes, que bons versos já tem escripto e que é uma esperança promissora de sua raça.

São directores proprietarios os srs. Martinho Andrade e Alcino Moraes, dois elementos que optimos serviços têm prestado á gente de sua raça.

O "Getulino" tem o seu primeiro numero todo collaborado por homens de côr, excepto um artigo, trazendo bons trabalhos, merecendo mesmo destaque o soneto de Augusto Marques.

Ao novel collega desejamos vida longa e prospera.

E' da *Gazeta de Campinas*, sem feito orgam official do Partido Republicano, dirigido pelo sr. Galdino de Moraes Alves, a noticia que se segue :

«GETULINO»

Circulou hontem o primeiro numero do "Getulino", periodico dirigido pelos srs. Lino Guedes e Gervasio de Moraes.

Agradecemos o exemplar enviado á nossa redacção.

O sr. Alfredo Pettris, distinto cavalheiro, admirador e amigo sincero dos pretos, alheio a todos os preconceitos, enviou-nos attencioso officio, cujos topicos damos abaixo :

. . . . . .

Sendo este o primeiro semanario que se organizou em Campinas para fins tão altruisticos e humanitarios, velo, estou certo, preencher uma lacuna de ha muito existente no seio da classe, que necessita da imprensa para fazer valer os seus direitos muitas vezes espezinhados por aquelles que não conhecem os principios da igualdade.

Fazendo votos de prosperidade e uma vida longa ao novo jornal, subscrevo-me com estima.

Do sr. Francisco de Assis Paulo, secretario da S. D. F. «Nova Herança», uma das associações que ornam o nosso meio social, recebemos o seguinte officio :

Illmos. Srs. Redactores do "Getulino"

Ao receber o "Getulino" esta sociedade encheu-se de orgulho, por ter agora a classe, um orgam para defeza dos homens pretos.

A directoria da "Nova Herança" faz votos de prosperidade ao "Getulino", que muito honra a nossa classe, o qual vem collocar-se em linha de combate na imprensa local".

.*. Muita gente não gostou de falarmos do velho costume de passearem por fóra do jardim Carlos Gomes. Mas que fazer? Infelizmente dissemos uma verdade.

E, hoje mui constrangidos somos obrigados a apontar aos nossos patricios, desnecessario será dizer que nos referimos aos homens de cor, mais uma vez aguiço habitual, que é elles se collocarem á frente das procissões, a modos de **mamãe óie eu**.

Esse exhibicionismo do ultimo fato e de mais uma novidade parisiense, demonstra falta de educação religiosa, o que não nos recommenda bem.

Não queremos dizer com isto que fiquem na **valla commum**, atrás do pallio, comendo pó e sentindo todos os **cheiros**; que cerquem-na de esquina em esquina, mas andar na frente.. **jamais**.

E' com o mais religioso respeito que traçamos o nome do nunca assás bastante elogiado, genio extraordinario que, mesmo hoje que não figura entre os vivos, continua a illuminar a senda palmilhada pela humanidade — **Ruy Barbosa**.

O benemerito brasileiro, o maior vulto de sua epoca, não obstante pairar, qual aguia altaneira, acima das miserias da terra, ouviu, entretanto, os gemidos dos que choravam pela liberdade, e, compadecido de sua dor formou fileira ao lado dos abolicionistas, sem temer que tal attitude lhe adviessem prejuizos politicos.

Foi destemido abolicionista, foi defensor dos opprimidos. E' justo, pois, justissima a pallida homenagem que lhe tributamos hoje.

A mocidade !

Dia a dia approxima-se o sagrado momento, de abandonar o meu lar, e todos que me são caros, mas mesmo assim, sinto uma indivizivel vontade de partir, o meu coração treme de emoção quando me lembro que vou cumprir o dever de todos Brasileiros nobres que conhecem e, sabem honrar o seu berço adorado.

Sacrificio ? não ! é apenas aprender defender as gloriosas tradicções deste torrão abençoado, é apenas ser util nos momentos supremos em que a Patria carecer de nós.

Campinas, sacrosanto berço do immortal Carlos Gomes, eu e todos os teus filhos orgulhamos em ser brasileiros. Ser brasileiro, dizer nunca vencido, porque nas paginas da historia rebrilham fulgurantes feitos, que demostram claramente o heroismo de um povo resoluto e forte.

Bem sabemos que não necessitas de maiores elogios, querido Brasil, sois poderoso, o Progresso, é, não só o teu ideal, como o de teus filhos !...

Mocidade volvemos a nossa attenção para o passado, veremos então, que a mancha negra da escravidão toldava o céo brasileiro. Entes humanos, ao ardor suffocante do sol, tremulos, exangues eram vergastados e obrigados a arrancar do solo o fructo que os seus *senhores* em pouco esbanjava.

Mais tarde, veio uma aurora que trouxe comsigo o raiar da Liberdade.

Hoje, a mocidade toda embriaga-se de prazer, de alegria, aquella triste e horrorosa situação se foi, desfez-se aquella humilhação.

Os descendentes d'aquella mesma raça, d'aquelles miseros escravos gosam hoje dos direitos que lhes outorga sua estremecida **«Patria**.

Um dos direitos consiste **em educarmos para** congratularmos nas conquistas da Civilisação.

Brasileiros !... poizae os vossos olhares nas verdejantes mattas, olhae bem distante e no horizonte vereis a luis rutilante do sol lançar os seus reflexos de ouro traçando o nome aurifulgente—Liberdade—e os vossos corações transbordarão de alegria exaltecendo o nome sacrosanto do Brasil.

Gervasio de Moraes

De ausculta e binoculo

Depois de um dia quente e laborioso, sem sol e sem chuva, dia carrancudo, nebuloso, de nuvens pesadas e um mormaço desalentador, sahi em busca de um pouco de ár, onde sabia encontral-o, pois que nunca deixou de ter viração onde existem arvores.

Fui até o jardim da praça Carlos Gomes e ahi, sentado á sombra das imperiaes palmeiras fidalgas, comecei a sentir a brisa branda e macia que me chegava caricIosa, com o perfume subtil de rosas frescas das roseiras do jardim...

Perto de mim, num banco, estava sentado um velhinho de faces enrugadas, com a cabeça de brancura da neve, as mãos tremulas e um pigarrear continuo...

Accendi um cigarro e, pernas cruzadas, na indolencia natural de quem se reconforta com o balsamo das flores e com o ambiente perfumado, vaguei o olhar preguiçoso, por entre as espiraes da fumaça azul do meu *Melindrosa*, para o velhinho que olhava para alguem, com um riso ironico nos labios murchos de mumia.

Os cabellos brancos tem sobre mim um poder sobrenatural. Parece que, ao vel-os, sinto em mim qualquer cousa que me obriga a respeital-os, a veneral-os.

E o velhinho despertou-me certo interesse, principalmente porque dirigia o seu olhar inquieto para certo ponto, estendendo-o, como quem acompanhava alguem que seguia, seguia, até encobrir-se na curva do jardim...

Segui a direcção do seu olhar e vi, na extremidade do pequeno parque, um par de namorados, braços dados, muito unidos, muito enlaçados, como que trocando segredos, com os rosto muito juntos...

Vi que era para este par que o velhinho olhava com tanto interesse, e sorria, cada vez que os pombinhos multiplicavam os seus arrulhos...

Fiquei a meditar... e pensei que o seu sorriso, a sua physionomia radiante, seriam pelas recordações de sua mocidade, pelos tempos em que elle poude, como aquelle par feliz, gozar todas as doçuras do amor...

Passaram ambos perto de mim. Vio-os bem. Ella—desseseis annos, flor ainda em botão, e linda. Elle—vinte e cinco annos, typo de conquistador de salão, certamente um destes *nouveaux riche*, capazes de amar até o ultimo vintem, sem nada conhecer nem aproveitar do verdadeiro amor...

Por fim, na extremidade do passeio publico, o namorado desredio-se e eu vi, com surpreza, que ella se dirigia, só, risonha e feliz, para junto do velhinho, que havia sido, até momentos antes, o objecto da minha admiração :

—Então, papae?

—Tens gosto, minha filha. Um bonito rapaz... bonito e rico... Tens nas mãos o teu futuro...

E lá se foram os dois, sorridentes... venturosos...

Com honrosas excepções, são assim os amores de hoje...

Ser bonito é um começo de victoria ; ter dinheiro é a conquista sem trabalho ; ter as duas cousas, o supremo ideal...

E os paes, facilitando o *rendez-vous*, facilitam a existencia, estimulam a preguiça e abrem, quantas vezes, as suas filhas, as portas tenebrosas da perdição.

A conquista do amor pelo caracter, pelo trabalho, e pelo talento... hoje em dia só nos romances e nas fitas de cinema...

Atirei para o esgoto a ponta de cigarro que já me queimava os dedos e segui o meu caminho, pensando : *esta cidade é uma lastima...*

Forasteiro

No proximo numero :

O papel do escravo na civilização brasileira.

— por —

Dr. Evaristo de Moraes

Fonte: CEDAP

Figura 2- Foto de Lino Guedes publicada no *Getulino* (13/01/1924).

Lino Guedes

Passa-se, a 24 deste, o anniversario natalicio de Lino Guedes, o chefe da redacção do «Getulino» e que representa a alma, a vida desta folha.

Lino Guedes é uma vocação jornalistica, e,— seja de de já asseverado, — hade, de passo em passo, ch gar a logar de elevada distinção na imprensa, á qual se vota com a convicção dos eleitos da penna.

Pouco importa dizer que é, com justo orgulho seu, descendente de africanos, sem o contingente de outra raça, bastando dizer que é genuino brasileiro, tão genuino como todos os que o são atravez de longas gerações.

A mão inclemente do destino, atirou-o na deserta estrada da orphandade, apenas com pouco tempo de vida, pois, seu pae falleceu quando elle contava dous mezes de vida.

Até hoje, porém, existe para lhe encantar a vida, sua veneranda mãe, exma. sua d. Benedicta Eugenia Guedes, de quem sabe Lino Guedes ser filho amantissimo.

Na vida de orphão houve quem lhe estendesse a mão protectora, guiando-o sempre com carinhosa philantropia e esse benemerito cidadão é o coronel Olympio Gonçalves dos Reis, o prestigioso chefe politico de Soccorro, prospero municipio do nosso Estado.

Lino Guedes tem uma digna irmã, a senhorinha Gracinda Guedes.

Lino Guedes nasceu [illegible] pelo Gymnasio da Capital.

Funccionario de grande empresa ferro viaria, attento o seu espirito de independencia, abandonou o logar e se votou, então, exclusivamente ás lides jornalisticas.

Iniciou-se bem cedo na imprensa:

Em 1908 trabalhou na *Cidade de Soccorro*, sob a direcção do sr. Annibal Camara e mais tarde de Walderino Dantas fundou em Soccorro *O Espião* em collaboração com Palmiro e Socrates Bellintani, *O Bilontra*, com Sebastião Ictile de Oliveira e o *Juvenil*, orgam dos coroinhas da Matriz de Soccorro.

Em seu torrão natal, em 1910, cursando o 3.o anno do Grupo Escolar, collaborava no *Jornal dos Creanças*, de Piracicaba. Em Campinas em 1912 collaborou nos seguintes jornaes das differentes classes da Escola Normal Primaria. *A Gazetilha*, *A Ecletica*, *A Camelia*, *O Discipulo*, *A Tribuna* e finalmente na *Polyanthéa*, organisada pelo prof. Villela Junior, director daquelle estabelecimento de ensino.

Collaborou tambem no *O Ferrão* e em 1915 fundou o mensario *A União* o gam da União Civica dos Homens de Côr. Em 1919 juntamente com Alberto Leite fundou nos escriptorios da Companhia Mogyana o bi-semanario de satyra, escripto a mão *O Rabo*, que mais tarde se transformou na *A Mogyana*.

Desde 1912 occupou o cargo de revisor auxiliar do *Diario do Povo* desempenhando-se tambem das funcções de correspondente auxiliar do *Capital*, *Correio Paulistano* e *Platea*, jornaes de S. Paulo.

Em 1918 entrou como revisor chefe do *Correio de Campinas*, decano dos jornaes locaes. Em 1920 voltou para o *Diario do Povo* como revisor e redactor das secções «Theatros e Cinemas e Camara Municipal, sendo encarregado da reportagem diurna. Exonerando-se do «Diario do Povo», no dia 20 recebeu Lino Guedes, convite para entrar para redacção do «Correio Popular jornal [illegible] dio, fundou uma secção dramatica

E' fundador e socio benemerito do G. Dramatico Luiz Gama, socio honorario do S. D. «Bello Horizonte», e membro da Associação Brasileira de Imprensa.

Innegavelmente, quanto acabamos de narrar, basta para pôr em revelo a operosidade de quem honra a classe dos plumitivos e tanto eleva os que, sob a tez dos Henrique Dias, José do Patrocinio, Luiz Gama e outros tantos, sentem-lhes correr na veia o sangue brasileiro.

Lino Guedes, espirito altivo tem a vivifical-o um coração magnanimo, o que chega para explicar todo o apreço e grande estima que conquista na sociedade em que vive.

O «Getulino», mas o «Getulino» inteiro, quer dizer todo o pessoal da redacção, os collaboradores todos e todos os da administração e officinas, abrirão os braços depois d'amanhã para, num fraternal amplexo, a segurar ao seu presado chefe e bom amigo, a mais sincera admiração e amizade, attestando assim os votos que fazem a Deus pela repetição multipla de tão querida data.

JUVENCIO SO'

Norma de conducta

O homem preto quasi [illegible] tos têm pelas leis da sociedade, fazendo mui pouco caso do modo de se portar nas ruas e mesmo nos logares em que se encontram, sem se lembrar que nós, os homens de côr preta ou escura, somos observados em todos os nossos passos e em todos os nossos actos, resultando d'ahi que pelo procedimento de muitos qualificam á todos da nossa raça.

É preciso, pois, que nos portemos com a compostura necessaria nos logares publicos e mantenhamos sempre uma linha recta de conducta na nossa vida fazendo pautar os nossos actos pelas regras sãs da moral, e, com especialidade, dedicando ás nossas patricias de cor todo o respeito, carinho e amizade, protegendo-as e destinguindo-as, fazendo resaltar o seu caracter nobre e impolluto e não como temos observado procurar atirar as á lama, manchando a sua honradez e maculando ás cans envelhecidas de pobres mães que vem em suas filhas o unico arrimo para a sua vida e, portanto, desejam a estas uma honesta posição na sociedade.

O homem que tenta manchar a honra de um lar, abandonando depois a sua victima, fazendo della uma infeliz e desgraçada, deve ser banido do convivio da humadidade e posto a margem como um ser imprestavel, a elle todo o desprezo e se necessario fôr: — a morte.

Urge, entanto, que os

AVANTE!

Avante! homens de côr, á nossa idéa!
Formemos nosso «Centro», carinhoso,
Dar luz e instrucção é ter o gozo
De brilhante epopéa!...

Que importa a nossa côr, se a nossa raça,
Outr'ora maltratada, hoje ufanante,
Nas paginas da historia que ella traça
Levanta-se possante!...

Lembremos Patrocinio, o morto illustre,
E Gama, o grande heroe, em outros tempos,
Por isso, nós devemos com igual lustre
Seguir os seus exemplos!...

A. MARQUES

Fonte: CEDAP

A função de assistente de redação do *Getulino* foi ocupada por Gervásio de Moraes, poeta negro que publicou no órgão poemas e artigos de sua autoria. Moraes também exerceu sua militância em outros jornais e colaborou com a fundação do Centro Cívico Palmares.

Outro personagem de destaque no *Getulino* e também envolvido com a imprensa tradicional de Campinas foi Benedito Florêncio. O jornalista assinou com o pseudônimo de Machadinho uma coluna no *Diário do Povo*, intitulada Tome Nota, onde criticou abertamente os costumes e ações da sociedade campineira. Também foi tesoureiro da Federação Paulista dos Homens de Cor e, assim como Lino Guedes, membro do Clube Literário de Culto à Ciência, associação que reuniu intelectuais campineiros como, por exemplo, o bispo D. João Nery (CARVALHO, 2009, p.113).

Além da contribuição intelectual principal dessas pessoas, o nascimento do *Getulino* tornou-se viável graças ao empreendedorismo financeiro inicial de Martinho e Christino Andrade, (condutores de veículos) e a colaboração posterior de Alcino de Moraes. Contudo, é provável que a manutenção da folha tenha sido realizada especialmente pelo auxílio de patrocinadores e anunciantes, visto que frequentemente os redatores queixavam-se publicamente da inadimplência dos assinantes. Segundo Carvalho (2009, p. 118) a quantidade de anúncios leva a crer que essa foi uma estratégia importante para a continuidade do jornal, tendo em vista que o mesmo chegou a apresentar vinte e três propagandas diferentes em um de seus exemplares, ao passo que a média dos jornais da imprensa paulistana era de dez anúncios na época. Empresas tradicionais de diversos ramos de atuação presentes na região ofereciam suas mercadorias e serviços nas páginas do *Getulino,* tal qual lojas de roupas, livros, cigarros, medicamentos e profissionais liberais diversos (Figura 3). Possivelmente esta última particularidade tenha favorecido a consolidação do jornal campineiro.

Figura 3 – Anúncios comerciais presentes no *Getulino* (05/08/1923)

GETULINO

Casa Piccolotto

: A UNICA NO GENERO ::

Em calçados e chapéos

Sempre tem novidade

:: A mais preferida ::

Preços sem competencia

RUA 13 DE MAIO N. 34

Telephone, 1172

ESTUDANTES

Quando precisardes de bons livros sobre sciencia, literatura, etc., deveis procurar a

Casa Mousinho

que os vende a preços vantajosos, assim como artigos de papelaria, objectos escolares, figurinos, riscos de bordados, crochet, etc.—Incumbe-se tambem de serviços typographicos e de encadernação, que executa com rapidez e presteza.

Vendem-se e compram-se livros usados

RUA DR. QUIRINO, 103

J. RODRIGUES PINHEIRO

Campinas

Agencia de Reclames

Unica concessionaria para reclames nos cinemas locaes, bars, Cafés, com previlegio para reclames em abrigos de arvores, das praças publicas.

Officina de pinturas finas e allegorias em geral.

—Os mais reputados artistas campineiros cooperam nesta Agencia, pelo que se garante a realização de qualquer exigencia.

Premiada com medalha de Prata na Exposição Municipal

Preparatorio da Internacional

J. GAIGANO & ERNESTO

Rua José Paulino, 235

Telephone, 872 —— Campinas

Casa Magurno

GRANDE LOJA DE CALÇADOS

Acceita qualquer trabalho sob medida. Deposito de calçados dos melhores fabricantes da Capital e do Rio de Janeiro. — Preços sem competidores

ANTONIO MAGURNO

RUA REGENTE FEIJÓ N.77

(Esquina da Rua Dr. M. Salles)

Telephone. 350 -:- CAMPINAS

FRUCTARIA INTERNACIONAL

Pastelleiras, Sorvetes etc.

:: :: José Santini :: ::

Compra e vende fructas tanto nacionaes como extrangeiras

:: :: Prompta entrega a domicilio

Rua José Paulino, 343 -- Campinas

ATTENÇÃO

V. Excia. antes de fazer vossas compras deve primeiro, visitar o bello sortimento de fazendas e miudezas da conhecida e afamada barateira,

CASA NACIONAL

96, Rua Barão de Jaguara, 96

Baixos - Photographia Foster

Telephone. 929 :: Campinas

ANTONIO CEZAR

Constructor

Res. Rua Francisco Glycerio, 202

CAMPINAS

Deposito de todos os materiaes para construcções e reconstrucções, cal, cimento, Tubos, etc.

Officina de carpintaria e deposito de madeiras. Encarrega-se de todo e qualquer serviço de construcção e reconstrucção. Acceita serviços por administracção e a prestações.

Officina e deposito :

Rua Regente Feijó Ns. 213, 215 e 217

CAMPINAS

A FINANCEIRA

CASA DE CALÇADOS

Completo sortimento de Calçados de reputadas marcas para homens, senhoras e creanças.

EOYDIO ARANHA & COMP.

Rua Barão de Jaguara N. 83

Telephone. 932 :: :: Campinas

Pharmacia Central

RUA 13 DE MAIO N. 18

:: CAMPINAS ::

Consulta do Dr. Altino de Almeida

As pessoas pobres consulta gratis.

PHARMACIA MODERNA

A mais proxima da Estação da Paulista

Telephone. 950

TALENTO & CARCHEDI

Attende-se a qualquer hora da noite

Rua 13 de Maio N. 103

Campinas - Est. de S. Paulo

PROCUREM A

ALFAIATARIA G. MISORELLI

Trabalhos garantidos

:: :: PREÇOS MODICOS :: ::

Rua Cesar Bierrembach N. 47

:: CAMPINAS ::

ALFAIATARIA COMMERCIAL

— DE —

Domingos de Palma

Variado sortimento de finas casemiras Inglezas, Francezas, Nacionaes, Brins cortes de calças phantasias e fines :: cortes de collets ::

Corte de apurado gosto, luxo, pontualida e seriedade.

Rua Barão de Jaguara, 69

Telephone, 931 -:- CAMPINAS

Rodolpho Pannoni

Fabricante, Joalheiro e Ourives

Rua 13 de Maio n. 9-Tel. 1086

Campinas

Casa Ribeiro

Armazem de Seccos e Molhados

Especialidade em Vinhos, Conservas e Generos de primeira qualidade

Preços ao alcance de todos

Seriedade e promptidão em entregas

Rua Barão de Jaguara, 166

Telephone, 304 -:- Campinas

LENHADORA S. FRANCISCO

A mais barateira desta cidade

Tem sempre em deposito lenha rachada, em toros, em toletes e carvão.

PEDRO GARCIA

Rua Alvares Machado, 7 - Tel. 1093

N. B. — Esta lenhadora acceita offertas para a compra de qualquer quantidade de lenha em bruto, bem como carvão.

Fornece lenha para hoteis e hospitaes

:: :: CAMPINAS :: ::

Empreza David

Telephone, 254

— *J. A. VICENTE* —

Serviços funebres carruagens, etc. :: :: ::

Rua General Osorio, 101

:: :: CAMPINAS :: ::

LENHADORA IDEAL

Tem sempre lenha escolhida da melhor qualidade

Deposito de carvão superior

Attende com presteza aos pedidos dos srs. freguezes

MIGUEL OLMOS

RUA ALVARES MACHADO, 20

Telephone, 563 :: CAMPINAS

Mutua Ideal

Faz-se transferencia das cadernetas já completas e mesmo as que decahirão por lotes de terras em São Paulo

Procurem o nosso agente bancario sr. Antonio Augusto Palhares, rua Dr. Costa Aguiar n. 7-A, para mais informações—Campinas

Auto n. 82

Telephone, 119—Ponto Estação

MARCILIO FERREIRA

Campinas

Sapataria Brasil

Devem sempre procurar fazer suas compras á

RUA 13 DE MAIO N. 2

Pois é onde se faz pechincha.

Venham admirar o colossal stock

CAMPINAS

Auto n. 47

Telephones : 2-7 e 1-1-9

Campinas

Cigarros Club

MISTURA DE DISTINÇÇÃO

Marca que todo o fumante de bom gosto deve preferir

Fonte: CEDAP

Há, inclusive, um debate historiográfico que perpassa pela estruturação e atuação do *Getulino*. Na verdade, trata-se de uma discussão mais ampla referente à periodização da imprensa negra na qual o referido jornal é condecorado como um marco divisor, limítrofe.

Inicialmente Bastide (1951) dividiu o material em três períodos. O primeiro, após 1915, esta vinculado ao fim da Primeira Guerra Mundial, quando o que se destacou foi o discurso social. Influenciada pelos ideais de liberdade e igualdade propagados pela guerra, a população negra transmitiu por meio dos órgãos as suas aspirações sociais e buscou a sua realização. Neste momento, em meio a políticas educacionais do governo brasileiro que se direcionavam para o desenvolvimento do ensino público gratuito, a urgência em gozar da educação formal, vista como uma forma de ascensão social, tornou-se uma reivindicação constante nas publicações. Os exemplares dessa fase[18] estavam interessados em publicar notícias da vida social dos negros e já desenvolviam a política de protesto racial (BASTIDE, 1951, p. 52).

Não que isso fosse supérfluo, mas o diferencial inaugurado com *A Voz da Raça* foi a ênfase na politização dos sujeitos. Em 1936, a Frente Negra Brasileira se transformou em partido político e, segundo a interpretação do sociólogo francês, esse jornal reproduziu os ideais de seus membros e foi fundamental para a abertura de espaço na esfera política para o grupo negro.

Por último, seria o momento posterior à vigência do Estado Novo, governo instaurado por Getúlio Vargas em 1937 e marcado pela censura aos órgãos de imprensa e supressão dos partidos políticos, fatores que determinaram o fim de exemplares da imprensa negra e da própria Frente Negra Brasileira. No retorno ao regime democrático, em 1945, nascem os jornais *A Alvorada* (1945) e *Senzala* (1946), envolvidos com o discurso de preservação dos direitos civis e políticos do povo (BASTIDE, 1951, p. 52).

Dialogando diretamente com o trabalho de Bastide e reconhecendo que desfrutou de novos materiais provenientes de pesquisas mais recentes, Ferrara (1986) traça outro diagnóstico sobre as fases nas quais a história da imprensa negra poderia dividir-se.

No primeiro momento, de 1915 a 1923, as folhas estavam voltadas para a tarefa de integrar o negro na sociedade brasileira baseadas no caráter informativo, beneficente e recreativo. O objetivo primordial era noticiar o cotidiano social dos homens negros sem a preocupação com a conscientização étnico-racial da comunidade negra. Na visão da autora, o *Getulino* foi a última produção que atuou nessa perspectiva.

---

[18] *Princesa do Oeste* (1915), *O Xauter* (1916), *O Bandeirante* (1918), *O Alfinete* (1918), *A Liberdade* (1918), *Kosmos* (1922), *O Clarim da Alvorada* (1924), *A Tribuna Negra* (1928) e *Quilombo* (1929).

Coube, então, ao *Clarim da Alvorada* (1924) dar início ao segundo período, identificado pelo discurso combativo em defesa da causa negra e união do grupo. A reclamação pelos direitos desses indivíduos e sua participação na sociedade é a tônica que rege os editoriais elaborados nessa fase, cujo fim é decretado pela implantação da ditadura do Estado novo e o já citado fechamento da Frente Negra Brasileira, em 1937.

O movimento de redemocratização iniciado após os anos de governo centralizador proporcionou o início da terceira fase (1945-1963), momento no qual ocorreram muitas mobilizações políticas, filiação dos negros a partidos políticos e a candidatura destes a cargos públicos (FERRARA, 1986, p.30). *O Alvorada (1945)* é ressaltado pela pesquisadora como o propulsor do ressurgimento da imprensa negra e um dos principais responsáveis pela rearticulação do movimento negro que coordenou ações militantes até o limiar da segunda era ditatorial brasileira, consolidada pela presença de militares no governo.

Revisitar as periodizações acerca da imprensa negra significa deparar-se com aproximações e contrariedades de pensamentos. Um dos tópicos de maior discórdia tem o *Getulino* como elemento central. Acompanhando o raciocínio de Ferrara, Carvalho (2009) reformula um detalhe do quadro proposto pela autora, considerando o *Getulino* (1923*)* como o responsável pela abertura da segunda fase, de reivindicações mais incisivas, ao invés do *Clarim da Alvorada* (1924). De acordo com ele, fatores ligados à estruturação do jornal, como a estabilidade e manutenção da equipe gestora, continuidade das publicações, mensagens claras e diretas aos leitores, cooperação com integrantes de outros órgãos e relacionamento próximo com demais folhas fizeram com que o periódico campineiro atingisse um patamar equivalente ao da capital paulista. Ou seja, as características inovadoras atribuídas por Ferrara ao *Clarim da Alvorada*, foram também reconhecidas por Carvalho no *Getulino*, predecessor ao outro, indicando, assim, continuidade e não ruptura, iniciada primeiramente pelo trabalho de Lino Guedes e demais colaboradores.

A terceira fase defendida por Ferrara, marcada pela atuação político-partidária, também é discutível. Pinto (1993, p.61) relativiza a inovação destacada pela autora, afirmando que a organização dos negros em grupos, a utilização de uma ferramenta de protesto criada por eles próprios e a reivindicação de soluções para problemas específicos é o bastante para caracterizar um ato político. Interpretando a esfera política além da arena partidária, Pinto considera a fundação e o trabalho desenvolvido pela imprensa negra uma manifestação política expressa antecessora à filiação partidária e a candidatura de negros a cargos públicos eletivos. Seguindo a mesma linha de raciocínio, concordamos com Carvalho e Pinto, pois entendemos que o *Getulino* dispunha de uma organização estrutural importante que alicerçava

um discurso enfático contra a discriminação étnico-racial[19] e, como tal, substanciava-se em expressão política daqueles que o redigiam.

Mas, ele não foi o único órgão da imprensa negra que surgiu em Campinas. Pelo contrário, muitos outros títulos[20] ganharam vida, mesmo que pouco duradoura. Algumas considerações sobre o desenvolvimento do município podem facilitar a compreensão das razões que permitiram que uma quantidade significante de lançamento de exemplares fosse alcançada.

Tornando-se um importante centro da economia cafeeira no oeste paulista, Campinas passou por uma fase de modernização do trabalho agrícola e um rápido processo de industrialização no final do século XIX e início do XX. Esses fatores transformaram as estruturas de produção e alteraram as relações de trabalho que foram organizadas cada vez mais de acordo com a dinâmica do capitalismo industrial incipiente.

A cidade sofreu também uma rápida urbanização e um aumento substancial de moradores atraídos pela crescente industrialização e o desenvolvimento das atividades comerciais (MACIEL, 1987, p.53). Sobre a população campineira, era marcante a presença de negros na cidade nas primeiras décadas do século XX, fato que se deve principalmente ao aumento do tráfico interno de escravizados para atender a demanda de mão de obra nas lavouras cafeeiras da região após a década de 1850, quando o comércio de africanos para o Brasil foi legalmente interrompido. Deste modo, Campinas e região registraram um aumento da população negra que se tornara livre com o fim da escravidão e permanecera no local (Maciel 1987, p.119).

Não diferente de São Paulo, a população negra de Campinas vivenciou práticas segregacionistas baseadas na discriminação racial e no branqueamento social. Poucas oportunidades no mercado de trabalho, perseguição policial e ocupação de moradias localizadas em regiões periféricas não foram fatos raros. Porém, parte dessas pessoas não ficou alheia à discriminação sofrida e compôs um histórico marcante contra a marginalização. A comunidade negra de Campinas costumeiramente se reuniu através de associações[21] que tinham por objetivo agregar seus membros e proporcionar-lhes melhorias através de incentivos a práticas esportivas, atividades culturais (música, dança, teatro), além de preparar

[19] Interpretação também compartilhada por Domingues (2008, p.29).

[20] O Baluarte, (1903-1904), O Combate (1912-?), A União (1918), A Protetora (1919) e Maligno (1924-?). Esta relação de periódicos da cidade de Campinas foi elaborada a partir da junção de informações obtidas em BASTIDE (1951), FERRARA (1986) e DOMINGUÊS (2008).

[21] Maciel (1987. p. 81) faz uma relação de doze associações de negros em Campinas. Dentre as principais, o autor destaca a Federação Paulista dos Homens de Cor, Sociedade 13 de Maio, Sociedade Campineira dos Homens de Cor e a Liga Humanitária dos Homens de Cor.

cursos de alfabetização e profissionalização em determinadas áreas como marcenaria, pintura, dentre outras (MACIEL, 1987, p.198)

As associações realizavam eventos sociais como bailes, desfiles, jogos de futebol e atuavam no incentivo à formação social, cívica e cultural da comunidade. Provavelmente estes espaços compunham parte importante das "estruturas de sociabilidade" que aproximavam os homens ligados à imprensa negra por gerar um ambiente acolhedor e propício para a troca de experiências. Constituir-se-ia, então, o que Sirinelli (2003, p. 253) chama de "microclima", esfera na qual se inter-relacionariam os quinhões afetivos e ideológicos dos sujeitos. A organização de um grupo de intelectuais gira em torno de uma "sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mais igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver" (SIRINELLI, 2003, p. 246). Destarte, os encontros nas agremiações poderiam ser ao mesmo tempo momentos de descontração entre amigos e de ebulição de ideias.

Muitos jornais da imprensa negra usufruíram da organicidade oferecida pelas associações para guiar seu funcionamento. Em certos casos, as folhas foram criadas exclusivamente para a circulação interna de informações sobre eventos ocorridos.

A situação do *Getulino*, contudo, difere em partes dessa conjuntura. Apesar de Martinho de Andrade, um dos proprietários do periódico, ser fundador do Grêmio Dramático Luiz Gama (coligação que frequentemente promovia bailes para a população negra), a organização do jornal era autônoma em relação à agremiação. Por outro lado, a existência do grêmio facilitava a distribuição e circulação dos números lançados (CARVALHO, 2009, p.117). O *Getulino* foi o principal exemplar da imprensa negra de Campinas (MACIEL, 1987, p.95) A organização em torno do periódico certamente favoreceu a conquista dessa posição ao viabilizar condições financeiras para a produção do material e conseguir pontos que facilitavam a distribuição do mesmo. A folha contou, aliás, com representantes em outras cidades da região, como Limeira, Tietê e Sorocaba. Minas Gerais também teve acesso ao jornal nos municípios de Viçosa e Uberaba.

Porém, mesmo com o suporte de uma infraestrutura considerável em relação a muitos outros títulos, o jornal teve que encerrar suas atividades em dezembro de 1925 por falta de recursos. Uma única edição posterior foi lançada em 13 de maio de 1926 em memória ao fim da escravidão. A montagem desse exemplar aconteceu em São Paulo, destino que seguiram Lino Guedes, Gervásio de Moraes e Benedito Florêncio após o encerramento do *Getulino* em terras campineiras.

Os intelectuais continuaram exercendo atividades em prol da causa negra na capital do estado. Lino Guedes, inclusive, uma vez mais se colocou à frente de uma publicação da imprensa negra. Trata-se do jornal *Progresso* (Figura 4), veiculado de 23 de junho de 1928 a 15 de novembro de 1931. Com uma periodicidade mensal, ele foi fundado como parte das comemorações e divulgação do centenário da morte de Luiz Gama. Foi impresso em tipografia própria e possuiu redação no Largo do Riachuelo. Sua divulgação foi apoiada por representantes nas cidades de Tietê, Limeira, Cosmópolis, Sorocaba, São Vicente, Botucatu, Rio Claro e Uberaba.

Argentino Celso Wanderley, proprietário da folha, ocupou o cargo de diretor até 1929. A partir de então o jornal foi cedido a Wanderley Ferreira em associação com João Batista Ferreira. Lino Guedes passou a ocupar o cargo de editor em 1928 e teve a companhia do diretor Euclydes dos Santos e dos gerentes Manoel Conceição e Horácio Cunha.

Benedito Florêncio foi um dos principais colaboradores do *Progresso,* que ainda contou com a participação frequente de Luiz Camillo, Jacob Netto, Euclydes de Oliveira, Adalberto Pires de Freitas, Antonio dos Santos Oliveira, Rodolpho de Loremal, João Ferraz, João Eugênio da Costa e Arlindo Veiga dos Santos dentre os quais alguns já haviam escrito também no *Getulino.*

Os dois títulos, aliás, possuíram mais similaridades do que apenas colaboradores em comum: eram confeccionados em tipografias próprias[22], a composição material e estética das folhas era parecida e apresentavam uma variedade de 4 a 8 páginas (dispostas em forma panfletária) ilustrações de personagens ilustres, espaços reservados para anúncios comerciais, classificados e para a publicação de cartas escritas pelos leitores. A estrutura e a distribuição são outros pontos de convergência. Ambos foram organizados autonomamente sem a coligação direta com grupos associativos, apesar de se utilizarem dos meios de sociabilidade formados por eles para difundir suas publicações.

[22] A tipografia na qual o *Progresso* era produzido oferecia no próprio jornal serviços de publicações diversas que talvez pudessem significar uma fonte de renda adicional revertida para o custeio da folha.

Figura 4 – Retrato de Luiz Gama na página inicial do *Progresso* (19/08/1928)

S. Paulo, 19 de Agosto

Progresso

ANNO 1 | Proprietario: *Argentino C. Wanderley* Editor: *Lino Guedes* | NUM. 3

Gesto Nobre

Em suelto o "jornal do commercio, escreve: — O Dr. Julio Prestes, presidente do Estado mandou cancellar a prohibição que havia na Guarda Civica, relativamente á admissão dos pretos, que até agora não podia fazer parte dessa corporação. E' uma resolução que deve ser applaudida. Em quanto esses brasileiros, que se differenciavam dos outros, apenas pela pigmentação, eram dessa maneira afastados de prestar um serviço ao publico, mantendo-se com o seu rendimento, innumeros estrangeiros, vindos com o fito de "fazer a America" á nossa custa, sem saber uma só palavra do nosso idioma, sem conhecer siquer as ruas da capital, quanto mais os costumes e as delicadezas, os melindres proprios da gente paulistas, exameavam a Guarda Civica, atroando os corredores da séde com sem vozeio guttural e inintelligivel. Não estava certo. Era, além, de uma grande injustiça, uma pessima escola para o futuro, onde aos poucos iriamos bebendo essa antipathia ao nosso a todos pela unica cousa de uma pele diversamente colorida.

O preto não pode desapparecer das nossas sympathias, sem que incorramos na pecha de ingratos e de injustos. Quando tivemos necessidade da sua cooperação, nunca o seu braço se escondeu para negar-nos a força dos musculos, a resistencia da fibra sentimental, o devotamento até a estupidez.

Na historia do paiz, a raça preta como elemento positivo, fertilizando os primeiros campos com o suor fecundo desse martyrio da escravidão, compondo comnosco as lendas, os romances, as alegrias e as tragedias do passado. Como que se lhe tivessemos conhecido um beneficio de que sempre se deveriam proclamar reconhecidos, demos-lhes aos escravos, a liberdade, o unico direito que só o crime pode tolher ao homem, assim mesmo, temporariamente. Não foi obsequio nenhum o 13 Maio de 1888; foi um dever que cumprimos, uma obrigação que a civilização nos empunha em face da humanidade. Desde esse feito, nada mais se fez no Brasil, em prol da raça preta. Vivem na maioria abandonados completamente, sem que o governo nenhum se incumba de promover o seu levantamento intellectual. Tanto é isto verdade, que, quandoencontramos numa faculdade superior um preto, um medico, um advogado um professor, um jornalista de talento, ficamos boquiabertos. Porque? Porque nunca ninguem se incommodou de extender a mão aos descendentes daquelles que extenderam o seu braço para amparar os nossos maiores. E' uma ingratidão.

Fez muito bem o sr. Presidente, cancellando essa odiosa medida que havia, na Guarda Civica, e antes de um não nativo qualquer, quasi sempre explorador das nossas possibilidades, venha usufruir do que possuimos e ainda por cima, nos admoeste nas praças publicas, nos reprehenda, a nós brasileiros, numa algaravia de barbaros escapos de além-Rheno, appareça o preto gente nossa, sempre mais cavalheiro e modesto do que esses louros brutamontes, elementos que a guerra fez chegar até nós.

Ao 5
da RUA CONCEIÇÃO, Salão Verdi, o mais confortavel para festas.
Preços Modicos - Tratar com o Gerente
PHONES 4-1984 2-2361

Luiz Gama

A historia da campanha abolicionista ainda está desconhecida, a espera de um rebuscador conscienciosoe esclarecido para escrevel-a. Quando se metter mão a tal obra, o vulto de Luiz Gama resurgirá nas suas devidas proporções, como um dos mais salientes nos feitos dessa batalha redemptora. Faz no dia 23 do corrente, trinta e cinco annos que morreu e tanto nos preoccupamos com as nossas personalidades, que poucos se recordam e quasi ninguem mais conhece os contornos da sua aureola luminosa. Viveu largos annos entre nós, residindo em

S. Paulo, onde ao lado de Antonio Bento, lutou com raro denodo pela libertação desses homens cuja inferioridade consistia numa epiderme de côr mais escura, de traços menos delicados. Casado com uma franceza, Luiz Gama possuia a elegancia de um principe, trajando habitualmente fraque ou sobre casaca e chapéo alto tudo de côr de cinza, muito elegante. A' tarde descia com uma pontualidade ingleza até o Braz, onde, nessa época residiam os politicos, os jornalistas e mais homens de distincção social, afim de *cavaquear* com os amigos e de tomar um ou mais cervejas das boas. A sua presença era uma alleluia nas ruas, porque nenhum homem preto o avistava sem vivas demonstrações de incontida alegria Abraçava a todos, indagando sempre dos momentos de fugitivos, pondo-se como escudos entre elles e a justiça medievalesca do tempo. Foi o idolo de todos os corações generosos e entretanto após tão poucos annos, já bem poucos se recordam da sua memoria. É que a lembrança ainda dos grandes feitos dura pouco na inconsistencia de gratidão humana. A historia porém, não deverá proceder assim, mas, na perpetuidade das suas paginas consagrar o nome deste liberto extraordinario, lutador da tempera, em cuja mão tudo se transformava em arma de combate, delle a razão juridica dos factos consignados até a despretenção da poesia.

Mãe Negra

Volvendo um olhar ás cinzas do passado, ao insolente mutismo que envolve corações talvez talhados aos moldes da verdade (porem, inconscientes de seus deveres de gratidão) deixamos passar despercebidamente a abnegação da Mãe Preta. Descortinamos cousas que passam aos espiritos despedidos da luz benefica da instrucção, e da educação materna que é o principal factor de todo o progresso humano. Não podemos deixar silenciar um dever sagrado, ha muito relegado ao esquecimento. Não devemos olvidar do negro torpor da ignorancia a educação de nossas proles.

Não nos esqueçamos, porem, que para o alicerce deste monumento descommunal por todos os titulos honorificos, a base principal é a educação materna aljofares matutinos em flores que se vão emmurchecendo. Os individuos que procuram a estabilicidade social, negando ou fugindo aos deveres domesticos, não são dignos do ar que respiram.

A base primordial de nossa reivindicação é o amor materno, ou effluvio divino emanado pelo Ser dos Seres no adylo de nossos corações, nos refolhos de nossas almas.

O sustentaculo de nosso progresso em todos os ramos dos conhecimentos humanos vem do berço; Não queremos que nossos filhos fiquem perdidos no deserto do duvida, muito menos, no negro oceano da descrença.

Descendentes de pretos, que somos procuramos, a medida, de nossas forças, conservar sempre accessa a chama do amor, á mãe preta, no coração dos brancos, que são os seus verdadeiros filhos.

Podemos dizer com o testemunho da Historia Patria que são mais pretos, os brancos, que nossos avoengos, e que são mais filhos das negras, os senhores brancos, que mesmo, nossos velhos. . . .

Cremos que tem mais direito de ser considerados como filho aquelles que teve ventura. As nossas avos nunca puderam amamentar, quanto mais crer seus filhos por serem obrigadas (sob pena de azorrague) negar suas rotundas tetas aos fructos de seu amor para com extremo desvello criar filhos dos "Senhorios".

O fim desta prohibição era triste: Mães abondonando seus filhos, pelos dos senhores, quando grandes, pagavam essa dedicação, a chicote. Desgraçadas, victimas, do deshumano servilismo!

Os seus creoulinhos o mais das vezes cresciam, sem o prazer de receber os affagos maternos, as ternuras de uma mãe; e quasi sempre nem siquer chegavam a conhecel-a. . . . porque eram vendidos com a idade de 3 para 4 annos.

As mães de nossos avoengos que amamentava os filhos dos "Senhores" quando criavam os seus era com caldo de feijão, angú e agua. O coração da mãe preta não era nada mais nada menos que um Sahara de esperanças, ou uma noite intermina de descrenças Contra a força a resistença fracassa sempre . . . esses rebentos do captiveiro que foram criados, alheios aos affagos eram mais desprezados de que os irracionaes. Quadro horripilante e barbaro!

Nos historicos paineis das scenas da escravidão encontramos telas de pintores de nomeada. Uma dellas — uma esbelta ou mediana preta, de camisa, de algodão da especie que já não existe na praça, collo engorjado, e por vestido um buret que bem conduzia com os seus soffrimentos, sobraçando em seus braços rellintos uma nédia criança de branca epiderme, sugando avidamente de suas tetas rotundas, o

Fonte: CEDAP

Junto ao *Clarim da Alvorada*, o *Progresso* firmou-se rapidamente como um dos órgãos mais enfáticos na procura pela consolidação e preservação dos direitos dos negros em São Paulo. O periódico atuou fixamente no encalço de perspectivas melhores para esses indivíduos em pleno complicado momento que o Brasil passava no fim década de 1920 com a decadência das velhas oligarquias escravistas, as dificuldades causadas pela crise econômica mundial de 1929 e o encaminhamento para mudanças significativas na área política (CARVALHO, 2009, p.157).

As três primeiras décadas do século XX foram um terreno fértil para o crescimento da imprensa negra. O jogo de interpretações sobre o grande extrato da população dificultou a organização política e social brasileira. O regime republicano não se mostrou capaz de atender na prática todas as demandas que a constituição resguardava. Interesses específicos de uma pequena elite que se responsabilizou por trilhar os caminhos para a nação prevaleceram em primeiro plano na tomada de decisões e a ciência interferiu na sociedade nem sempre de modo favorável para a grande maioria das pessoas. O desenvolvimento capitalista liberal, por sua vez, só fez aumentar as desigualdades enriquecendo uns e deixando tantos outros para trás.

Iniciativas daqueles que não se sentiram contemplados pelas rápidas transformações que o país vivia não demoraram a surgir, frequentemente orientadas por indivíduos que julgavam ser portadores de maior conscientização em relação aos demais. A imprensa negra, tal quais os jornais produzidos por grupos de imigrantes, foi um empreendimento que almejou reunir seus pares em prol da realização de causas próprias e se dispôs a prestar auxílio e orientação para pessoas que encontraram pouca oportunidade de expressar seus sentimentos e necessidades.

O *Getulino* e o *Progresso*, assim como todos os outros títulos, foram uma representação escrita do que uma parcela intelectualizada de negros do estado de São Paulo julgou ser adequada para a vida dos componentes do seu grupo étnico-racial, vida esta marcada pelos infortúnios com os quais a população pobre em geral teve que conviver e pela discriminação étnico-racial enraizada no pensamento eurocêntrico.

3 PERTO, MAS NEM TANTO: AS DISCUSSÕES DA IMPRENSA NEGRA EM RELAÇÃO A TRABALHO E EDUCAÇÃO.

> *Tendo de forjar, ao mesmo tempo, a sua situação econômica e os quadros de organização de sua vida social, o negro e o mulato submergiram mesmo onde aparentavam maior êxito. Enquanto não dispusessem do suporte organizatório necessário, estavam condenados a vegetar nas posições econômicas conquistadas no primeiro impulso, a perdê-las assim que a competição com os brancos aumentasse e a sofrer os efeitos perniciosos da regressão socioeconômica.*
>
> *(Florestan Fernandes)*

Percorrer o caminho feito até aqui se fez necessário para compreender a imprensa negra de modo mais aprofundado, especialmente no que se refere aos dois jornais analisados. Uma vez entendidas as estruturas e funcionamento desse tipo particular de publicação, podemos continuar o percurso traçado e direcionar as atenções para o conteúdo das folhas em si.

Trabalho e educação são temas que se repetem constantemente nas páginas do *Getulino* e *Progresso*. Ao longo deste capítulo serão apresentadas matérias sobre esses assuntos e traçadas algumas considerações que possam colaborar para o entendimento dos motivos que levaram os redatores a se preocuparem particularmente com a discussão desses dois tópicos.

3.1 AS PROBLEMÁTICAS DO NEGRO DIANTE DO MERCADO DE TRABALHO PAULISTA.

Certamente o início do século XX brasileiro ficou marcado como uma era de transformações e novidades. Novos rumos políticos, fim da escravidão, chegada de estrangeiros e crescimento urbano são acontecimentos que se prolongaram desde os anos finais do século anterior e se estabeleceram como registro do que se consideravam novos tempos. Nenhum outro fator, contudo, serve de maior ilustração para a imagem construída sobre o período do que a industrialização, símbolo essencial de modernização e desenvolvimento. Não que se tratasse de um caso inédito para a época. Algumas atividades

exercidas no período colonial são encaradas como o princípio da organização industrial brasileira. Engenhos de açúcar, pequenas manufaturas têxteis e construções navais são considerados por alguns pesquisadores como o início de um processo que se desenrola até os dias atuais.

Com o passar do tempo, o cultivo do café realizado especialmente na região sudeste do país e responsável pelo enriquecimento de muitos fazendeiros, cooperou com o nascimento de indústrias. Parte da estrutura organizada para a produção cafeeira proporcionou condições que subsidiaram a existência de fábricas. A construção de ferrovias e portos para a escoação da lavoura para o mercado externo são os exemplos mais clássicos. Aliado a isso, pode se destacar que os núcleos urbanos originados próximos às áreas de plantio geraram uma ampliação da demanda de consumo fundamental para abastecer às necessidades dos moradores. Inicialmente, grande parcela do que era preciso provinha de exportações, especialmente no que refere aos gêneros alimentícios[23]. Contudo, cada vez mais a produção nacional foi capaz de abranger a expansão do mercado interno (ARIAS NETO, 2006, p. 220).

Parte do mérito do desenvolvimento urbano também deve ser creditada à expansão cafeeira. Muitas melhorias nas cidades são frutos da opulência gerada e da relativa organização estrutural criada para cultura e beneficiamento dos grãos O lucro proporcionado pelo café movimentou várias agências citadinas, como bancos e comércio. Assim, o representativo crescimento industrial atingido a partir do século XX é parte de um percurso mais longo no qual se estabeleceu uma relação de estímulo recíproco entre o aumento dos espaços urbanos, a produção do "ouro verde" brasileiro e o aparato de indústrias estabelecidas nos tempos imperiais[24].

São Paulo é exaltado como exemplo maior desse desenvolvimento. Em termos numéricos, o estado realmente atingiu grande significância ao alcançar o primeiro lugar, em 1920, gerando 32% da produção industrial brasileira. O Rio de Janeiro (antigo distrito Federal) foi ultrapassado, ficando na segunda posição com o índice de 21% (RIBEIRO, 2002, p.352). A produção do café teve grande participação no alcance desse patamar. Na década de 20, o grande comércio de exportação do café era importante, mas tinha como aliado negócios iniciados por volta de 1880 e 1890 e movimentados por capitalistas industriais (maioria de origem estrangeira) interessados diretamente na expansão do mercado interno. A Primeira

[23] Entre os anos de 1905 e 1930 a importação de gêneros alimentícios atingiu uma média aproximada de 24% das transações econômicas brasileiras (ARIAS NETO, 2006, p.220).

[24] Esse último detalhe por vezes é pouco enfatizado em idéias que consideram República e industrialização como sinônimos indissociáveis.

Guerra Mundial (1914-1917) e o período logo em seguida[25] foram um momento de consolidação, diversificação e expansão dessas atividades (RIBEIRO, 2002, p.345).

Os setores de comércio de mercadorias, prestação de serviços e indústria de transformação foram os que mais movimentaram a economia da capital paulista nas duas primeiras décadas do século XX. Mas outros segmentos como a mecânica, a química e a produção de papel logo ganharam espaço e aumentaram a diversidade e a complexidade do polo industrial paulistano. As construções de relações entre os diferentes ramos de manufaturas se consolidaram e proporcionaram a formação de um parque industrial diversificado e integrado que permitiu a evasão de muitos produtos para o interior do estado e para outras regiões do país (RIBEIRO, 2002, p.345).

Em um espaço de tempo relativamente curto, São Paulo ganhou ares de cidade industrial. Em poucas palavras, a cidade cresceu. O perímetro urbano aumentou desmedidamente. As redes de energia elétrica se proliferaram para espaços mais longínquos. Os automóveis nas ruas multiplicaram-se cada vez mais. E sua população não ficaria para trás. De acordo com Ribeiro (2002, 356), na década de 1920, São Paulo ultrapassou o número de moradores do Rio de Janeiro e teve uma população cinco vezes maior do que a de Campinas, segunda maior cidade do estado.

Muitas dessas pessoas eram imigrantes, majoritariamente europeus, provenientes das políticas de imigração realizadas pelo governo para o trabalho nas lavouras. A forma como tal projeto foi idealizado teve como uma de suas consequências diretas o acúmulo dos estrangeiros nas cidades. Uma quantidade maior de trabalhadores do que o necessário foi trazida para o Brasil para baratear a mão de obra e colocar em prática o branqueamento social. Somado a este fato, foram financiadas apenas as passagens de vinda dos imigrantes e se evitou trazer pessoas solteiras (VERSIANI, 2002, p.207). Com família para cuidar e sem condições para voltar para casa, o trabalho se tornava questão de sobrevivência. Quando o campo não se mostrava atrativo financeiramente pela falta de emprego ou baixos salários, uma alternativa viável poderia ser a mudança para as cidades em busca de ganhar dinheiro.

Os migrantes de diversas partes do país também marcaram presença na capital paulista. As grandes secas nordestinas tornaram a cidade um refúgio aparentemente atrativo para o estabelecimento de uma nova vida. Ao mesmo tempo, caravanas de outras localidades, inclusive do interior do próprio estado, não tardaram a chegar. A imagem de riqueza e de

[25] A Primeira Guerra Mundial (1914-1917) acelerou a necessidade brasileira de ampliar a capacidade de atender ao mercado interno. O comércio externo com a Europa, seja para importações ou exportações, foi prejudicado em razão dos combates e da posterior reestruturação econômica enfrentada pelos envolvidos no conflito.

grandes oportunidades fez de São Paulo a menina dos olhos de brasileiros que viviam em situações difíceis e procuravam por melhores condições de sobrevivência [26]. Essa movimentação de pessoas resultou em um crescimento populacional (Tabela 2) natural que fez com que o mercado consumidor se expandisse. Os serviços para atender demandas pessoais tornaram-se cada vez mais necessários. Pensões, bares, cafés, hotéis, sorveterias, leiterias, botequins, restaurantes, barbearias, cabeleireiros e demais estabelecimentos encontraram uma demanda maior de consumidores que geraram lucros e fortaleceram a economia da cidade (RIBEIRO, 2002, p.350).

Tabela 2 – Evolução das populações de São Paulo – 1872-1920

ANOS	SÃO PAULO	
	Estado	**Cidade**
1872	837.354	23.243
1890	1.384.753	64.934
1900	2.282.279	239.934
1920	4.592.188	579.033
1934	6.433.327	1.003.202

Fonte: Séries Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro, IBGE, 1986, p.32. Recenseamento de 1934. Boletim do Departamento Estadual de Estatística. São Paulo, n.1, v.1, 1939, p.74-105. In: RIBEIRO, 2002, p. 354.

O mercado de trabalho obviamente não ficou alheio ao que estava acontecendo. Se comparado com o restante do Brasil, São Paulo apresentou um nível razoável de estruturação. A posição ocupada pela capital na dianteira do sistema econômico regional e nacional praticamente impôs tal situação. Grande parcela das vagas oferecidas foi ocupada por imigrantes provenientes do trabalho agrícola, especialmente por italianos, cuja nacionalidade foi a mais comum dentre os que vieram para o Brasil. De acordo com os índices apontados

[26]Ganha destaque nesse momento um fluxo inverso de mudança. Os subsídios oferecidos para a entrada de imigrantes no país e a desqualificação sofrida pelos trabalhadores nacionais fizeram com que São Paulo por muito tempo apresentasse um número maior de brasileiros saindo de seus limites em relação aos que chegavam. Esse padrão refletia a resistência que a sociedade paulistana oferecia ao operariado nacional e a preferência pelos estrangeiros, que, via de regra, ocupavam os melhores empregos (RIBEIRO, 2002,p. 357).

pelo recenseamento de 1920, o setor industrial agrupou um percentual de 51,6 de trabalhadores estrangeiros, enquanto no comércio e bancos a taxa chegou a 62,5%, nos transportes a 59% e na agricultura a 62,4% ((RIBEIRO, 2002, p.362). Os brasileiros, por sua vez, encontraram espaço maior no setor de prestação de serviços, como correio, telégrafos e telefones. Outro campo que acolheu muitos nacionais foi o trabalho doméstico, representando quase 10% do total de pessoas empregadas. (BARBOSA, 2008, p.94).

Todavia, as condições de trabalho nesses diversos ambientes não eram as mais apropriadas. Ainda em fase de consolidação, os sindicatos possuíam em geral uma organização frágil que pouco conseguia fazer diante da precariedade e das imposições desumanas a que eram submetidos muitos dos empregados. A ausência de legislação defensora específica para os trabalhadores e a mentalidade paternalista que teimava em gerir os negócios sob a égide de relações pessoais de subordinação arbitrária dificultava as manifestações dos contratados. A pouca estabilidade nos empregos era frequente e fazia com que cada um procurasse defender o seu, mesmo que estivesse aquém dos seus anseios.

Nessa conjuntura, o assalariamento[27], mesmo que longe do ideal, ganhou um caráter de privilégio econômico e social (BARBOSA, 2008, p.95). Em uma sociedade que movia esforços extremos para se firmar como potência econômica, estar fora da engrenagem capitalista significaria a pontuação de uma distinção direta entre merecedores ou não de reconhecimento e respeito [28].

Muitos foram os que não ganhavam ordenados fixos, seja por não conseguirem espaço no mercado de trabalho industrial ou por fazerem questão de se manterem fora do mesmo (CHALHOUB, 1986, p.37). Por outro lado, não significa dizer que essas pessoas não trabalhavam e sim que elas exerciam atividades consideradas informais. Tendo em vista que o assalariamento ainda não havia se difundido amplamente, houve uma série de ocupações intermediárias entre o emprego assalariado e o desemprego (BARBOSA, 2008, p.95). Dentre elas, podem ser apontados os cargos de ambulantes que trabalhavam com o transporte com carroças, os carregadores de pacotes e os vendedores de doces e outras guloseimas. As funções insalubres ainda se enquadram nessa categoria. Coletores de lixo e dos resíduos dos cavalos, limpadores dos trilhos de trem, lavadeiras, dentre outras, ajudaram a formar uma massa de trabalhadores que não conseguiu lugar em colocações de maior representatividade, mas realizou serviços fundamentais para a sociedade (SANTOS, 2003, p. 167).

[27] Possivelmente algo incomum para grande parte das pessoas oriundas da zona rural.
[28] As autoridades policiais consideravam vagabundos os que não recebessem salários e não fossem agregados a uma pessoa ou família (SANTOS, 2003, p. 147).

Estes postos não eram bem vistos e evitados por pessoas abastadas. Avaliados como ofícios característicos de pobres, esse tipo de trabalho ficou conhecido como “serviço de preto” em uma clara associação entre pobreza e negritude na qual ainda pesava os resquícios de relações construídas durante a escravidão. Uma definição tão pontual como esta precisa ser analisada mais detalhadamente para ser tomada como referência. Ela indica, contudo, que o senso comum do período assimilava “naturalmente” a ideia de que aos negros caberiam as ocupações indignas e desonrosas.

Em Campinas, distante aproximadamente cem quilômetros de São Paulo, o contexto foi equivalente ao da capital. Maciel (1987, p.131), afirma que “em geral as ofertas de trabalho aos negros se faziam nos locais de maior insalubridade e para serviços cujos pagamentos eram mais baixos”. Vendedores ambulantes e policiais subalternos foram funções volta e meia ocupadas por essas pessoas, devendo ser ressaltada, igualmente, a empregabilidade oferecida pelas empresas de transporte ferroviário em atividades que exigiam pouca especialização, como a construção e manutenção das estradas. (MACIEL, 1987, p.158). Fora dos trilhos, a área de transportes embasada na tração animal foi outro ramo no qual se firmaram em profissões de cocheiros, carroceiros e carregadores diversos. Afazeres executados em grupo sob o comando de outrem também ofereciam uma dinâmica que poderia facilitar a contratação de negros (MACIEL, 1987, p.159).

Receber pelos serviços prestados, entretanto, talvez fosse complicado em razão da relutância de antigos donos de escravos em reconhecer os negros como trabalhadores livres. A tradição escravista manteve-se forte na mentalidade de alguns campineiros que procuraram conservar relações sociais e de trabalho nos moldes anteriores à abolição e fizeram com que se tornassem conhecidas tentativas de continuação do serviço compulsório mesmo três décadas após a promulgação da Lei Áurea (MACIEL, 1987, p.150).

Após uma densa análise, Maciel enfatiza que:

> Em relação às condições de trabalho, para os negros após 1888, as práticas escravistas continuaram tanto no sentido mesmo de tentativas de fazer permanecer relações de trabalho escravas como no sentido do exercício da violência sobre o trabalhador. Além disso quer se destacar o surgimento da discriminação racial como um fator novo das relações de trabalho que também os negros passaram a enfrentar e que foi o principal responsável pela sua marginalização em relação ao mercado de trabalho (MACIEL, 1987, p.164).

Tal prognóstico sintetiza a junção de motivos que colaboraram para fazer dos assuntos relacionados ao mercado de trabalho um dos principais temas levantados pela imprensa negra

paulista. Logo em seu primeiro número o *Getulino* publicou uma matéria que efetuou um balanço sobre a situação dos negros em relação aos empregos:

> Vocifera a protetora do alto de sua sabedoria que o estrangeiro chega ao Brasil, vai para a fazenda, passa à cidade, seus patrícios dão lhe o lugar de servente, põe-lhe a colher e o martelo nas mãos, dias depois ele é mestre, é empreiteiro, está no primeiro plano, sendo o preferido. Enquanto isso, o negro, por misericórdia, continua amassador de barro ou carregador de caçambas.
> Perguntamos agora: quem é o culpado disso tudo?
> Será o estrangeiro, será o brasileiro, será o negro?
> Não.
> O elemento estrangeiro que aporta é portador de uma outra educação, traz na bagagem de sua atividade outras energias que nós os brasileiros brancos, pardos e pretos, não temos conhecimento.
> O brasileiro branco deixou-se vencer pelo elemento estrangeiro devido á sua indolência característica, devido à péssima educação do passado, onde ele apenas aprendeu a receber e gastar o fruto do trabalho escravo.
> Vem daí esse fenômeno extraordinário, do estrangeiro ser a maior potência da atividade nacional.
> O brasileiro negro, esse é naturalmente inimigo do trabalho, é indolente, é preguiçoso, mas não por sua culpa.O nosso negro é tragicamente uma vítima do passado e do viciado cativeiro de quatrocentos anos.
> Se ele não é empreiteiro, não é mestre e continua carregando a caçamba de barro, quase que acontece o mesmo ao branco.
> Nas cidades e nos campos, vemos o estrangeiro subalterno de ontem transformado em senhor, em patrão e capitalista de hoje. [29]

O excerto afirma que os imigrantes encontraram condições muito mais favoráveis para se desenvolverem do que os negros. Enquanto os estrangeiros conseguiriam progredir, ocupar posições melhores e enriquecer, os brasileiros continuariam em trabalhos subalternos e pouco rentáveis. O auxílio prestado por conterrâneos já estabelecidos no Brasil seria uma das causas dessa rápida ascensão dos imigrantes. Mas o principal motivo é creditado à superioridade intelectual da qual gozariam os europeus. Seria nesse ponto que o brasileiro em geral padeceria. A escravidão e a inferioridade inata dos nacionais lhes reservariam uma posição secundária, mesmo que eles se considerassem merecedores de sorte maior. Tal argumentação é embasada nos discursos produzidos pelas teorias científicas da época e a reprodução desses pensamentos pelos próprios negros, maiores prejudicados por esse viés interpretativo, demonstra a repercussão e a aderência que essas ideias alcançaram no imaginário social.

Aliás, a questão da preferência por trabalhadores europeus nos empregos em razão de possíveis atributos superiores ainda gera discussões em várias áreas do conhecimento[30]. No

[29] **Getulino**, Campinas, p.3, 26 ago. 1923.
[30] No primeiro capítulo já foram abordadas as análises de Florestan Fernandes e George Reid Andrews sobre essa temática e pôde ser apurado que ainda não existe um denominador comum capaz de colocar definitivamente um ponto final na discussão.

campo das ciências econômicas o debate continua em vigor e suscita posicionamentos díspares. Segundo Versiani (2012. p. 210), a entrada maciça de imigrantes no país desde o século XIX provocou transformações no mercado de trabalho do setor industrial, sobretudo no estado de São Paulo. A posição de destaque alcançada por essa região, inclusive, teria como uma de suas causas fundamentais a melhoria qualitativa proporcionada pelos trabalhadores estrangeiros.

Tendo como estratégia de interpretação um enfoque mais amplo, Barbosa (2008) enxerga com menos entusiasmo a distinção europeia. Mesmo que existisse, a qualificação superior não se concretizaria em diferencial para a seleção nos empregos, tendo em vista que as indústrias se incumbiam da tarefa de preparar a maioria dos contratados para a execução de suas funções. Ainda que os imigrantes apresentassem índices maiores de alfabetização, eles teriam pouca efetividade prática[31]. As habilidades necessárias para o trabalho nas fábricas não tinham a instrução formal como elemento fundamental (BARBOSA, 2008, p.102). Exceto em poucas funções burocráticas e administrativas, era o trabalho manual que movimentava a esfera industrial.

Assim, as vantagens dos imigrantes na concorrência pelas vagas de trabalho não estariam diretamente ligadas à capacitação elevada. O meio social é que seria o facilitador maior. Os diferentes grupos sociais carregavam consigo uma espécie de mística que os diferenciavam. O preconceito social e étnico-racial praticamente descartava os antigos escravizados e os trabalhadores nacionais. Em contrapartida, a sociedade como um todo estava "preparada" para receber os europeus (BARBOSA, 2008, p.103). Tal conjuntura resultava em casos como o seguinte:

> Amâncio Silva, operário brasileiro nato, residente em Santos, no morro do Pacheco, é chefe de numerosa família e se acha sem trabalho. Disposto a tudo para dar pão aos seus filhos, arriscou-se a ir falar com o capataz da firma Teodoro Wille e Cia. e pediu-lhe serviço. O capataz, apontando o lugar destinado aos trabalhadores, disse a Amâncio:
> _Entre e veja se aí há negros como você...
> Depois disso, Amâncio teve a necessária explicação: a firma Teodoro Wille não aceita empregados brasileiros.
> Resolveu-se, então o operário, a ir procurar serviço no armazém 21, externo da companhia Docas, onde se faz embarque de café por conta do governo. E teve nova desilusão. Ali também são preferidos os estrangeiros, pois, estes, costumam dar cem a cento e cinquenta mil réis no ato da admissão.[32].

[31]Em levantamento feito no ano de 1912 constatou-se que praticamente metade dos empregados em trinta tecelagens da capital paulista não sabia ler nem escrever (BARBOSA, 2008, p.102).

[32] Entre e veja se aí há negros como você. **Progresso**, São Paulo, p.2, 15 nov. 1931.

A demanda por emprego maior que a oferta possibilitava aos empregadores a oportunidade de poder optar entre os operários. Via de regra, essa escolha levava em conta as concepções formadas sobre os grupos sociais. E, nesse quesito, a balança pesava para o lado dos imigrantes (BARBOSA, 2008, p.102). No dia 26 de setembro de 1929, o *Progresso* trouxe em uma de suas páginas a transcrição de um diálogo entre negros que tem esse tema como pano de fundo:

> _ Olá patrício, está gostando da coisa?
> _ Que remédio irmão. Enquanto não se encontra trabalho, mata-se o tempo assim...
> _Que é isso! Não fale essas coisas na cidade dinâmica que é São Paulo.
> _É uma verdade. Trabalho não falta. Mas não nos dão. Essa nossa cor...
> _Não o entendo. Que tem a cor com o serviço...
> _Espere (desdobrando um jornal vespertino, disse-nos) Leia essas coisas.
> Precisa-se de um chauffeur, para carro de câmbio, à rua tal, nº tantos. Prefere-se branco.
> Família de tratamento, à rua...nº..., procura-se copeiro japonês.
> Despedindo do nosso interlocutor fomos pelo Viaduto pensando: cada qual manda em sua casa. Ninguém contesta. Mas não deixa de ser desaforo a mostra de má educação colocar-se aquela advertência no fim dos anúncios. Deve-se preservar o empregado e guardar para si as preferências...[33]

A composição de artigos estruturados em forma de conversa é corriqueira nos jornais da imprensa negra. Talvez esse método pudesse ser considerado um item de aproximação com os leitores. Os diálogos da vida cotidiana estampados nos periódicos poderiam reafirmar uma interação direta dos órgãos com a sociedade, a ponto de eles terem conhecimento até de conversas particulares sobre os assuntos habituais da população.

No tocante ao conteúdo específico da comunicação apresentada no jornal, a preferência por brancos ou asiáticos descrita nos anúncios de trabalho é avaliada como a causa frequente da desocupação dos negros. A afirmação que o dinamismo de São Paulo gerava empregos para os quais os negros não eram aceitos fortifica a tese de que as interações sociais envolvendo as negociações de contratação de novos funcionários encontravam na cor da pele escura um obstáculo. O teor da matéria permite conjeturar que a concorrência por uma ocupação no campo de trabalho estava distante de ser igualitária para todos. Não que o mercado pertencesse somente aos estrangeiros. Ele não tinha uma identidade étnica tão rígida e engessada. Brasileiros, sejam brancos, negros ou mestiços também conseguiam espaço. Mas as interações pessoais que permeavam a formulação do mercado de trabalho faziam com que ele se tornasse mais acolhedor para uns do que para outros (BARBOSA, 2008, p.102). O estigma social carregado pelos negros desde os tempos da escravidão impunha maiores dificuldades para essas pessoas.

[33]Prefere-se Brancos. **Progresso**, São Paulo, p.4, 26 set. 1929.

Os discursos contidos nos dois jornais caminham na mesma direção que os depoimentos colhidos por Bernardo (1998)[34]. Para os imigrantes italianos, São Paulo foi vista como a "cidade do trabalho", das oportunidades, ao passo que para os negros o mesmo território se configurou como um campo de incertezas e conflitos.

As possibilidades de trabalho emergiram como ponto fundamental das lembranças dos descendentes de italianos e nenhum caso de desemprego foi comentado pelos entrevistados. A rede de solidariedade formada pelos laços sanguíneos ou sociais também foi frequentemente citada como fator importante para o início e manutenção da empregabilidade.

Contrastantes foram as falas dos negros paulistanos. Para estes, as lembranças das vezes em que ficaram desempregados causam ojeriza. As narrativas deixam claro que a preocupação em conseguir trabalho, além do aspecto financeiro, esteve intimamente ligada com o bem-estar psicológico e o sentimento de dignidade dos homens. A família não apareceu como suporte, mas sim como preocupação. Não contaram o apoio familiar. Pelo contrário, se mostraram os responsáveis por despesas básicas para a sobrevivência própria e de seus parentes (aluguel, alimentação, vestimenta), o que fazia do emprego uma necessidade ainda maior. "A grande aspiração era ter um emprego fixo, que lhes possibilitasse um salário no final do mês" (BERNARDO, 1998, p.121). Consegui-lo, todavia, muitas vezes demandava esforços consideráveis.

Em casos emergenciais como nas greves, todavia, o quadro poderia mudar de figura. As tensões entre patrões e empregados não demoraram a acontecer. Os baixos salários e as más condições de trabalho uniram os imigrantes em torno de uma causa comum. Os sindicatos trabalhistas tinham na organização de greves um meio de tentar conseguir melhores remunerações e situações mais adequadas de serviço. A grande quantidade de negros desempregados tornou-se uma alternativa interessante para os industriários. Eles eram contratados às pressas para dar continuidade na produção durante as paralisações realizadas pelos operários e, consequentemente, minar as forças dos grevistas. Ou seja, os negros eram utilizados como "medida paliativa" para recompor a ausência do operariado estrangeiro (ANDREWS, 1998, p. 109).

[34] A antropóloga reconstrói o cenário paulistano do início do século XX analisando as memórias de negros e imigrantes italianos que vivenciaram o período. A abordagem comparativa elaborada pela autora mostra que os dois grupos possuem memórias distintas sobre os mesmos locais e situações, apontando vivências controvérsias em um espaço comum.

Muitos negros foram envoltos pelo discurso integracionista[35] dos sindicatos e participaram dos embates contra os empregadores[36]. Porém, tantos outros passaram a conviver com o rótulo de "fura-greves" (ANDREWS, 1998, p. 109). As poucas oportunidades e a necessidade de trabalhar provavelmente não permitiam que se pensasse muito no assunto.

Chances reais de trabalho não eram muito comuns e as poucas oportunidades que apareciam não significavam estabilidade e segurança. Salvo exceções, o setor industrial se configurava em um caminho sinuoso e limitado para o grupo negro. Um fato ocorrido em Campinas[37] mostra indicativos que revigoram esse pensamento.

> É de se lamentar que em Campinas, a terra abolicionista por excelência, a terra tão dignificada por Francisco Glicéryo que [*ilegível*] pretende uma fábrica prescrever de seu operariado as moças pretas, atirando-lhes nos olhos um "lamento!".
> Se essa fábrica não tivesse recebido favores da comunhão campineira, pelo seu legítimo órgão de representação administrativa, a Câmara Municipal, pouco ou nada poder-se-ía comentar [*ilegível*] mas diante de tal fato campineiros, é justo que assinalemos o todo odioso que merece essa medida infeliz, essa medida de exceção.
> Corrobora a nossa revolta o fato de não haverem excluído de seu operariado os pretos, nem a "Paulista" nem a "Mogiana", nem a "Man Hardy", fundada por um estrangeiro, nem a "Lidgerwood", estabelecida por outro estrangeiro, nem a "Arens", nem outras quaisquer empresas.
> Registrando o fato, bem certo estamos, sobreviverão momentos de arrependimento para os que pretendem excluir da humanidade um dos mais preciosos elementos que entraram no seio de nossa raça[38].

As reivindicações levantadas pelos sindicatos insuflavam as lutas por medidas protecionistas que evitassem, dentre outras coisas, demissões arbitrárias. Essa luta ganhou fórum nesse momento e proporcionou a colheita de frutos mais produtivos nas décadas seguintes, a partir da regulamentação dos direitos trabalhistas conquistados no governo de Getúlio Vargas.

As indústrias não ofereciam um terreno seguro para ninguém. O operariado convivia com longas jornadas de trabalho diário, pouca remuneração, ausência de assistência médica e o constante perigo de ser despedido por questões mínimas. Mas, caso proceda a informação

---

[35] Os sindicatos lançaram uma política de unificação que pretendia reunir todos em prol de suas causas. Os discursos segregacionistas deram espaço para uma mensagem de unificação entre todos. Imigrantes, ex-escravos e os nacionais seriam trabalhadores iguais, independentes de suas origens (ANDREWS, 1998, p. 109).

[36] Maciel (1987, p.130) destaca que um número elevado de negros campineiros participou de greves da Paulista e Mogiana em 1894, 1896, 1906, 1920 e 1925, sendo capaz de mobilizar também outras categorias de trabalhadores além dos ligados às estradas de ferro para reivindicações visando jornada diária de 8 horas de serviço, contra maus tratos dos chefes e fim de demissões arbitrárias.

[37] Considera-se que as cidades de Campinas e São Paulo experimentavam condições similares, levando-se em consideração que o município do interior também alcançou grande desenvolvimento urbano e industrial e a proximidade entre ambas facilitava a interação comercial com a metrópole.

[38] **Getulino**, Campinas, p.2, 7 set. 1923.

divulgada pelo *Getulino,* uma indústria da cidade cogitou a demissão de mulheres negras de seu quadro empregatício sem nenhum motivo aparente. O quesito étnico-racial foi a única causa apontada como justificativa para o episódio.

Não há o relato de insubordinação ou incompetência das trabalhadoras. De acordo com as palavras escritas no próprio jornal, trata-se de uma "medida de exceção". O detalhe de algumas outras indústrias, inclusive as fundadas por empresários estrangeiros, não agirem da mesma forma é utilizado como argumentação para repudiar veementemente o ocorrido.

Esta espécie de corda bamba parece definir a relação do negro paulista com o mercado de trabalho industrial no início do século XX. A dificuldade de inserção, gerada em grande parte pela construção ideológica que transformava em senso comum a imagem depreciativa do negro em relação ao imigrante, fazia das vagas existentes espaços de reduzida aceitação para esses indivíduos. Quando empregados, em muitas vezes ocupavam vagas provisórias deixadas por brancos e corriam o risco de serem dispensados por ações discriminatórias. Porém, a exaltação feita pelo jornal às empresas que mantiveram os operários negros permite supor que o cerne da discussão poderia mesmo girar em torno do quesito oportunidade, confiada desigualmente na sociedade.

Já que nas ruas não era tarefa tão simples encontrar ocupação remunerada, poderia ser que as coisas ficassem um pouco mais fáceis dentro de casa. Melhor dizendo, no interior do domicílio alheio, realizando o trabalho doméstico. Na verdade, essa espécie de atividade praticamente se configurou como uma exigência imposta pelas características do desenvolvimento industrial brasileiro. A renda das esposas e crianças complementava os ganhos do trabalho assalariado masculino e contribuíam para a manutenção do lar. Os salários abaixo do nível de subsistência pagos para os homens nas indústrias dificilmente permitiam que o chefe da família conseguisse arcar sozinho com todas as despesas da casa (BARBOSA, 2008, p.105). Quando não iam trabalhar com os maridos nas fábricas, as mulheres pobres frequentemente ganhavam a vida lavando e passando roupas, cozinhando e limpando a casa de quem as pagasse para realizar esses serviços.

Levando-se em consideração que os negros encontravam maiores obstáculos para trabalhar nas indústrias, o serviço doméstico para essas pessoas poderia ser ainda mais importante. Necessidades básicas como moradia e alimentação eram cobertas por muitos patrões. Existiam até mesmo acordos que previam somente esses pontos como forma de pagamento e isentavam os empregadores de qualquer retribuição financeira.

A sociedade brasileira estava habituada ao trabalho doméstico feito por mulheres negras desde os tempos escravistas. Era comum possuir uma escravizada responsável pelos

afazeres do lar[39]. As "criadas" eram consideradas mais inofensivas que os escravizados do sexo masculino e capazes de realizar as tarefas domiciliares com maior zelo (CUNHA, 2007, p. 380). Aparentemente, a vida na casa dos senhores poderia ser menos exaustiva do que o degradante trabalho nas lavouras e oferecer maior liberdade por não estar sob os olhares constantes dos jagunços. A proximidade excessiva com os donos, por outro lado, poderia trazer grandes complicações. Os abusos sexuais tornavam-se uma ameaça iminente.

O término da escravidão e a mudança para o trabalho assalariado não mudaram instantaneamente a configuração do serviço doméstico.

> Próspero que, se possível, mantenha as filhas em casa.
> Visitando Santos, pela primeira vez, fomos acumulados de muitas gentilezas e em uma reunião em homenagem a nossa folha, uma senhora falando á respeito da família, que conhecemos, nos disse: Completou quinze anos, ela não querendo tornar-se pesada a mim, empregou-se ali na avenida numa casa de família. Foi daí então que data a sua vida de sofrimentos, torturas e vigílias, a qual findou num hospital, legando-me, além de todas as vergonhas, uma filhinha[40].

Não há a explicação se houve o consentimento da menina no ato que gerou a criança, mas, pela queixa da mãe, pode-se imaginar que não. Uma série de complicações desencadeada por esse ato infeliz teria ocorrido na vida da empregada, restando à avó cuidar do recém-nascido. O "perigo do desvirtuamento" (CUNHA, 2007, p. 380) assombrava as domésticas e se tornava uma preocupação também para seus familiares.

A regulamentação jurídica do serviço doméstico encontrou ainda mais dificuldades para entrar em vigor do que o trabalho extradomiciliar. Os problemas advindos da relação entre empregada e patrão constantemente eram considerados casos de família e deveriam ser resolvidos particularmente. A intransigência e a arbitrariedade dos chefes impunham-se facilmente pela ausência de medidas legais que as contivessem de modo efetivo. Os casos de abusos sexuais não eram difíceis de acontecerem e o fato de serem realizados nas propriedades particulares dos empregadores diminuía o alcance da intervenção pública. O próprio caso mencionado acima não faz referência a nenhuma punição sofrida ao homem que causou males a garota.

Em razão da pouca capacidade de gerência do poder público, de ser realizado dentro de casa e em ambiente familiar, o trabalho doméstico nas primeiras décadas do século XX sugeria uma continuidade simbólica com o universo escravista que influenciava a manutenção

---

[39] Para maiores informações, ver: GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

[40] **Getulino**, Campinas, p.2, 13 abr. 1924.

de comportamentos sociais antigos. O entendimento sobre serviço doméstico o caracterizava como uma relação pessoal na qual a empregada "servia" aos patrões ao invés de realizar determinadas tarefas em benefício destes (CUNHA, 2007, p. 411). Ainda pesava a concepção da empregada como uma espécie de propriedade, interpretação esta que aumentava a suscetibilidade de abusos e desmandos sem a obrigação de motivo aparente ou retratação.

Vejamos a seguir o comentário de mais um dos vários episódios que retratam os percalços do trabalho doméstico publicados pelo *Getulino*:

> Como é que se despe uma mulher diante de filhos e filhas, que para ela são estrangeiros?
> Como é que uma senhora que é mãe e tem filhas também abusa dos filhos dos outros?
> Sabemos que a polícia nada poderá fazer e que a intervenção de advogados em casos tais são de resultados negativos, mas o fato precisa tornar-se público, deixando conhecida a heroína desse drama.
> Gente rica, mesquinha, que apesar de luxuosos automóveis, de exibir pedrarias e adereços, vive a despir as empregadas de forma escandalosa, com medo de ser roubada numa rodela de pão ou num resto de carne!
> E quando mesmo a mocinha tivesse dado direito a suspeitas, ninguém teria o direito de expor seu corpo á mostra.
> Isso foi uma audácia, foi um abuso, foi uma criminosa arbitrariedade.
> Nenhuma moça, preta ou branca, poderá mais ser empregada numa casa onde se deixam as serventes nuas á título de evitar roubos!
> Isto é estúpido e bárbaro[41].

A passagem conta um caso que terminou em ocorrência na delegacia da cidade. Segundo consta, ao retirar-se para dormir, a empregada doméstica de 14 anos de uma determinada residência foi questionada pela patroa se não levava consigo algum pertence da propriedade. Não contente com a resposta negativa da menina, a dona da casa exigiu que a mesma se despisse na sala diante dos filhos da empregadora para garantir que não estava carregando nenhum objeto por debaixo das vestes.

A redação do periódico se mostrou enfurecida com a situação à qual a empregada foi posta. Mesmo que a suspeita de roubo fosse comprovada, não haveria justificativa alguma para reação desrespeitosa praticada pela patroa. Ter as roupas retiradas na frente dos filhos dos chefes seria inaceitável para qualquer doméstica, negra ou branca. A consideração que a polícia ou o poder judiciário não conseguiriam obter significativa interferência no assunto fazia da denúncia pública nas folhas do jornal uma das poucas alternativas para tentar conseguir relevância social para o acontecimento.

Cabe ressaltar que o periódico tratou a ocorrência como uma suspeita, não comprovada. Posição diferente costumava ser constantemente seguida pela grande imprensa e

[41] **Getulino**, Campinas, p.2, 30 mar. 1924.

por veículos de comunicação especializados em assuntos criminológicos no decorrer das décadas de 1920 e 1930. Predominava uma associação direta entre trabalho doméstico e furtos. Muitas notícias a esse respeito foram divulgadas por vários jornais e reforçavam os empenhos para tornar obrigatório o registro prévio das empregadas na delegacia de polícia antes de assumirem o emprego nas residências[42] (CUNHA, 2007, p. 411).

Por frequentar com certa liberdade as dependências das casas dos chefes, as empregadas domésticas eram apontadas como principais suspeitas pelo desaparecimento de pertences do local de trabalho. Esse estereótipo praticamente fazia de uma simples suspeita um atestado de culpa. As relações pessoais inerentes ao trabalho doméstico permitiam que os limites impostos, as restrições, os consentimentos e a intimidade que tornassem mais ou menos próximos empregadas e patrões pudessem ser interpretados e negociados diariamente (CUNHA, 2007, p. 411). A vivência entre esses dois personagens se caracterizava por um "misto de subordinação e insubordinação" que fatalmente resultava em atritos e desentendimentos habituais (SANTOS, 2003, p. 156). A ausência de leis claras e objetivas para a ordenação dessa relação colaborava para a prática da violência física e simbólica da qual as empregadas eram as mais atingidas em razão da maior proteção encontrada pelos patrões nos mecanismos legais. De certo modo, os empregadores gozavam de uma posição privilegiada que legitimava atos agressivos como o comentado na última matéria.

Mas nem sempre as domésticas suportavam as ofensas cometidas pelos patrões. Ás vezes elas reagiam:

> _Não fique aqui nem mais um quarto de hora;
> Rua! Que estou cansada de aturá-la.
> Banheiro sujo; quarto sujo; saia.
> Toda em desordem! Rua, vá se embora.
>
> _Pois veja a minha conta...
> _Fez a mala?
> _Faço em um instante, sem demora...
> _Pois vá fazê-la e volte aqui.
> _Vá fazê-la e eu quero examiná-la. Eu quero examiná-la!
>
> Entra o marido: _Que foi isso, Clara?
> Já não posso aturar-lhe as ousadias.
> Porca, Vadia e, além de tudo, cara!
>
> Nisto, dos fundos, volta a arrumadeira.
> _Quanto devo? ... Seis meses e onze dias...
> _Bem; você... venha aqui...segunda feira[43]

[42]O Código Civil de 1888 já determinava a existência obrigatória de uma caderneta assinada pelos empregadores na qual eram reconhecidos os acordos firmados entre as duas partes e atestada a idoneidade das empregadas (CUNHA, 2007, p. 398).
[43]GOMES, O. Patrões. **Getulino**, Campinas, p.2, 27 jan. 1924.

O diálogo construído por um dos colaboradores do *Getulino* permite a suposição de que se trata de uma alusão a uma situação corriqueira. Ao ser dispensada à base de ofensas e acusações de incompetência, a empregada não se omite e desdenha da ação tomada pela patroa. Prontamente ela se dispõe a arrumar suas coisas e deixar a residência onde trabalhava. Possivelmente o fato de não receber salários por mais de seis meses seja um dos agravantes para que a doméstica não apresente nenhuma relutância em tentar manter o emprego. A animosidade de ambas as partes é nítida e indica uma relação desgastada e pouca propensa à reconciliação.

A constância de matérias abordando o trabalho doméstico leva a crer que esse campo também não oferecia condições de desenvolvimento e estabilidade para os negros. A proximidade cotidiana com os contratantes impulsionava a difusão de atitudes discriminatórias. A persistência do passado escravista na memória social coletiva e a dificuldade de organizar legislativamente o serviço doméstico tornavam o interior dos lares dos patrões um território comumente inóspito e propício ao desrespeito moral e físico para com os empregados.

O *Getulino* e o *Progresso* apresentaram pontos em comum ao movimentarem suas forças para tentar amenizar as dificuldades encontradas pelos negros no mercado de trabalho. Ao trazer à tona casos como a demissão de mulheres negras de uma determinada indústria, abusos contra empregadas domésticas e o sentimento de favorecimento aos imigrantes, os jornais buscavam defender os interesses de seus leitores e assegurar que o grupo negro conseguisse se afirmar em colocações que lhe garantisse a sobrevivência e os benefícios da participação no crescimento econômico do período.

Requisito fundamental para a manutenção autônoma de quase toda a população, a obtenção de trabalho para os negros esbarrou na existência de barreiras conceituais estabelecidas socialmente. Coube aos jornais da imprensa negra enfrentar a imposição de tais obstáculos ou ao menos procurar conter seus efeitos através de denúncias e incentivos de enfrentamento aos fatos ocorridos.

3.2 EDUCAÇÃO: UMA SOLUÇÃO PARA TODOS OS MALES.

Junto às questões trabalhistas, a educação é outra temática que despertou preocupação nos redatores dos jornais da imprensa negra. Várias foram as matérias que abordaram esse assunto, tratado sempre de modo efusivo. A apreensão dos periódicos refletiu a existência de

uma discussão política ampla que envolveu a sociedade. Instaurou-se uma grande expectativa em torno do desenvolvimento da educação nacional, considerada então como a salvação do Brasil. Pairava sobre ela a designação ambígua de ser entendida como um dos maiores problemas sociais que, uma vez solucionado, tornar-se-ia o caminho mais promissor para a resolução dos males do país e o direcionamento para o progresso desejado para a nação (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 47).

Na década de 1920 foi lançada uma série de reformas e ações regulamentárias para o incremento e ampliação do ensino público em um clima de grande euforia pela educação[44]. O antigo modelo imperial de sistema escolar direcionado à formação das elites foi posto à prova. Em seu lugar foi proposta uma organização nacional de educação focada na educação básica, interligando os níveis primário e superior de forma articulada (PILETTI, 1991, p.20).

Alguns grupos de intelectuais priorizavam as escolas como fundamentais para existência plena da República. Existia um descontentamento com a situação brasileira após duas décadas de proclamação do novo regime político. Muitas expectativas geradas pelas promessas governamentais de transformar o Brasil em um país diferente do que era antes ficaram frustradas. Na avaliação de grupos intelectualizados e defensores assíduos dos ideais republicanos, a nova organização política não havia se tornado realmente pública o suficiente para atender toda a população igualitariamente. Os dados (Tabela 3) relativos à área da educação endossavam essa reivindicação: cerca de 75% da população em 1920 era analfabeta.

Tabela 3 – Índices de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades (1890-1920)

ESPECIFICAÇÃO	**ANO**		
	1890	1900	1920
Sabem ler e escrever	2.120.559	4.448.681	7.493.357
Não sabem ler e escrever	12.213.356	12.939.753	23.142.248
Total	14.333.915	17.388.434	30.635.605
% de analfabetos	85	75	75

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil*, ano II, 1936, p. 43. In: RIBEIRO, 2003, p.81.

[44] Piletti (1991, p.63) destaca entre as reformas realizadas nessa década a de Sampaio Dória, em São Paulo (1920), a de Lourenço Filho, no Ceará (1923), a de Anísio Teixeira, na Bahia (1925), a de Francisco Campos e Mário Casassanta, em Minas Gerais (1927) e a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1928).

O analfabetismo causava ojeriza e era praticamente entendido como uma doença pelos setores intelectualizados. A urgência em providenciar ações eficazes de alfabetização coletivas destinadas principalmente à população pobre advinha da interpretação de que não saber ler e escrever impossibilitava a participação política efetiva dessas pessoas, leitura que gerava "desconfianças" entre os dirigentes brasileiros e reforçava o imaginário depreciativo que desfavorecia a maioria dos habitantes (LUCINDO, 2010, p.49). Financeiramente, a falta de letramento também gerava problemas, pois dificultava o desenvolvimento de habilidades necessárias para a integração no mundo do trabalho, forjado no contexto urbano-comercial iniciado ainda na segunda metade do século XIX.

Para combater o que muitos consideravam o principal inimigo da sociedade surgiu a Liga Brasileira de Combate ao Analfabetismo, em 1915. Ainda neste sentido, ocorreu a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), no ano de 1924, instituição que tomou a dianteira nos assuntos educacionais e se estabeleceu como espaço importante para os debates relativos à escola pública e sua articulação com os projetos voltados para a construção da nacionalidade brasileira (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 47).

A intelectualidade negra compactuava com a ideia de que o analfabetismo era um grave problema, capaz até de prejudicar a autoestima dos sujeitos:

> Ninguém calcula a pena que eu tenho quando um pobre homem – que poderia ser espiritualmente saudável e arejado, _ convencido de ser um inútil e um desprezível por não saber ler.
> E eu já tenho os encontrado aos feixes.
> Uma vez um carregador, enquanto eu esperava um bonde, me disse que eu era feliz porque sabia ler. E acrescentou textualmente que ele era um desgraçado: nem assinava o nome.
> Eu pensei então que aquele homem teria em casa seis ou sete filhos, _como é vulgar. E quando visse os filhos, em vez de ter de si mesmo uma idéia generosa e forte _ dessa fortaleza que redoma a paternidade, e é sua marca _seria vergonha. Vergonha de não saber ler. Julgaria que, por isso, era um improdutivo, um infecundo, um lamentável.
> Diante desse aguilhão moral ferindo aquela alma, eu me irritei mais uma vez contra as mentiras científicas do século da democracia e da evolução e do progresso universal[45].

Não saber ler era tido como um motivo de vergonha segundo o relato acima. Mais que isso, o homem considera-se um "inútil" e "improdutivo" por não ser capaz de assinar o próprio nome. A alfabetização é realçada como um grande diferencial, uma vantagem capaz de interferir diretamente até na vida particular do pai com seus filhos.

[45]GUELNIO. O alfabeto brilha mais do que todas as constelações do céu. **Progresso**, São Paulo, p.1, 15 set. 1928.

De acordo com as colocações, o indivíduo parecia sentir-se deslocado, despreparado para viver na sociedade em que se encontrava. Seria então papel fundamental da escola pública reverter tal condição. Na perspectiva dos intelectuais, a educação deveria ser a grande difusora de instrução e enriquecimento cultural para todas as camadas populares. Seria ela responsável não apenas pelo ensino formal das pessoas, mas também para a preparação do caráter do homem para atuar na nova sociedade que se acreditava estar em construção (ANANIAS, 2000, p.70). O avanço brasileiro se daria pelo desenvolvimento conjunto das esferas econômica e intelectual brasileiras. A tríade progresso, educação e transformação da realidade social aparecia intrinsecamente vinculada (AZEVEDO; PINHEIRO, 2011, p.29).

Os educadores tinham noção dos principais entraves que dificultavam o desenvolvimento social e acreditavam na força da escola pública para resolver tais dilemas. O sistema oligárquico, o baixo poderio econômico de quase toda a população e as dificuldades culturais e políticas para o estabelecimento de uma sociedade verdadeiramente representativa impulsionaram a eleição do sistema escolar como o principal meio para mudar esse panorama, funcionando como uma espécie de regenerador dos indivíduos e, consequentemente, de toda a sociedade. Assistiu-se uma superestimação do sistema educacional provocada pelos fervores ideológicos dos mestres e demais intelectuais (NAGLE, 1977, p.262).

Essa efervescência culminou na pressão junto ao Estado para a ampliação de suas responsabilidades na área educativa. O descaso do poder público nesse aspecto incomodava. O entusiasmo pela educação mostrou-se uma resposta direta à desilusão gerada pela inércia do governo republicano em educar a população, levando-se em consideração a ostentação idealizada de que a sociedade brasileira estaria entre as mais modernas do mundo (NAGLE, 1977, p.262). O termo modernidade sem educação de qualidade surgia como algo inconcebível e fazia da República brasileira alvo de críticas ferrenhas. A democratização do ensino era cobrada severamente.

Motivado por esses clamores, o governo brasileiro tomou iniciativas em relação à organização do ensino público. Um dos primeiros passos dados foi a nacionalização do sistema escolar e o fechamento de escolas estrangeiras para imigrantes. O conteúdo programático das escolas primárias passou a se incumbir de orientação moral e cívica além de operações básicas de aritmética, leitura e produção de textos. O estudo da língua pátria, da Geografia e História do Brasil revelava a preocupação com o desenvolvimento de um sentimento patriótico de unidade nacional edificada em torno do sistema republicano. (SOUZA, 1999, p.128). Já o disciplinamento das crianças baseado na ostentação de virtudes morais transmitia noções de comportamentos sociais considerados adequados. Esse viés

civilizador era enfocado diretamente no público interno dos colégios, composto basicamente por alunos e familiares, mas imaginava-se que ele poderia se desdobrar para além desses limites por meio de interações sociais corriqueiras e atingir a população como um todo (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 47).

A instalação dos chamados grupos escolares aconteceu em várias cidades de diferentes estados brasileiros, inclusive em Campinas e São Paulo. Os prédios construídos para o funcionamento das escolas possuíam uma arquitetura monumental e imponente que transparecia a simbologia atrelada ao governo republicano e refletia suas finalidades políticas e sociais. O parâmetro educacional estabelecido previa um modelo de escola urbana e moderna em comparação com os colégios imperiais. Os ideais e ritos republicanos ganhavam prolongamento no imaginário social por meio da escola ao mesmo tempo em que se intencionava pôr fim nas lembranças sobre o antigo regime (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 43). Deste modo, o empenho em fortalecer a cultura escolar tornou-se importante, tendo em vista que a resistência da escolarização doméstica mostrou-se um forte resquício desse passado que se pretendia tornar esquecido.

Interesses políticos à parte, acreditava-se que a escola pública teria a competência de equalizar as diferenças econômicas, sociais e étnicas. Ao propor a abertura para o grande público e oferecer a mesma instrução, o ensino público possibilitaria as mesmas oportunidades para todos. Porém, a constatação da existência de uma divisão entre colégios elitizados para ricos e escolas menos seletivas para os pobres logo pôs fim a esse juízo (ANANIAS, 2000, p.74). Ao que se refere às relações étnicas, as metas de promoção de igualdade e tolerância também encontraram dificuldades para sair do plano ideológico, tal qual é relatado em um dos artigos do *Getulino*:

> Claro está que raro é o negro que sabe com perfeição tomar a caneta e externar seus pensamentos; visto como é de ontem que lhe fora dado a liberdade de instrução, e ainda assim mesmo não é sem dificuldade que podemos galgar os nossos ideais em um banco colegial sem que nos deparemos com as perseguições dos nossos professores e colegiais pertencentes á classe avessa, que julgando com isso nos prejudicar, nos presta, indiretamente, um grande e inestimável benefício, pois faz com que aperfeiçoemo-nos o nosso caráter e burilemos a nossa educação.
>
> E ainda para nos desanimar na senda que pretendemos seguir, qualquer que seja ela, temos à considerar a escassez de numerários e a desproteção do governo, pois não me consta que o governo tenha no estrangeiro em pensamento, nenhum brasileiro negro; e nem é necessário ir além, pois sabes tão bem como eu que neste bendito Estado de São Paulo, pode-se contar na ponta dos dedos os funcionários negros, quando digo funcionários, refiro-me aos empregados de responsabilidade [46].

[46] **Getulino**, Campinas, p.2, 23 dez.. 1923.

O autor do excerto afirma existir a perseguição de professores e demais colegas de classe para com os alunos negros. Ao contrário do que propunha sua idealização, as escolas tornaram-se um órgão de difusão do racismo na sociedade. As discriminações ocorridas em outros espaços também foram reproduzidas no ambiente escolar e criaram um clima de hostilidade que indiretamente atrapalhava o usufruto dos estudantes negros de todas as ocasiões de aprendizado oferecidas pelo sistema escolar. A separação dos alunos em grupos de brancos e de negros era uma medida comum que só fazia crescer a distinção entre o alunato sob a alegação de que os primeiros teriam seus rendimentos prejudicados pela menor capacidade dos outros (DÁVILA, 2006, p. 75). A proposta de escola acolhedora e amistosa mostrava-se segregacionista na prática e incapaz de se desvencilhar de muitas das ideias que ela própria tentava contrariar.

A organização das relações étnico-raciais da sociedade paulista não colaborava para a existência de uma rede de ensino público congruente e harmoniosa. A menção a uma "classe avessa" ao grupo negro indica uma atmosfera de resistência entre partes que se consideravam antagônicas. Salvo exceções, a convivência entre brancos e negros foi corrompida por um clima de rivalidade e pouca tolerância, fruto da herança escravista e da reestruturação dos mecanismos de subordinação dos antigos escravizados pela elite branca após o fim do cativeiro (DOMINGUES, 2005, p.184).

A pouca representatividade de trabalhadores negros em cargos de confiança comentada anteriormente perpassa pela difusão desse conjunto de ideias que indiretamente dividia a coletividade em duas. Funções de maior expressão não eram asseguradas aos negros em razão de que a própria sociedade de modo geral inibia a manifestação dessas pessoas, assim como de todos os nacionais pobres. Esses sujeitos ocupavam uma posição de segundo escalão explicada muitas vezes pela falta de instrução e erudição.

Diante de tais circunstâncias, a necessidade da educação aparecia como um tema central na imprensa negra:

> Vemos todos os dias, pelas ruas de nossa capital, grande número de meninos pretos em abandono.
> A quem cabe a culpa por este triste estado de coisa?
> A nós certamente.
> Já vamos para quatro décadas que somos livres filhos da terra de Santa Cruz, e ainda, não temos um rancho, ao menos, onde se ministre as primeiras letras a nossos irmãos de cor!...
> Que fazer? Vontade?Essa deusa, infelizmente não nos falta, mas...
> Haja visto os pretos norte-americanos, perseguidos pelo preconceito, lutam sem tréguas pelo abc.
> Não é bastante saber ler e escrever. É preciso mais. Um emprego definido. Um ofício.
> Feliz do pai que conseguir dar um emprego a seu filho. Equivale a uma herança.

> Oficio é benefício, vive na boca do populacho.
> É urgente uma reação. Temos força de vontade, brio em demasia, mas, falece-nos coragem.
> Suprindo a falta de escola que carecemos, aí está o Juízo de Menores, preparando homens validos e capazes para o futuro. Abreviar o estafante serviço dessa autoridade, precisamos. Como?
> Educando, de hoje em diante, a medida de nossas forças, os nossos filhos.
> Se assim procedermos jamais escapará de seus lábios: Sou um analfabeto, e, culpado desse meu dissídio foram meus pais.
> Outro intuito estas linhas não tem, senão de apelar para os nossos pais, de hoje, que coloquem nas pequenas mãos de seus rebentos a cultura[47].

Horácio Cunha defende a urgência de propagar a educação na comunidade negra e a necessidade de se criar escolas para atender o grupo. Embora o projeto educacional republicano tenha visado a massificação do sistema de ensino público para a elevação cultural da população, a frequência dos alunos não conseguiu atingir os patamares almejados e poucos foram os que tiveram acesso às escolas[48]. Além disso, a discriminação étnico-racial restringiu ainda mais os espaços existentes nos colégios para os negros. Muitas instituições, inclusive, não aceitavam esses alunos em seu conjunto discente. De acordo com Lucindo (2010, p.50), a proibição de matriculas para pessoas negras e diferenciações no grau de instrução reservado para cada conjunto de estudantes seguiam a mesma lógica dos tempos de cativeiro e tentavam preservar a "supremacia branca, que na República representava assegurar a condição de cidadão a poucos" e utilizá-la como distinção em contraponto às camadas populares ligadas aos trabalhos de pouca representatividade social.

Deste modo, a intelectualidade negra propôs-se a criar alternativas independentes para proporcionar a educação para os membros de seu grupo. Neste sentido, merece destaque o colégio São Benedito[49], inaugurado em Campinas, no ano de 1902, proveniente da iniciativa de homens negros pertencentes à Irmandade São Benedito que buscavam caminhos para assegurar a instrução de seus filhos (PEREIRA, 1999, p. 308). Outras entidades associativas também assumiram essa responsabilidade, assim como foi sugerido por Lino Guedes:

---

[47]CUNHA, Horário. Os homens pretos e a instrução. **Progresso**, São Paulo, p.1, 23 jun.. 1928.

[48]Em 1920, o estado de São Paulo apresentava uma taxa de apenas 28% da população em idade escolar matriculada nas escolas, quadro que não mostrou alterações substanciais até os anos 40 (GHIRALDELLI, 2006, p.21)

[49]Nesta entidade destacaram-se especialmente duas figuras da intelectualidade negra paulista: Francisco José Oliveira, professor fundador do colégio, e Benedito Florêncio, jornalista atuante no *Getulino*. A organização da escola foi o gérmen para a criação do Centro Literário dos Homens de Cor, que posteriormente tornou-se Federação Paulista dos Homens Pretos e Federação Paulista dos Homens de Cor. Ao abrir-se para a população campineira em geral por conta da escassez de recursos, o colégio São Benedito teve seu projeto inicial de atendimento à comunidade negra prejudicado e o registro de alunos negros matriculados tornou-se minoria com o passar do tempo (PEREIRA, 1999, p.308).

> Às sociedades, cabe reagir e procurar desenvolverem-se em todos os sentidos de modo a resolverem o problema da alfabetização de seus associados[50].

Garantir que o filho não se tornasse mais um adulto analfabeto era praticamente uma exigência imposta por Horácio Cunha. O cuidado com a educação dos jovens era tomado como um passo fundamental para a garantia de um futuro mais promissor. A qualificação profissional era apontada como o principal benefício obtido por aqueles que frequentam os colégios. Mais do que necessariamente o aprimoramento cultural erudito, os intelectuais negros prezavam pelo desenvolvimento de competências capazes de abrir as portas do mercado de trabalho para a sua comunidade.

De certo modo, foi exatamente essa uma das principais finalidades para as quais a escola pública republicana foi projetada. De acordo com seus idealizadores, a educação instaurada no período seria o "remédio contra os vícios das populações pobres trazidos desde a escravidão" ao centrar-se na formação de pessoas trabalhadoras e ligadas à pátria (LUCINDO, 2010, p.25). Tal preocupação estava concatenada com um prognóstico que se arrastava desde os tempos imperiais e supunha que os negros quando livres abandonariam seus postos de trabalho, prejudicando o desenvolvimento da nação e tornando necessárias intervenções educacionais direcionadas à especialização desse grupo em serviços marcados pela subordinação, como empregadas domésticas (LUCINDO, 2010, p.50).

Por outro lado, fortes foram os apelos dos jornais para que os negros buscassem se capacitarem para a execução de algum ofício e se estabelecessem em profissões que lhes proporcionassem melhores condições de vida.

> De meu canto tenho observado que a maior parte dos meus irmãos de cor não quer aprender um ofício, por que será?
> Porque todos querem somente ser empregados do Comércio embora seja para entregar mercadorias e fazer limpeza eternamente. Está certo, estão defendendo o pão honradamente.
> Todos querem ser somente guarda livros, contadores e datilógrafos e etc.. Estou de acordo que devemos estudar porque o saber não é privilégio de ninguém
> Mas eu ouvi uma canção: o sol nasce para todos.
> A sombra é para quem não é preto!!!
> Fiquem certos meus irmãos pretos e mulatos que são diplomados, que para arranjar um lugar no comércio e no escritório...
> Não é canja.
> Com os estudos do curso comercial os pais dos alunos gastam tanto como se tivessem eles cursando uma Escola Normal Oficial. É preferível ser um professor normalista, porque depois de sua formatura tem sua cadeira garantida pelo governo: embora seja no bairro Pendura-Saia, com direito de Montepio para amparar sua

[50]GUEDES, Lino. Não nos esqueçamos que a profissão é complemento essencial da educação. **Progresso**, São Paulo, p.3, 17 mar. 1931.

> velhice e sua prole e não precisar mais esmolar para meio mundo para obter um emprego.
> Agora nós, os pretos paupérrimos, mas de boa vontade, que não podemos mandar nossos filhos para uma escola de curso superior, devemos fazer todo sacrifício para que vá para o Grupo Escolar até completar o curso.
> Nós, os pretos, devemos tratar seriamente da educação dos nossos filhos; e os que assim não fizerem serão inimigos da Pátria e da raça negra[51].

O colaborador do periódico traça uma espécie de caminho a ser seguido, ressaltando o que considera serem as melhores possibilidades para o incremento das carreiras do grupo negro. A tentativa de alguns intelectuais de orientar a vida profissional dos membros de sua comunidade advém da desilusão sofrida com a desatenção dos sucessivos governos republicanos na realização dessa empreitada. Constava ainda a ação dessas mesmas administrações na promoção de facilidades para o desenvolvimento de muitos imigrantes europeus e asiáticos. A percepção da ausência de auxílio oficial articulou a organização de um conjunto de expoentes letrados em prol de causas específicas. Ao "cuidarem de si e dos seus" os negros acreditavam que trabalhavam para o desenvolvimento próprio e, consequentemente, para a ampliação da democracia e o crescimento da nação (MACHADO, 2009, p.108). A movimentação em torno do direito à educação era, acima de tudo, uma ação política.

A educação insurgia no pensamento desses sujeitos como um meio de introdução ao sistema capitalista e de ascensão social. Os estudos poderiam culminar na diplomação em alguma profissão e elevar o nível econômico e cultural dos negros. As formaturas eram comemoradas com euforia pela imprensa negra:

> Depois de um curo brilhante acaba de ser diplomada em comércio pela Escola Profissional "Carlos Campo", a senhorinha Maria Odila dos Santos, filha da senhora e enteada do Sr. Benedito.
>
> A senhorinha Alice Bastos, aluna do externato S. José, ao terminar o curso nesse estabelecimento, foi distinguida pelo seu esforço e aplicação com uma medalha de ouro.
> Ao Sr. Leopoldo Bastos e sua esposa d. Maria Bastos, enviamos cumprimentos pelos louros conquistados pela sua gentil filhinha.
> Após exames boníssimos, foi promovida, com muita justiça para o 2º ano da Escola Normal do Braz a senhorinha Evangelina Xavier de Carvalho, filha da viúva Ruth Xavier de Carvalho.
> Devido as notas boas que obteve durante o ano no Grupo Escolar de Arouche, foi promovido para o 3º ano o menino Horácio da Cunha Filho.
> Igual distinção obteve o petiz José, filho do Sr. Argentino C. Wanderley, que vai cursar, com a mesma proficiência dos anos anteriores, o 2º ano do Grupo Escolar "Barra Funda ".

[51] **Progresso**, São Paulo, p.2, 13 ago.. 1932.

Cada passo adiante nas escolas e cursos superiores até o término dos estudos era reconhecido como uma vitória e exposto como exemplo para aqueles que não estavam seguindo a mesma trilha. Além da realização pessoal de cada um, a profissionalização era exaltada como uma conquista comunitária para o engrandecimento de todo o conjunto negro.

O prestígio social atribuído a determinadas carreiras era um dos pontos sublinhados no incentivo à profissionalização. Médicos e advogados, dentre outros, desfrutavam de grande consideração da população, especialmente no que se refere às pessoas pobres. A ocupação dos negros em posições de renome poderia constituir uma sublevação indireta à imagem pejorativa criada a respeito desses sujeitos. Ou seja, a profissionalização teria a capacidade de amortizar as discriminações étnico-raciais.

Alguns acontecimentos comentados no *Progresso*, contudo, mostraram que tal associação instantânea poderia ser precoce. Em outubro de 1928, uma caravana de médicos brasileiros foi convidada a participar de uma convenção de profissionais da área na França. Durante quarenta e cinco dias, os brasileiros assistiram várias palestras e frequentaram cursos oferecidos pela Faculdade de Medicina de Paris. No decorrer da excursão, os médicos paulistas que compunham a equipe se insurgiram com a presença do clínico baiano Enoeh Carteado e pediram sua retirada do grupo sob a justificativa de ele ser negro e isso ser considerado motivo de embaraço frente aos anfitriões europeus.

Diante do ocorrido, Enoeh Carteado remeteu o seguinte telegrama ao professor Fernando de Magalhães, no Brasil:

> Paris, 22 – Dr. Magalhães – Rio de Janeiro.
> Alguns colegas de São Paulo querem forçar "exprinter" separa-me da caravana medica pelo motivo somente de ser eu diplomado pela Bahia, da raça preta, para que os franceses ignorem que o Brasil a possui. Peço vossa intervenção, pois julgo não desonro a pátria.
> Enoeh Carteado [52].

Embora possuindo uma profissão conceituada, o médico negro se depara com atitudes discriminatórias que conferem a ele a acusação de envergonhar os representantes do Brasil no exterior. As teorias raciais tiveram grande repercussão no estado de São Paulo a ponto de influenciar comportamentos como os apresentados pelos paulistas que tentavam camuflar a presença negra na composição da população brasileira.

Em resposta, o professor pede que o embaixador brasileiro residente na França proporcione segurança para Enoeh Carteado e afirma aos demais médicos que ele possui os

[52] A caravana dos médicos brasileiros em Paris e a atitude revoltante de seus colegas de São Paulo. **Progresso**, São Paulo, p.7, 16 dez.. 1928.

mesmos direitos que os outros, observando ainda que o acontecimento causou repercussões negativas no Brasil.

Muito dessa repercussão foi ministrada pelo *Progresso,* que comentou exaustivamente o caso e reafirmou sua desaprovação com o acontecimento ressaltando a competência do médico em questão. A articulação da defesa feita a Enoeh Carteado sustentou-se também na afirmação de que a medicina brasileira tinha conseguido grandes avanços graças ao trabalho de médicos negros que se orgulhavam de sua etnia, como o clínico geral Juliano Moreira e o neurologista e psiquiatra Miguel de Couto[53].

Na mesma época outro evento similar agitou as folhas do jornal. Uma desavença em uma barbearia do interior também foi comentada pelos redatores do *Progresso:*

> O tenente Francisco Lourenço dos Santos, oficial do Exército brasileiro, estando de passagem na cidade de Ribeirão Preto, foi rudemente menosprezado em um salão de barbeiro, que por ilusão tinha o nome de "Salão Brasil", simplesmente pelo fato de não ser branco.
> _Preto – dissera-lhe o barbeiro a que pedira servi-lo – não pode ser atendido.
> O distinto militar, dando mostras de muita educação e altivez, limitou-se a sair do salão, que por sinal é propriedade de um estrangeiro, e sem fazer comentários deixou em paz o raspador de queixo.
> O povo de Ribeirão Preto, cidade de educação cívica muito aprimorada, é que não concordou com o caso, encarregando-se duas patrióticas – A Legião Brasileira e a Defesa do Brasil – de desagravar publicamente o brioso filho de Marte. Em sessão extraordinária e conjunta sob a presidência do dr. Romano Barreto, decidiram os sócios, por unanimidade, se fizesse um desagravo publico ao militar desacatando, porque o fato feria de muito o brio dos brasileiros, pois é certo e sabido que em nossa Pátria não há preconceito de raça, nem distinção de castas, sendo evocados na ocasião, eminentes vultos nacionais na magistratura, no legislativo e até no executivo, que foram homens pretos e que souberam honrar, com muita galhardia, o nome e a soberania do Brasil. Não podia, pois, numa simples barbearia ficar deprimido de um caráter de brasileiro e representante do Exercito Nacional, desse mesmo Exercito que muito se ufana com heroísmo de Henrique Dias.
> O dr. Gomes apresentou uma carta do proprietário do salão, a qual, no momento, fez o mesmo efeito de sinapismo em perna de pau, dizendo que já havia sido demitido o empregador autor da desconsideração aquele oficial. O Sr. Altino de Mattos, diante desta carta, achou de melhor alvitre fosse nomeada uma comissão de sindicância, a fim de ser apurado se o empregado demitido era, de fato, o maior responsável pelo desagradável incidente.
> Depois de falar a senhorinha Julieta Borges, que pronunciou um discurso cheio de patriotismo, o Dr. Raphael Pirajá orou vibrantemente, entusiasmando a assistência. Terminou propondo a nomeação de uma comissão para levar a carta, lida na assembleia, ao tenente Francisco Lourenço dos Santos, fazendo-lhe ciente de que toda Ribeirão Preto sentia com ele o desacato.
> O povo de Ribeirão Preto, diante da diminuição sofrida pelo brioso militar brasileiro, resolveu "boicotar" inteiramente o salão em que se verificou o incidente[54].

[53]Observações feitas em artigo assinado por Medeiros e Albuquerque, publicado em 13 de janeiro de 1929.
[54] Menosprezado na sua própria terra. **Progresso**, São Paulo, p.5, 13 jan.. 1929.

A construção textual enaltece a posição do negro como integrante da oficialidade brasileira e descreve o barbeiro ironicamente como um mero "raspador de queixos". A respeitabilidade inerente ao cargo ocupado no exército garantiu um *status* social que foi contraposto ao trabalho de menor expressão social ocupado pelo branco. Porém, nem mesmo o prestígio oferecido pelas profissões de maior destaque, como a medicina e o exército, foram capazes de impedir que discriminações étnico-raciais ocorressem.

Por outro lado, os dois casos relatados afirmam que o médico e o tenente encontraram respaldo em associações ou instituições conceituadas que se mostraram contrárias aos acontecimentos. O auxílio prestado por pessoas influentes também colaborou para a resolução dos problemas. A rede de relações pessoais e profissionais construídas ao longo das carreiras mostrou-se de grande valia para esses sujeitos e lhes proporcionou vantagens para o confronto com a discriminação étnico-racial. A interferência de outros segmentos sociais externos à comunidade negra possibilitou maior notoriedade aos episódios e cooperou para que eles não ficassem impunes.

A igualdade constitucional ressaltada pelo governo republicano muitas vezes encontrava restrições em motivações étnico-raciais ou financeiras que dificultavam o exercício pleno da cidadania para muitos brasileiros. Apesar de praticamente não existirem impedimentos legais que diferenciassem a população, tal qual acontecia nos Estados Unidos e na África do Sul, a proliferação de pensamentos discriminatórios no cotidiano nacional formulava uma espécie de preconceito que ganhava espaço no plano extraoficial. As declarações de que a construção da soberania popular brasileira caminhava seguramente em razão de que o país já desfrutava de uma democracia social consolidada facilmente se dissipava sob olhares mais atentos (ANDREWS, 1998, p. 43).

As diferenças econômicas e culturais facilmente tornavam-se restrições sociais sob a orientação de um pequeno grupo elitista que interferia na organização estrutural brasileira em perseguição ao enquadramento a padrões exteriores de progresso e civilidade. Neste ínterim, a educação pública era condecorada com a missão de transformar a sociedade brasileira e prepará-la para os novos rumos em que se esperava colocar o país.

Na visão de alguns intelectuais negros, a educação aparecia como necessidade básica para a alteração da situação econômica e social da comunidade, capacitando-a especialmente para a ocupação de empregos melhores, tendo em vista que as condições oferecidas pelo setor trabalhista frequentemente eram fonte de discussão e protesto nos jornais da imprensa negra.

O *Getulino* e o *Progresso* consideravam trabalho e educação elementos-chave para a consolidação dos negros na sociedade republicana das três primeiras décadas do século XX.

Os depoimentos acerca das dificuldades de afirmação dessas pessoas em tais esferas permitem a realização de um exercício reflexivo sobre a sociedade brasileira atual. Afinal, pode-se observar que a parcela negra da população brasileira possui os menores índices de desenvolvimento socioeconômico do Brasil e escolas e locais de trabalho ainda aparecem como os principais ambientes em que esses indivíduos sentem-se prejudicados pela influência negativa atribuída às suas aparências.

4 COMO SER E AGIR: AS ORIENTAÇÕES COMPORTAMENTAIS DISSEMINADAS PELA IMPRENSA NEGRA.

> *Entre nós mesmos há uma mentalidade que precisa ser combatida, em benefício da obra de emancipação moral que se pretende executar no país.*
>
> *(Lino Guedes)*

Neste capítulo serão tratadas as orientações que os contribuintes dos periódicos transmitiram sobre o comportamento dos indivíduos em esfera pública e particular. As discussões levantadas abordarão as ações que os colaboradores consideravam inapropriadas e as intervenções que propunham para a mudança dessas situações em uma perspectiva de melhoramento da imagem depreciativa atribuída aos negros.

Assuntos como vícios e vadiagem foram os principais alvos atacados pelos jornais na tentativa de prevenir doenças e problemas judiciais e, consequentemente, colaborar para o bem estar de cada um. É considerada, também, a hipótese de que existia a preocupação em promover a valorização social da comunidade negra através da adequação aos padrões de civilidade ostentados na época. Por último, serão feitos alguns apontamentos sobre a capacidade dos jornais selecionados em promover alterações no cotidiano da população negra.

4.1 PATRIOTA E REPUBLICANO, COM ORGULHO.

Pelo que se pôde observar até este ponto, o *Getulino* e o *Progresso* se manifestaram frequentemente contra situações ou pensamentos que desprivilegiam a população negra. Fazendo jus ao destacado em ambas as folhas, defenderam os interesses do grupo étnico-racial do qual se punham como porta-vozes e denunciaram a dificuldade de inserção dos negros na sociedade brasileira, regida pelo governo republicano, embasada no trabalho livre e refém de teorias científicas que já não encontravam respaldo onde foram elaboradas, mas por aqui causavam grande alvoroço nas elites dirigentes e prejuízo para a massa populacional brasileira.

Críticas aos rumos que o país tomava não faltaram nas páginas dos jornais da imprensa negra. Não apenas disso, contudo, viveram os periódicos. Eles também quiseram construir, participar dos debates, lançar ideias. Já que o Brasil passava por uma reformulação, os intelectuais negros também tentaram deixar sua contribuição, analisando as discussões em

voga e direcionando-se para o grupo negro com objetivos pragmáticos. Além de um lado reivindicatório, os exemplares publicados nas cidades de Campinas e São Paulo também desenvolveram um trabalho didático, visando à organização dos seus leitores diante das transformações em curso. Neste sentido, os primeiros assuntos levantados foram como lidar com o novo regime político e a maneira devida de interagir com a pátria. Uma matéria publicada no *Getulino* discute o tema com propriedade:

> Quando a Pátria se sente ameaçada, ou quando ela se debate em defesa dos seus sagrados direitos, maior é o número de pretos e mulatos que se apresentam para defendê-la; grande ainda é o número deles que praticando atos de verdadeiro valor e heroísmo, morrem no campo da ação bendizendo o nome de sua Pátria, desse grandioso e belo Brasil, por saberem á priori que dolce et decorum est pátria mori.
> Não cansem de trabalhar para o engrandecimento do vosso nome e de vossa dignidade; não cesseis de trabalhar para suavizar os corações desses que nos tolhem a liberdade, encostando-nos para a imensidade do ostracismo.
> Lembrai-vos sempre que se sucumbe no campo da ação, vos é mais preferível a morte que a desonra; pátrias mort quan fildari. [55]

O texto descreve uma fidelidade dos negros com a pátria brasileira, ressaltando que sempre que se fizer necessário esses indivíduos estarão dispostos a defendê-la. Mais que isso, a matéria instiga os leitores a "trabalharem" para o engrandecimento da pátria. O discurso transparece a ideologia de uma forma de conduta para com a pátria que é transmitida diretamente aos leitores do jornal.

A passagem fala ainda da necessidade de não se entregar aos que "tolhem a liberdade" e mantém os negros na "imensidade do ostracismo". Provavelmente o autor esteja referindo-se à discriminação étnico-racial e falta de expressividade vivenciada por eles na época.

Carvalho (1987, p.60) aponta que o sentimento de patriotismo é proveniente do anseio de fazer parte de um determinado grupo, uma busca por integração, comunidade. A declaração de amor incondicional à nação pode significar o desejo de pertencimento, de representação junto à sociedade brasileira. Indiferente de ser branco ou negro, ser identificado primeiramente como brasileiro.

No momento em que se discutia a colaboração dos grupos étnicos para composição da nossa "raça", declarar-se brasileiro, servidor à sua pátria, poderia ser visto como uma autoafirmação dos negros como integrantes da nação. Tendo os direitos civis diminuídos por medidas segregacionistas, a afirmação como brasileiro talvez tenha sido uma tentativa de galgar representação social junto aos próprios compatriotas e minar as argumentações discriminatórias embasadas na cor da pele. Afinal, um ponto de comunhão entre todos era

[55] LUPERSAS. **Getulino**, Campinas, p.2, 23 mar. 1924.

reiterado: a nacionalidade. Guimarães (2008, p.275) define essa estratégia como uma atitude integracionista politicamente passiva, segundo a qual os negros e mulatos tentaram demonstrar que a única distinção entre eles e a elite branca era a cor da pele e que não haveria nenhuma implicação moral ou cultural proveniente disso[56].

Outra passagem do periódico trata da defesa de símbolos nacionais. O excerto narra a visita de campineiros a uma academia de dança paulistana que se propunha a ensinar todos os ritmos, exceto o maxixe. Ao tomar conhecimento do fato, o autor acusa os dirigentes do estabelecimento impatriotismo.

> _Aqui é proibido dançar maxixe.
> Ficamos a olhar a nota especial com assombro, pensando nesta sociedade que é uma lástima.
> A dança é a expressão gesticular de um povo. Na dança, a mais velha das musas, punham os helenos um superior poder. Além do prazer estético, da criação do estilo em que tanto o corpo fala uma eloquente linguagem de ritmos, a dança é a feição mais clara da exteriorização do caráter de um povo. Através dos tempos, desde a antiguidade até agora, cada povo criara instintivamente a sua dança. E o maxixe era a nossa expressão, era nosso ritmo, era a nossa demonstração individual, como a giga para a Escócia, o cancan para Paris, o tango para a América espanhola. Grande extensão territorial sob influência do solo e clima diversos, no Brasil havia várias danças regionais tão diferentes uma das outras como a paranaense, a riograndense e o baiano e paulistano. Mas como há um estatuto político a que mais ou menos obedecem, o maxixe era a dança geral, o sentimento rítmico que todos sentiam.
> É inteiramente nosso. Nosso como a capoeira, como a capanga, como o engrossamento [...].
> E nós vimos na frivolidade do curso de dança a estupidez do impatriotismo.¨

Pode-se notar que o autor do texto acima, além de exaltar a pátria, faz questão de lembrar os componentes que a simbolizam, tal qual o maxixe. Ele também faz menção à capoeira, dentre outros elementos, como representante do povo brasileiro. Interessante notar que esse símbolo era característico da população negra e não do Brasil como um todo. Ao exaltar-se como brasileiro, considera a capoeira, reconhecidamente característica dos negros, como um símbolo nacional em uma conjuntura na qual os elementos de origem europeia eram assimilados veementemente pelo Brasil e o discurso policial concebia a prática da capoeira como um ato ilícito e perigoso (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p.245). Assim, o *Getulino* afirmava a presença da população negra e ressaltava sua cultura como inerente à nação brasileira mesmo quando a elite governante do país discursava o contrário.

[56] De acordo com o pesquisador, outro modo de integração social foi adotado pela intelectualidade negra a partir da terceira década do século XX, abandonando e atitude passiva e inclinado-se para a mobilização política e preservação da identidade étnico-racial.

Além de defender a exaltação de símbolos nacionais, o jornal mostrou-se preocupado com o comportamento que os indivíduos deveriam manter em relação à pátria. Uma passagem, em especial, abordou os compromissos das mulheres para com a nação:

> A missão da mulher para com a pátria
>
> Amando-a (pátria) com ardor, a mulher tem assim como o homem, o dever de lhe prestar piedosas homenagens e de lhe demonstrar o seu afeto em realizações práticas, que são os atos de civismo que estiverem de acordo com a delicadeza de seu sexo.
> Na paz, na paz serena que o benfagelo gênio feminino deve acalentar e defender com toda energia, a mulher terá também sua louvável tarefa; e tão elevada que dela, pode se dizer sem exagero, depende o futuro da pátria – é a educação cívica e moral da criança, naquela idade tenra em que ela ainda não vai à escola, mas deixa gravar na sua alma ingênua as profundas e indeléveis impressões recebidas no regalo das mães, o que nunca, nunca mais se apagará, sejam quais forem os ventos do destino[57].

O título do texto trata de uma "missão" da mulher para com a pátria. Colocado desta forma, praticamente impõe uma obrigação, algo que deve ser seguido, um compromisso contínuo indispensável para a população. De acordo com o texto, a mulher, assim como o homem, deve prestar homenagens e demonstrar afeto pela pátria em atos de civismo. Além do mais, a "missão" da mulher para com a pátria se prolongaria na tarefa de garantir que o patriotismo fosse transmitido às gerações futuras, durante o cuidado com as crianças.

A república brasileira foi instaurada sem a participação da população em geral, sendo constituída por membros das elites. Para conseguir legitimação e apoio do povo, visto que o retorno ao monarquismo era defendido por alguns setores sociais, o regime republicano necessitou de iniciativas que o aproximasse das pessoas. Para tal, foram elaborados símbolos nacionais que representariam a nova organização política e proporcionariam maior identificação desta junto à sociedade, como Tiradentes, a bandeira e hino nacional (CARVALHO, 1990, p. 55).

Com a intenção de aproximar a população das diferentes regiões brasileiras e criar um sentimento de nacionalidade que superasse o regionalismo, foram elaboradas simbologias que exaltavam a história em comum e a união da população brasileira sob a égide da república. Carvalho (1990, p.130) afirma que uma das principais vertentes ideológicas que participaram da elaboração do regime republicano no Brasil foi o Positivismo, de August Comte. Dentre outros pontos, essa ideologia propunha o desenvolvimento de uma "religiosidade cívica" que aproximaria a população do novo regime político através de uma exaltação contínua da pátria e de seus símbolos. Por meio da criação de feriados cívicos que remetiam a personagens ou

[57] RIBEIRO, Maria Rosa M. A missão da mulher para com a pátria. **Getulino**, Campinas, p.2, 12 ago. 1923.

momentos importantes da história brasileira, da organização de grandes desfiles que exaltavam os feitos republicanos, dentre outras ações, buscou-se criar um imaginário capaz de gerar identificação das pessoas com a pátria e a república brasileira.

O discurso do *Getulino* em relação à pátria aparenta estar baseado nesse conjunto de ideias característico da virada do século XIX para o XX. Além de demonstrar um patriotismo acentuado dos redatores, o jornal praticamente dita regras, normas de comportamento, obrigações a cumprir junto à nação, disseminando princípios cívicos aos leitores.

O regime republicano também foi mencionado frequentemente pela folha. Através de uma série denominada "Perfis", o *Getulino* descreveu a vida e ações de personagens ligados à república que considerou importantes para a história nacional. Os exemplares continham um número significante de perfis relatados, tais como: Álvaro de Ribeiro, Barros de Pimentel, Cruz e Souza, cônego Samuel Fragoso, Joaquim Álvaro, dentre outros. Em geral, esses indivíduos foram personalidades importantes na cidade de Campinas e ocuparam cargos políticos ou de expressão na sociedade, fatos que os credenciavam a serem tratados como exemplos de conduta pelos redatores.

Um dos perfis que recebeu maior destaque foi o do Drº. Araújo Mascarenhas. A leitura do trecho abaixo mostra em linhas gerais como era descrita as atividades das figuras homenageadas:

> Campineiro de estirpe que muito se notabilizou nas lutas republicanas e nas cruzadas da Abolição, o drº. Mascarenhas tem a lhe alimentar o cérebro potente com talento igual ao do jornalista dr. Quirino e a lhe impulsionar o coração benfazejo sangue igual ao que vivificou o grande apóstolo do bem, o inesquecível Bento Quirino, a quem Campinas deve monumentos de filantropia.
> Tem vasto círculo de admiradores e não talvez meia dúzia de pares nesta cidade que não bendiga o seu nome, celebrando a sua vitória quando arredou da cabeceira dos doentes à morte.
> Na proclamação da República, isto é, na época da sua consolidação, desertou do anfiteatro da academia do Rio de Janeiro, deixando os cadáveres nas geladeiras para, ardendo-lhe a alma de patriotismo, ir expor-se, tornar-se cadáver na linha onde formavam os soldados de Floriano Peixoto, voluntários da República.
> É esse homem um dos que honram a geração moderna de Campinas[58].

Deste modo foram narrados os perfilados, como homens ativos na sociedade, repletos de benevolência e apreciados pela comunidade. Porém, o que mais desperta a atenção nesses perfis é que todos exaltavam a luta dos indivíduos na luta abolicionista e a participação ativa no cenário republicano. O fim da escravidão e a constituição do regime republicano apareceram como um processo contínuo, um anseio geral dentre os homens citados.

[58] **Getulino**, Campinas, p.1, 09 mar. 1924.

Possivelmente a assimilação entre abolição da escravidão e o início da República seja uma das causas que justifique o apoio dos negros ao novo regime político. Além das tentativas governamentais de angariar apoio da população à república através de simbologias, a associação entre monarquia e o passado escravista pode ter sido um fator importante para o grupo na adesão ao regime republicano. A nova forma de governo trazia em seu bojo uma ideia de igualdade, representatividade e justiça dificilmente experimentada antes pelos antigos escravizados. Pátria e república se entrelaçaram nos dizeres publicados no *Getulino*, demonstrando apoio e sentimento de pertença tanto à nação brasileira quanto ao sistema político que a orientava.

4.2 CIDADÃO BRASILEIRO: HOMEM, HONESTO E TRABALHADOR. MULHER, RECATADA E DEDICADA À FAMÍLIA.

O *Getulino* não demonstrou preocupação apenas com a afirmação dos negros enquanto brasileiros. Mais que isso, o jornal difundiu em suas páginas uma série de argumentações que pretenderam influenciar o comportamento dos leitores a fim de melhorar a visão que a sociedade tinha a respeito dessas pessoas.

A matéria intitulada "Norma de Conduta" sintetiza a opinião dos redatores sobre o assunto e exemplifica a ação do periódico na tentativa de influenciar no comportamento da população:

> O homem preto quase que geralmente não sabe avaliar o quanto vale, não sabe dar estima a sua própria pessoa, resultando daí o desprezo que legam a nossa raça, que tem o seu efeito de causa no desprendimento que muito tem pelas leis da sociedade, fazendo muito pouco caso do modo de se deportar nas ruas e mesmo nos lugares que se encontram, sem se lembrar que nós, homens de cor preta ou escura, somos observados em todos os nossos atos, resultando daí que muitos qualificam a todos da nossa raça.
> É preciso, pois, que nos portemos com postura necessária nos lugares públicos e mantenhamos sempre uma linha reta de conduta na nossa vida, fazendo pautar os nossos atos pelas regras da moralidade[59].

O autor salienta a importância de os negros se portarem corretamente em público e seguirem normas de conduta baseadas na moralidade. Segundo o mesmo, seguindo tais princípios, ele contribuiriam para a construção de uma imagem positiva sobe a comunidade negra que colaboraria para a amenização dos estereótipos e do preconceito destinado ao grupo.

[59] JUNIOR, Cesar. Norma de Conduta. **Getulino**, Campinas, p.3, 22 jun.. 1924.

Cada personagem que compõem uma família teve críticas e sugestões endereçadas para si, Os jovens foram um dos principais alvos dessa campanha encabeçada pelo jornal:

> Pela vida e pela honra
>
> Referindo-se a nossa mocidade, disse alguém com pessimismo absurdo e, em certo ponto exagerado:
> _De que lhe serve fatigar-se tanto em exercícios durante o dia, nos ginásios, em campos de atletismo e no mar, se a noite, todas as energias adquiridas em esforçosos treinos, vão-se levadas pelos tóxicos que por aí se vende clandestinamente em lojas e em bordéis, e ainda de porta em porta nas visitas [*ilegível*] por mercadorias sórdidas da raça de Judeu, de Pádua, de quem Romeu recebeu o elixir letal que pôs fim ao seu amor[60]!

O título dado à matéria já demonstra desaprovação sobre o uso de tóxicos pela juventude. Mesmo reiterando que o fato é tratado com exagero, Coelho Netto afirma que o caso é prejudicial não somente à vida dos jovens, mas à "honra" dos mesmos.

Outro artigo publicado trata do comportamento das moças e da necessidade especial dos pais cuidarem de suas filhas para evitarem condutas impróprias.

> Filha
>
> Não podem ser bem recebidas pela sociedade essas manifestações de rebeldia que por aí explodem como verdadeiros [*ilegível*] de filhas desrespeitando as mães como um ato muito debilitante e que muito incomodam uma soberania essencial.
> Hoje, nossas filhas são educadas desde a sua mais tenra idade sob um preceito suave que é a própria vontade, satisfazendo todos os desejos, por absurdos que sejam e impondo vontades absurdas em lugares onde deveriam ser tidas como figuras pequeninas para receberem ordens e as cumprirem saudosas. Porém, não é isso o que vemos em nossos dias, em que filhas impõem as mães a satisfação de caprichos e não podem nem de leve ser contrariadas.
> A filha é a flor do lar e essa flor mimosa e delicada será desenterrada pela jardineira, será colhida pelo vendaval, não conseguirá se mostrar em toda sua beleza radiante, majestosa e fresca. É preciso o cuidado persistente e muito delicado para levar esse ser de embrião à planta em franco desenvolvimento sem que, para conseguir a flor tão cobiçada, que bem zelada e guardada das tempestades poderá produzir fruto de inestimável valor[61].

O cuidado com a juventude era justificado pelo raciocínio lógico de que esses meninos e meninas seriam futuros adultos e que a precaução atual poderia evitar aborrecimentos no futuro. Estabelecia-se, assim, um desígnio a médio ou longo prazo, que, todavia, mantinha altas doses de imediatismo. Afinal, além da preocupação com o dia de amanhã, os redatores tinham pressa em retocar o presente, focando-se também nos que já haviam atingido a maioridade. A matéria a seguir, por exemplo, fala das obrigações cabíveis às mulheres:

---

[60] COELHO NETTO. Pela vida e pela honra. **Getulino**, Campinas, p.2, 16 dez. 1923
[61] Caio. Filha. **Getulino**, Campinas, p.2, 18 nov.. 1923

> Um país para ser grande e próspero precisa de boas mães.
>
> A mulher foi criada para ser mãe, para ser companheira do homem, e nesse conceito, a sua constituição psico e moral é para o completo desenvolvimento de tal missão.
> Não se julgue por isso que a mulher para ser mãe e esposa seja obrigada a deixar de cumprir as leis psíquicas de seu sexo. Não.
> A mulher, dentro dessa missão moral tão nobre e elevada, tem vasto campo onde empregar as suas energias e exercitar suas aptidões[62].

Neste caso, além de requisitos morais, o autor cobra das mulheres uma tarefa de maior valor: a de ser mãe e esposa. Segundo essa ótica, a mulher cumpre uma obrigação para com a pátria ao garantir a estabilidade familiar e a educação dos filhos, proporcionando o desenvolvimento das gerações futuras e a prosperidade do país. O autor aborda a atividades de esposa e mãe como funções cívicas, um dever para com o Estado.

Neste momento, a figura feminina carregava consigo a glória ou o fardo de ser a tábua de salvação da sociedade brasileira. Os dirigentes do país enxergavam no núcleo familiar, baseado na ordem e disciplina, a solução para alguns males que assombravam a população, corrompendo-a e dificultando o progresso tão almejado para a nação (SALVETTI, 2011, p. 141). E seria exatamente a mulher o ser responsável por organizar o lar e cuidar do marido e filhos com empenho para que sua família não esmorecesse.

De acordo com Martins Júnior (2005, p. 52-53), a dona de casa indiretamente trabalharia aliada ao Estado para diminuição da criminalidade masculina e capacitação da mão de obra formada pelos homens. Como? Disciplinando seus cônjuges e filhos para o trabalho e incentivando-os a cumprir suas obrigações, aperfeiçoando-os, inclusive, para o futuro, como pais e mães das gerações que ainda estariam por vir.

O papel social da mulher não era fácil de ser executado, pois exigia muitos atributos e regramentos. Caia a ela manter a aparência de pureza e submissão ao marido, organizar e gerir o lar e transparecer a imagem de companheira adequada, ideal para aquele com que se casou (MALUF; MOTT, 1998, p. 396). A sociedade urbano-industrial conjugava grandes responsabilidades para a esposa e mãe de família. Muitas dessas obrigações, contudo, eram provenientes das transformações causadas pelo próprio modelo social vivenciado. A reformulação de antigos costumes, inovações no cotidiano feminino e o estabelecimento de novas formas de relacionamento entre homens e mulheres foram apontados por intelectuais como as principais causas da desordem social (MALUF; MOTT, 1998, p. 371-372). De certo

[62]Um país para ser grande precisa de boas mães. **Getulino**, Campinas, p.1, 02 set.. 192

modo, a relativa liberdade que a mulher começou a experimentar, contraditoriamente, se transformou em motivo de repressão.

A abertura maior do mundo do trabalho extradomiciliar para as mulheres e a existência de relações amorosas que nem sempre condiziam com o padrão familiar patriarcal proporcionaram maior autonomia para o sexo feminino, autonomia esta frequentemente vista com maus olhos. Rapidamente as mulheres tornaram-se alvos de jornalistas, publicitários, médicos, padres, políticos e outros agentes que levantaram a bandeira de um projeto normativo que estabeleceu regras e controle para a conduta feminina, tanto das classes subalternas quanto dos extratos médios e superiores da sociedade (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 175). Como frisado por Maluf e Mott (1998, p.368),

> As mudanças no comportamento feminino ocorridas ao longo das três primeiras décadas deste século incomodaram conservadores, deixaram perplexos os desavisados, estimularam debates entre os progressistas. Afinal, era muito recente a presença das moças das camadas médias e altas, as chamadas "de boa família", que se aventuravam sozinhas pelas ruas da cidade para abastecer a casa ou para tudo que se fizesse necessário. Dada a ênfase com que os contemporâneos interpretaram tais mudanças, parecia ter soado um alarme.

A medicina foi uma das primeiras preocupadas em soar tal alarme, defendendo a tese de que a existência feminina estava inteiramente ligada à função biológica de ser mãe. Resguardando suas energias para fins reprodutores, elas se protegeriam da possibilidade de sofrer algum distúrbio biológico ou psicológico que pudesse afetar sua saúde (CUNHA, 1989, p.21). A psiquiatria, por sua vez, interessava-se em trabalhar com casos de mulheres que renegavam suas atribuições sociais de gerar e educar filhos, cuidar da família e administrar o âmbito doméstico. Alguns diagnósticos como degenerescência mental, fraqueza de espírito e propensão à prostituição eram apontados em laudos de mulheres analisadas que não se enquadravam no perfil considerado normal (SALVETTI, 2011, p. 177-178).

Baseado em muitas conclusões médicas, o direito chamou para si a responsabilidade de organizar a vivência feminina e questões envolvendo a sexualidade no Brasil. Segundo o apontado por Salvetti (2011, p.41), a Constituição promulgada em 1890 já apresentou a movimentação do sistema jurídico através da introdução do capítulo referente à "Violência Carnal", no "Título Oitavo", "Da segurança da Honra e da Honestidade das Famílias e do Ultraje Público ao Pudor". Desde então, os crimes de defloramento, estupro, rapto, adultério ou infidelidade conjugal, lenocínio, atentados ao pudor e ultrajes públicos ao pudor passaram a ser tratados de forma individualizada e minuciosa.

Atentando a este fato, pode-se supor que as duas próximas matérias publicadas no *Getulino* não tenham sido meras coincidências. Trata-se de uma coluna chamada "Registro sem Tampa", na qual Senísio Frade percorre a cidade relatando condutas que considerava impróprias e denunciando tais comportamentos. O namoro em público em Campinas é o assunto inaugural:

> Nessa bela e episcopal cidade, onde a modernidade toma rápida e espantosa proporção, também não deixa de ser um tanto 'avacalhada' no que tece em namoros.
> Eu, como bom cumpridor da lei dos bons costumes, sinto um calafrio percorrer as artérias quando presencio certos fatos de arrepiar os cabelos de um careca!, que certamente esses mesmos já reclamaram as constantes irritações do couro cabeludo.
> Bem, seguimos: quem der uma volta lá pelo lado do 'quadrado', isto é, do Jardim Público, quase onde os ponteiros da Catedral, quero dizer, do seu relógio, mandar vinte horas, fica de boca aberta com a concorrência de almofadinhas e melindrosas, um tão pertinho do outro, só falando nos ouvidos, com certeza segredos, ou atarracados, não, minto, abraçados, tão entretidos que a gente passa, olha, ri, tosse e eles nem se quer mexem a ponta dos pés.
> Que vergonha! Digo que falta de vergonha! Se fosse no meu tempo a mãe do almofadinha, eu o papai da melindrosa dava [*ilegível*], mas infelizmente, atravessamos uma época em que o torto está direito e o direito está torto!
> Não quero com isso dizer que não se deve namorar, isso não; mas devemos evitar escândalos; por causa de coisas tais e tais coisas, que o bicho preguiça deu adeus ao Jardim Público, procurando novos ares[63].

O posicionamento também se repete em outro caso:

> Nos limites das luzes, na ampla claridade que se nota no redondel do popular cinema, situado nas proximidades do Jardim Carlos Gomes, é notado o demasiado número de pequenos casais desprovidos do respectivo respeito devido às famílias.
> Nos arraiais das trevas, despreza-se a moral; na sombra das luzes, estraçalham-na... pobre de ti, filha da honra. Aonde está a tua força, a tua ação e o teu direito! Como consentes que te humilhem[64]!

Falar sobre a vida das pessoas não foi exclusividade da folha campineira. Na verdade, essa proximidade entre os jornais e o cotidiano da população aconteceu frequentemente e, mesmo entre jornais profissionais de circulação maior, o hábito de opinar e tentar intervir na vida pública continuou existindo (LUCA, 2008, p.31). O artifício de compor narrativas comentando sobre acontecimentos que envolveram outras pessoas pode invocar as experiências vividas pelo próprio leitor, mexer com suas sensações íntimas, fazer com que ele se identifique pessoalmente com a situação exposta. A particularização de alguns detalhes singulares e o relato de fatos comoventes ou lugares públicos contribuem para a introjeção da pessoa que lê o texto no caso narrado, como se ela própria o tivesse vivenciado (BARBOSA,

[63] FRADE, Senísio. Registro sem Tampa. **Getulino**, Campinas, p.2, 02 dez. 1923.
[64] FRADE, Senísio. Registro sem tampa. **Getulino**, Campinas, p.3, 14 set. 1924.

2007, p.55). Estabelece-se, assim, a sensação de uma relação pessoal entre o periódico e o leitor, mais particular e menos formal.

Usando de artifícios até certo ponto cômicos para transmitir sua indignação, o autor deixa claro que desaprova a conduta dos namorados e que o comportamento destes fere as leis dos bons costumes. Ao se referir á "leis dos bons costumes", o redator remete-se a normas de conduta inerentes ao convívio em sociedade. Considerando a existência de tais normas, o autor deixa claro que os namorados estão infringindo tais regras.

Neste processo, o colunista ainda escreve sobre empregadas domésticas que se demoram no mercado municipal por estar flertando com rapazes, gastos desnecessários em festas, desordem e gritaria nas ruas e em apresentações musicais ou teatrais. Em determinadas ocasiões, a coluna "Registro sem Tampa" se assemelha a um manual de etiqueta, de comportamento.

Ao tratar de relações amorosas em público e exaltar o cuidado que os pais deveriam ter com as filhas para evitar que elas desvirtuem-se, como já fora mostrado anteriormente, o *Getulino* revela preocupação com as práticas sexuais. O semanário enaltece um tom de moralidade em seu discurso que orienta os leitores a guiarem suas ações em direção oposta á promiscuidade.

As relações sexuais dos indivíduos já não se restringiam à sua intimidade, eram de interesse público. As discussões sobre esse assunto eram notórias na sociedade brasileira e promovidas principalmente por médicos e juristas. Considerando que o país enfrentava um momento de desordem social originada pela constituição anômala natural do ser humano, defendiam a necessidade de uma intervenção capaz de normalizar o comportamento da população, estabelecendo principalmente a ordem sexual e a organização familiar (MARTINS JÚNIOR, 2005. p. 38). Deste modo, a sexualidade e a conduta sexual de cada um tornavam-se necessariamente objeto de interesse social.

A preservação da imagem feminina como portadora da moralidade sexual e pilar do núcleo familiar interessava e era defendida por várias instituições sociais, pois "correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado pelos médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa" (MALUF; MOTT, 1998, p. 374). O que o *Getulino* pronunciava e cobrava das mulheres não era inédito ou vanguardeiro. Na verdade, era a reprodução de ideias que ecoavam pelos setores intelectualizados da sociedade.

Ouvir as recomendações do jornal, as mulheres negras poderiam fazer sem muitos esforços. Corresponder a tais expectativas, contudo, poderia não ser uma tarefa tão simples de

ser realizada. Como um dos principais alvos das medidas prescritivas (CUNHA, 1989, p.28), elas viviam sob uma faca de dois gumes.

Pressionadas pela necessidade de trabalhar fora de casa e, em muitas vezes, chefes da própria família, dificilmente conseguiam se enquadrar no perfil de esposa dedicada ao lar. Ausentes do domicílio, não conseguiam acompanhar tão proximamente o crescimento dos filhos e vigiar de perto a conduta das filhas para garantir-lhes pureza e integridade, tal qual solicitado pelos poderes públicos e meios de comunicação (MARTINS JÚNIOR, 2005. p. 53).

Quando responsáveis pelo próprio sustento e de suas proles, poderiam ficar mais susceptíveis às investidas maliciosas de homens que ofereciam dinheiro em troca de momentos íntimos. Em seu trabalho com a memória de negras que viveram no início do século XX, por exemplo, Bernardo (1998, p. 64) deparou-se com depoimentos de mulheres que não procuraram esconder o fato de terem sido amantes de homens casados. A oportunidade de desfrutar de autonomia e independência pareceu mais vantajosa do que a submissão à figura masculina, característica do modelo de casamento comum na época, indicando, inclusive, a opção própria de vivenciar formas de uniões amorosas diferentes do exemplo prescrito pelas normas sociais e religiosas vigentes na época.

Coagidas por razões econômicas e sociais que as desfavoreciam, as mulheres das classes menos abastadas, cuja grande parte era negra, viveram a encruzilhada de cometerem atitudes consideradas inadequadas e imorais durante a labuta diária pelo sustento de sua família. De um lado, a necessidade de manter a imagem de mulher perfeita condizente com os patamares desejáveis para a sociedade brasileira, de outro, o enfrentamento de obstáculos impostos pelo funcionamento deturpado dessa mesma sociedade que dificultavam a manutenção de tal figura modelo. Caminhar nas duas direções nem sempre era possível ou vantajoso para muitas mulheres que acabavam por se enquadrar na configuração de perfis rotulados como impróprios e indolentes. Grande era a expectativa em relação à figura feminina como fundamental para o encaminhamento da nação brasileira rumo ao progresso, maior ainda eram as críticas recebidas por essas personagens quando não alcançavam a posição que lhes era conferida.

Engana-se, porém, quem pensa que o peso da elevação do Brasil recaía apenas sobre os ombros das mulheres. Pelo contrário, muitas obrigações eram reservadas também aos homens. Ambos atuariam em conjunto: ela, ocupada com os afazeres domésticos, ele, provendo o sustento da família fora do lar. Para ele, a esfera pública, para ela, o espaço privado (MALUF; MOTT, 1998, p. 379). A modernização do país e o reordenamento social defendido pelas elites estavam ligados diretamente com o setor trabalhista. As ações

direcionavam-se na busca pela construção de um sólido mercado de trabalho livre capaz de apagar o imaginário pejorativo relacionado ao tempo do trabalho escravo (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 51). E nesse ponto, as esperanças estavam depositadas principalmente na atuação da figura masculina.

Rapidamente o perfil do trabalhador ideal para o Brasil foi traçado: homem honesto, disposto, afeito ao trabalho regular, respeitador da ordem e da propriedade privada (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 86). Os conceitos de trabalho e moralidade já se misturavam. Quanto maior o ânimo do trabalhador em executar seus compromissos, maiores seriam seus predicados morais (CHALHOUB, 1986, p.44). Emprego era também questão de honra, atestado de hombridade. Os que se desviam desse caminho, não escapavam ilesos das críticas do *Getulino:*

> Dentre todos os vícios que o homem, fraco e sem caráter deixa-se arrastar por ele, descuidando frequentemente da família e tornando-se, na maioria das vezes, perniciosos aos seus semelhantes, o jogo é de todos o pior, porque em geral serve de alicerce para os demais.
> É ele o causador da penúria do indivíduo e da sociedade. Ele atrai o indivíduo e o prende comumente com seus caprichos, para depois lança-lo no abismo do infortúnio e da desonra, após o haver espoliado até o último certil; e como se não bastasse isso para sua ruína, induze-o a lançar mão, clandestinamente, do alheio na esperança de reaver o perdido, mas que nem sempre acontece, levando-o então para o suicídio[65].

Amonastro compreende o jogo como um mal para a sociedade e não apenas para o indivíduo. Por conta do jogo, a família ficaria desprotegida, o jogador passaria a dever e poderia até cometer suicídio pelas complicações advindas do hábito de jogar. A maior preocupação do jornal parece ser em relação ao prejuízo que a sociedade poderia sofrer em razão de atitudes individuais. O texto revela uma apologia indireta a comportamentos exemplares, dignos de um cidadão preocupado com o bem-estar da nação. Ou seja: ao invés de cometer o erro de desperdiçar dinheiro em jogos, comprometer o orçamento familiar e correr o risco de enfrentar situações que poderiam culminar até no fim de uma vida, os indivíduos deveriam cumprir a obrigação de zelar pela manutenção de suas famílias. Agindo dessa forma, automaticamente estariam contribuindo para o desenvolvimento da sociedade de modo geral, pois não deixariam desamparados seus entes.

Jogar não condizia com as finalidades sociais de um pai de família. Muitas eram as justificativas para se execrar essa prática: a perda de tempo e memória provocaria baixo rendimento no trabalho, os participantes rapidamente se tornariam sonolentos e alienados, a

[65] AMONASTRO. **Getulino**, Campinas, p.2, 03 fev. 1924

educação dos filhos e sustento da família estariam prejudicados por conta dos prejuízos financeiros, a saúde do envolvido seria afetada em razão do mesmo permanecer por muito tempo em uma mesma posição e repetir demasiadamente movimentos iguais, os jogadores poderiam ser expostos a situações vexatórias ao perderem as apostas, etc. (CRESPO, Jorge, 1990, p. 383-384).

Além disso, como alertou Amonastro em sua coluna, o jogo poderia ser apenas o começo da corrupção masculina. Outros malefícios interligados a este poderiam se desenvolver e agravar ainda mais a situação. Muito provavelmente ele esteja se referindo ao alcoolismo e prostituição, práticas associadas diretamente à jogatina no período. Esses três vícios que compunham a "tríade do mal" eram considerados perda de tempo e censurados veemente pela moral cristã e liberal que sustentava o processo de organização trabalhista que o país buscava por em andamento (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 51).

Enquanto se ocupavam com esses hábitos tidos como indecentes, os homens não utilizariam suas energias para o trabalho, fonte de acumulação de capital próprio e enriquecimento do país de maneira geral. No modelo de sociedade capitalista urbano-industrial que o Brasil buscava se inserir, os movimentos dos trabalhadores eram tomados como utilidades econômicas e morais, que diziam respeito tanto aos momentos em que trabalhavam quanto às suas horas de folga (THOMPSON, 1998, p.298). Portanto, as obrigações sociais dos sujeitos não se encerravam dentro do espaço de trabalho. Suas condutas na rua e no lar interessavam igualmente. Faltarem ao trabalho e ainda passarem o tempo envolvidos com jogos, bebidas ou prostituição era uma falta dupla que comprometia o papel social reservado para os homens, associado à imagem de trabalhador e pai de família.

Cuidar para que um grande extrato da população masculina se transformasse em "homem de bem" significava instaurar um rígido controle social sobre a vida dessas pessoas, pois a integração dos indivíduos à sociedade dependia também de determinados padrões de conduta familiar, social e amorosa (CHALHOUB, 1986, p.114). Deste modo, o *Getulino* apelou para a contribuição de cada um, visando o bem de todos. É notório que o periódico sofreu influencia dos discursos disciplinares característicos do início do século XX. De acordo com Luz (1998, p. 6), o ápice de tais discursos defendia a teoria de que os mínimos detalhes individuais ganhariam um caráter coletivo, visto que a junção das ações de todos os sujeitos comprometeria o desenvolvimento da sociedade, sendo necessário, desta forma, o controle sobre cada pessoa para se atingir o bem comum.

Fica claro que o jornal travou uma luta contra comportamentos considerados impróprios, fazendo campanha para disseminar preceitos de moralidade entre a comunidade,

com a intenção aparente de "melhorar" a conduta dos indivíduos e combater as mazelas sociais. Assim, preocupou-se com o mau comportamento das filhas, com o uso de substâncias ilícitas pelos jovens, com os vícios dos adultos, dentre outras coisas.

Mas há que se atentar também para a participação da folha campineira noutra batalha que nem sempre foi tratada explicitamente. Denunciando e combatendo a exclusão do negro do mercado de trabalho[66] e incentivando os leitores a fugirem de um modo de vida não condizente com o mundo do emprego, a imprensa negra de modo geral se preocupou em enfrentar um dos grandes perigos que a população negra poderia encarar: a desocupação. Especialmente porque a ociosidade das classes populares era entendida como vadiagem, fato que não colaborava em nada para a representação social dessas pessoas.

Pesava uma concepção extremamente pejorativa sobre a preguiça e a ociosidade. Ambas se consolidaram como sinônimo de aversão natural ao trabalho. Tal caracterização fortificou a instituição de um imaginário que previa a desigualdade entre os homens como fruto de sua recusa própria em dedicar-se ao trabalho e não como proveniente da exploração e da apropriação dos meios de produção de uns em relação aos outros (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p.76). Seguindo tal raciocínio, ficar à toa era tratado como questão de escolha e não como consequência de problemas sociais, como desemprego e falhas no sistema educacional.

Segundo Chalhoub (1986, p.46), o conceito de vadiagem foi formalizado por idealizações de parlamentares brasileiros ainda no final Segundo Reinado, tendo como princípio o pensamento de que todos os méritos associados ao mundo do trabalho seriam negados pelos vadios. Mantendo-se ocioso, o indivíduo não cumpriria com a sua obrigação de desenvolver uma ocupação honesta e nada produziria para o bem comum. Considerando a relevância creditada ao trabalho para o incremento da nação, o vadio se contrapunha à ordem social. Ribeiro Júnior (2008. p. 65) destaca também a influência da visão cristã sobre o assunto:

> Pelo viés da reiteração das imagens cristãs é notável o esforço e a tentativa de reintegrar o trabalho à tradição católica usando os imperativos morais de uma relação entre credor e devedores. Portanto, trabalhar, por espírito de penitência, torna-se exigência que deve ser cumprida por todo cristão, pois é nele que se encontrará a condição da salvação. A emergência do discurso religioso evidencia a participação da Igreja Católica na produção das representações do trabalhador nacional. À sua imagem de regular, disciplinado, ordeiro, vão sendo agregados os símbolos cristãos e católicos.

Cercada por todos os lados pelo valor supremo adquirido pelo trabalho no processo de modernização desejado para o Brasil, a população foi convocada a trabalhar e a ociosidade foi

[66] Discussões sobre esse assunto já foram levantadas no capítulo anterior.

objeto de censura e repreensão. Várias foram as instâncias que contribuíram conjuntamente para a desaprovação da inatividade, inclusive a jurídica.

A falta de ocupação foi tomada pelas autoridades públicas como um fator potencial para a desordem nas ruas. Constantemente indivíduos circulando nas vias públicas em atitudes "suspeitas" foram apanhados pela polícia e levados para a delegacia sob a alegação de que poderiam cometer alguma atitude criminosa. Prevista como contravenção no Código Penal de 1890, a vadiagem foi responsável por altos índices de detenção durante a primeira república (RODRIGUES, 2006, p. 44). Uma somatória de quesitos, como idade, gênero, cor, classe social, vestimenta, comportamento e localização geográfica, poderiam determinar a expectativa de ilegalidade sobre uma determinada pessoa e aumentar as suspeitas sobre ela (BATISTA, 2010. P 78). No que se baseavam os policiais para definir a suspeição dos indivíduos? Nos estudos e argumentações desenvolvidos pela criminologia.

Bebendo na fonte da era científica iniciada na Europa e influenciada pelos determinismos de várias ordens, biológico, geográfico, racial e social, a antropologia criminal ganhou adeptos no Brasil e serviu de apoio para análises de comportamentos de criminosos e de pessoas consideradas propensas a atitudes ilícitas (SCHWARCZ, 2006, p. 48). Nas décadas finais do século XIX já se podia observar a recepção no país das teorias criminais divulgadas pela Escola Italiana de direito penal[67], marcada por consolidar a definição de criminologia como uma ciência responsável pelo estudo do homem delinquente (ALVAREZ, 2002, p.680).

Os primeiros contatos com as concepções de Lombroso[68] aconteceram durante as aulas ministradas no curso de Direito da Faculdade de Recife. Mas não demorou muito para que juristas de outras localidades tomassem contato com as abordagens "científicas" sobre os crimes e os criminosos. Ao longo da Primeira República autores como Clóvis Beviláqua, José Higino, Paulo Egídio de Oliveira Carvalho, Raimundo Pontes de Miranda, Viveiros de Castro, Aureliano Leal, Cândido Mota, Muniz Sodré de Aragão, Evaristo de Moraes, José Tavarez Bastos, Esmeraldino Bandeira Lemos Brito, entre outros, publicaram livros e artigos

[67] Chamada também de Escola Positiva ou Escola Determinista, teve como principais teóricos Lombroso, Garofalo e Ferri.

[68] Formado em Medicina e influenciado por princípios naturalistas e positivistas, Lombroso acreditava que os comportamentos dos indivíduos seriam determinados biologicamente. Ao basear suas afirmações em dados antropométricos, construiu uma teoria evolucionista segundo a qual os criminosos reproduziriam física e mentalmente o estágio primitivo do homem. Deste modo, sinais anatômicos poderiam identificar sujeitos que estariam fadados hereditariamente ao crime. Posteriormente, considerou, também, enfermidades e degenerações congênitas como fatores que poderiam colaborar para a explicação do comportamento criminoso, levando em conta, ainda, as possíveis causas sociais. De modo geral, Lombroso entendia o criminoso, "simultaneamente, como um primitivo e um doente" (ALVAREZ, 2002, p. 679).

discutindo as contribuições para o direito penal brasileiro das percepções sobre a criminologia defendidas pela Escola Italiana (ALVAREZ, 2002. p. 684).

No campo da medicina, Nina Rodrigues foi outro intelectual que compartilhou das ideias de Lombroso e companhia. Na visão do médico baiano, a mistura de "raças" seria um motivo de degeneração para o país. A solução para evitar esse mal iminente poderia estar na estrutura legislativa. Diante da variedade "racial" brasileira, lhe parecia um raciocínio lógico o estabelecimento de uma rígida hierarquia social que tratasse diferentemente cada um. Logo, diferença se transformava em desigualdade (SCHWARCZ, 2006, p. 48). Partindo de tal pressuposto, Nina Rodrigues defendeu a necessidade de alterações nos códigos jurídicos brasileiros que se opunham às noções de cidadania baseadas na universalidade da lei, instaladas há pouco tempo no Brasil.

Apegado à premissa básica de que as os grupos "raciais" seriam categorias estanques e imutáveis, propôs um código penal que enxergasse de modo natural as diferenças entre os indivíduos e estivesse preparado para se adequar a elas. A carga genética dizia o que sujeito era e o que se poderia esperar dele. As características "raciais" condicionariam as pessoas e as leis deveriam estar prontas para prevenir e punir as infrações que certamente seriam cometidas por determinados grupos, que nada mais demonstrariam além do "resultado de sua raça e origem" (SCHWARCZ, 2006, p. 52). As argumentações deterministas de Nina Rodrigues não foram suficientes para a alteração do código penal, mas demonstraram a relevância com que foram tratadas as discussões sobre a criminalidade brasileira, movimentando, conjuntamente, a esferas médicas e jurídicas do país.

Um grande extrato da população, pobre e mestiça, carregava consigo o estigma caracterizado por Batista (2010, p.79) como uma "identidade bandida". Os indícios de periculosidade apontados pelos estudos criminalísticos punham sob suspeita automática um montante de pessoas cujas próprias condições de existência lhes denunciavam previamente. Doentes mentais, mulheres, menores de idade, militantes políticos, desempregados, homossexuais, negros, dentre outras figuras, foram facilmente desqualificados pela criminologia e vigiados de perto pelas autoridades simplesmente por viverem (ALVAREZ, 2005. p. 89). Para estas pessoas, a ociosidade só servia de agravante para lhes "comprometer" ainda mais.

Desacreditado pela ciência desde o final do século XIX, o negro foi considerado um sujeito incapaz de tecer qualquer juízo de valor, de discernir entre certo e errado. A naturalização de suas supostas fraquezas morais e biológicas abriu caminho para uma associação instantânea com a criminalidade. De acordo com os pressupostos da criminologia,

o negro deveria ficar sob vigilância constante por ser portador de condições favoráveis para o engajamento no mundo dos delitos (BATISTA, 2010, p.112). Os índices levantados em Campinas por Abrahão (2002), contudo, revelam dados contraditórios a essa conexão direta. Baseado em uma amostragem de casos judiciais que acumularam o total 3.300 réus, dentre os quais 125 eram pertencentes ao sexo feminino, o autor chegou a seguinte conclusão:

Tabela 4 – Relação entre as categorias de cor dos réus. Campinas (1880-1930).

CATEGORIAS DE CORES DOS RÉUS	ÍNDICE DE APRISIONADOS
Brancos	65,6%
Negros	23,2%
Pardos ou mulatos	11,2%
Total	100%

Fonte: ABRAHÃO, Fernando Antonio. **Criminalidade e modernização em Campinas**: 1880 a 1930. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. p. 100.

O número de indivíduos negros envolvidos em crimes é praticamente a metade do que o referente aos brancos. Somadas, as taxas condizentes aos dois últimos grupos ainda compõem um coeficiente menor do que a relacionada com o primeiro. Mesmo se tratando de uma mostra regional, os apontamentos contradizem o discurso formalizado pelos estudos criminológicos e, ao menos no que diz respeito à cidade em questão, revela que fatores étnico-raciais não seriam determinantes para justificar a alegada aptidão natural dos negros à criminalidade.

Quadros como este eram provenientes de uma identidade criada por um grupo em relação a outro, a partir de determinados aspectos biológicos, morais e psicológicos apontados pelas suposições da criminologia. Dessa forma,

> A identidade bandida era colocada para um grupo social (neste caso os negros) por outros agentes externos a esse mesmo grupo, sendo reconhecida por meio de caracteres físicos, em especial, pela cor a pele, designando, em consequência, aspectos de suspeição e periculosidades inatas (Batista, 2010, p.79).

Concebido naturalmente como um ser perigoso, o negro sofreu discriminações do aparelho jurídico brasileiro após o período escravista. Em teoria, ele seria um dos principais responsáveis pela movimentação criminosa no país. Verdade ou não, fato é que o sentimento de alerta em relação à população negra permeava toda a sociedade (ABRAHÃO, 2002, p. 103). O que o *Getulino* fez foi incentivar os leitores a não darem maiores motivos para agravar um panorama que já os comprometia demasiadamente. Quando não atacava diretamente práticas consideradas indevidas, citava comportamentos dignos de exemplo, como no caso a seguir:

> Pouca gente sabe do que se deu numa noite de pompas no palácio imperial, nos tempos de D. Pedro II.
> Foi uma noite de risos e flores!
> Noite estrelada, em que as laminas prateadas do luar, feriam a folhagem verde das árvores e derramavam luzes sobre o solo da pátria.
> Era o natal da princesa.
> A nobre senhora dava recepções solenes.
> Súbito, o conde d'Eu atravessava o real salão levando pelo braço a princesa Isabel.
> Lá, num cantinho da sala, ele faz acenos, conversa e oferece a Princesa a um vulto que se encontrava retraído, sonhando talvez com o ar perfumado daquele ambiente tão aristocrático e pergaminoso.
> À insistência do conde, o vulto se levanta e aceitando o braço da mais bela dama que ali se achavam, começou a dançar.
> Era José do Patrocínio, esse negro á que coube honrar a sua Pátria trabalhando para levar da sua história a mancha terrível do cativeiro.
> O que diriam hoje esses almofadinhas, despidos de noções de educação e civismo, sobrecarregados de orgulho inqualificável ao José do Patrocínio, fosse ele dançar com essas melindrosas que por aí andam, sem nenhuma prerrogativa que as poderiam ao menos levá-las a [*ilegível*] sina da princesa Isabel.
> O que vale, o que eleva, o que glorifica, o que causa admiração e simpatia, não é dinheiro, não é cor, não é a alta posição social do indivíduo. É a sua capacidade intelectual, é a sua conduta moral, é o seu amor á Pátria e sua obra em benefício da coletividade. Jose do Patrocínio reúne em si todos esses predicados que o tornaram grande aos olhos do povo da sua terra e mesmo do velho mundo [69].

José do Patrocínio é exaltado por saber se portar em um evento de grande pompa, na presença da família imperial. O narrador lembra que a maior virtude do negro que tivera o prazer de ser convidado para dançar com a princesa brasileira é o seu caráter, sua integridade moral, sua honradez. Além de condecorativo, o texto também é pedagógico. A figura em questão é perfilada como um exemplo de conduta para a população negra. Seguindo a premissa de vangloriar os predicados morais e cívicos, outros são os personagens também homenageados pelo *Getulino:*

[69] MESQUITA, José Luis de. Belo exemplo. **Getulino**, Campinas, p.1, 30 nov. 1924.

> De regresso de Araraquara, onde fora lançar as bases para a fundação da filial da Escola superior de Comércio, tivemos, no sábado último, a chance de receber a visita do Sr. Roque Rosa, guarda livros e calígrafo, de São Paulo.
> O nosso ilustre visitante luta destemerosamente, quer com seu exemplo de cavalheiro de fino trato, como cidadão e modelar chefe de família, quer com sua pena de jornalista, luta para salvar na nossa raça do marasmo que a passos agigantados lhe vem ao encontro[70].

Na maioria das vezes, passagens como esta estampavam a primeira página. Um texto, em forma de prosa ou poema, acompanhado de uma foto da pessoa citada, enaltecia as qualidades pessoais do indivíduo em questão, bem como os momentos considerados importantes de sua vida. Extensa é a relação de retratados nessas homenagens, tais como: Vicente de Carvalho, Henrique Dias, Prof. Norberto de Souza Pinto, Dr. Rebouças, Antonio Cezário da Silva Oliveira, Otilia de Paula, Lacerda Werneck, dentre outros.

O *Progresso* também utilizou o mesmo mecanismo:

> O Progresso não podia deixar de prestar na primeira página de seu álbum um preto muito sincero, sobretudo ao Sr. Alfredo de Souza Callado, agente de segurança.
> Servidor do estado, Alfredo tem sido importante no nosso meio social, pelo seu fino trato e pela franqueza de seu caráter [71].

Melhor ainda quando o esforço e predicados individuais resultavam no crescimento profissional:

> Notícias procedentes de Uberaba informam que o sargento Sr. Antonio Carlos, delegado técnico da C. R. de Escoteiros, acaba de ser comissionado no posto de 2º tenente.
> O tenente Antonio Carlos é uma das figuras mais interessantes de batalhador que conhecemos. Pode ser mesmo considerado como possuidor de tradições revolucionárias, mas empolgantes e consequentes. Não houve um só movimento que se tivesse verificado nos últimos anos no país, que não contasse com sua colaboração franca e decidida[72].

As mulheres também precisavam de referências positivas para se espelharem:

> As professoras senhorinhas Emilia Roquilha de Oliveira, que rege a Escola Mista da Fazenda Monte Selvagem, e Elvira Marciano de Oliveira, da La Escola Mista Rural da Pratinha, foram calorosamente felicitadas pelo dr. Diretor geral da Instrução Pública, em virtude do brilhante resultado que obtiveram alcançando 100% de aprovações nas escolas acima que estão localizadas em Botucatu.
> Enviamos a essas dedicadas pedagogas, que são filhas gentilíssimas do Sr. João Maranhão, os nossos mui sinceros parabéns. Elas são merecedoras de todos os

[70] **Getulino**, Campinas, p.1, 21 set. 1924.
[71] GUELNIO. **Progresso**, São Paulo, p.1, 28 jun. 1928.
[72] **Progresso**, São Paulo, p.4, 15 out. 1930.

> aplausos, porque honram em São Paulo, o magistério e, no Brasil, a raça negra, de que são lídimos exemplos[73].

O jornal de São Paulo foi menos direto que o campineiro. Ao invés de relatar casos que desaprovava, o periódico paulistano parece ter se focado na estratégia de enfatizar as ações que considerava adequadas. Difícil pontuar se a diferença de abordagem foi intencional e premeditada. Nenhuma informação encontrada permite tal suposição. O detalhe de que as duas folhas circularam em locais e datas diferentes deve ser considerado. Talvez os colaboradores do *Progresso* não tenham se deparado com casos parecidos com os comentados pelo *Getulino*. Talvez tenham preferido não falar abertamente para não causar alguma indisposição com os leitores. As hipóteses permitem apenas algumas especulações e nenhuma conclusão definitiva. Todavia, impasses como esse mostram a complexidade da imprensa negra e a necessidade de tratar cada exemplar de forma individualizada.

Ao comentar sobre a vida de personagens distintos, salientando seus atributos intelectuais, sociais, morais e civis, os jornais transmitem exemplos de condutas consideradas adequadas, próprias para o convívio em sociedade. Concomitantemente, parecem buscar a construção de um referencial de pessoas negras que conquistaram sucesso pessoal e profissional que possa servir de motivação para os leitores frente às dificuldades enfrentadas (muitas vezes noticiadas pelas próprias folhas). Ilustram, por meio da vida real, a convicção de que o desenvolvimento da população negra era possível, mas dependia de esforços próprios.

Considerando a imagem social formulada sobre os negros, associada a comportamentos indolentes, predisposição à criminalidade, alcoolismo, promiscuidade e outros fatores negativos, a preocupação dos periódicos com a forma de agir da população pode ser vista como uma tentativa de inculcar na mentalidade do grupo negro as noções de civilidade vigentes no período. Afinal, mostrar-se trabalhador, educado, respeitoso, compromissado com o bem-estar público, capaz de viver em sociedade, poderia ser uma resposta suave e direta para as argumentações científicas e políticas que os consideravam impróprios para a civilização brasileira.

A conjuntura do país tornava plausível tal apreensão. Marques (1994, p.33) afirma que as teorias raciais e a busca por uma nova identidade para o povo durante as primeiras décadas do século XX contribuíram para a elaboração de medidas eugênicas de intervenção social por parte do governo brasileiro. O Estado passou a interferir no cotidiano da população, agindo

[73] Honra ao mérito. **Progresso**, São Paulo, p.3, 15 abr. 1929.

contra fatores que considerava impróprio para a construção de uma nação imponente. A preservação da saúde foi objetivo primordial, fazendo com que campanhas sanitárias e de vacinação obrigatória fossem aplicadas ao longo do Brasil com a intenção de assegurar o fortalecimento biológico da população.

Mais que o corpo saudável, era preciso garantir também a integridade psíquica e moral das pessoas. Deficientes mentais, bem como criminosos, prostitutas e outros tipos de sujeitos considerados portadores de comportamentos pervertidos foram vistos como inconvenientes para a sociedade. As medidas eugênicas buscavam a composição de um tipo ideal de cidadão para representar o Brasil, isento de "imperfeições", sejam elas de caráter biológico, psíquico ou social. Aos que não se enquadrassem nesse perfil restaria a chance de "evoluir" e atingir os níveis de disciplina e branqueamento considerados necessários para ser reconhecido socialmente (Beltrão, 1994, p. 44). Pode-se compreender, assim, a preocupação dos jornais com a uniformização comportamental da população negra segundo os moldes burgueses europeus (enaltecidos como símbolos de civilidade) como uma tentativa de adequar-se aos padrões de cidadania do período.

Muito provavelmente as teorias eugênicas tenham influenciado as ações dos periódicos. A prática de hábitos tidos como escusos e promíscuos era considerada sintoma de "doenças morais", tais como o alcoolismo, a prostituição e a participação em jogos. Atitudes como estas causariam prejuízo para a coletividade, advindos da proliferação de doenças, adultérios, dentre outros males, que comprometeriam o desenvolvimento social (Beltrão, 1994, p. 47). Logo, *Getulino* e *Progresso,* cada qual a seu modo, propuseram-se a combater essas mazelas sociais, transmitindo à população noções (ou em alguns casos "lições") de comportamento em sociedade, fornecendo o antídoto para "curar" as enfermidades físicas e morais que o grupo negro pudesse vir a padecer.

Diante das circunstâncias que levaram a elite dirigente brasileira a propagar um tipo ideal de população que atendesse seus anseios político-sociais, as duas folhas da imprensa negra paulista empreenderam esforços para adequar os membros da comunidade negra aos parâmetros sociais apresentados como sinônimo de civilidade e progresso. Como já salientado por Beltrão (1994, p. 99), a atuação eugênica almejava "reformar as gentes desse país". Escolas, hospitais, prisões e fábricas foram instituições que se adequaram para transmitir aos indivíduos os novos modelos de sociabilidade (CADAVIZ, 2010, p.72). Na mesma direção caminharam as ações dos periódicos, interferindo, modulando, tentando reelaborar o cotidiano dos negros, desenvolvendo o que Pinto (2006, p.128) conceituou como "práticas sóciopedagógicas". Desde que foi formado um estereotipo de cidadão perfeito, o *Getulino* e o

Progresso, mesmo que de forma implícita, atuaram para a adaptação dos seus leitores às circunstâncias impostas ao povo brasileiro pelos discursos raciais e eugênicos.

4.3 CONCORDAR COM O QUE LHE DESQUALIFICA?: AS RELAÇÕES ENTRE A INTELECTUALIDADE NEGRA PAULISTA E OS IDEAIS DE BRANQUEAMENTO E REFORMULAÇÃO SOCIAL.

As observações feitas até aqui indicam que a maioria da população brasileira existente no início do século XX carregou consigo uma espécie de mácula formulada por teorias científicas que alicerçaram medidas políticas de interferência direta nas vidas dos sujeitos. A grande massa populacional, pobre e mestiça, foi rotulada pejorativamente e tratada como um grande embaraço para o desenvolvimento do país, tendo, assim, suas atitudes vigiadas de perto por agentes e instituições que representavam a elite dirigente. Fadada previamente ao fracasso, sua incompetência e inoperância eram dadas como certas e tratadas como realidade praticamente inquestionável.

Para Chalhoub (1986, p.51), contudo, o menosprezo sofrido pelas classes populares advinha de uma construção ideológica que expunha interpretações das classes dominantes sobre o extrato social mais carente. Essas ideias não correspondiam necessariamente às experiências vividas pelo povo e tão pouco podiam ser a única leitura possível sobre ele. Estereótipos como a preguiça inata do brasileiro, desregramento sexual e periculosidade natural da plebe eram "construções das classes dominantes para justificar sua dominação de classe, sendo, então, apenas uma versão ou leitura possível da realidade apresentada de maneira mais ou menos consciente pelos agentes históricos destas classes" (CHALHOUB, 1986, p.52).

Pensando desta forma, surgem questões inquietantes: Por que os colaboradores dos jornais compartilhavam os discursos disseminados pelas elites, se eles próprios eram atacados nessas falas? Tendo em vista que o grupo negro era um dos principais alvos das investidas sanitárias, eugênicas e moralistas, por que não se defender e optar por agir de modo repreensor para com os seus, tal qual faziam os outros? Já que se tratava de um imaginário elaborado externamente por outros segmentos, por quais razões internalizar essa mentalidade e criticar pessoas próximas que viviam em condições econômicas e sociais parecidas com a deles mesmos? As respostas para essas dúvidas são complexas e demandam uma análise mais aprofundada a respeito da posição assumida pelos intelectuais ligados aos jornais diante da

sociedade paulista como um todo, o que desejavam para o grupo que julgavam representar e, principalmente, quais os anseios que tinham para eles próprios.

Mesmo que os dizeres encontrados nos dois periódicos afirmem a existência de uma identidade grupal, alguns apontamentos feitos por estudiosos da área revelam que a população negra apresentava determinadas segmentações que põe em cheque a suposição de uma ligação coesa e uniforme. De acordo com Fernandes (1965, p.59), os negros que viveram no início do século XX encontravam-se divididos em duas ramificações: a "elite de cor" e os "negros reles". A elite de cor era formada por indivíduos que haviam galgado algum espaço na sociedade por meio de esforços próprios ou por terem sido beneficiados pelo auxílio e proteção de homens brancos. O segundo quadro, por sua vez, era composto pelos que ainda buscavam se acomodar na sociedade urbano-industrial e tinham sua liberdade como única vantagem que os diferenciava dos antigos escravos. Segundo o sociólogo, os que desfrutavam dessa posição elitista não se preocupavam em cumprir "obrigações morais" em relação aos demais, que viviam majoritariamente na pobreza e degradação. Pelo contrário, faziam questão de manter intactas demarcações que separassem os dois polos e reproduziam o quanto podiam as características do "mundo dos brancos".

Ao que tudo indica, os colaboradores do *Getulino* e *Progresso* faziam parte dessa elite de cor. Entretanto, demonstram atenção para com os demais integrantes da população negra e parecem tentar cumprir as tais "obrigações morais" por meio de incentivos e aconselhamentos deixados em seus escritos.

No que se refere à reprodução do mundo dos brancos, contudo, Fernandes fez uma colocação correta. Os valores correspondentes ao tipo de sociedade urbano-industrial são reiterados constantemente pelos jornais. A importância do trabalho, como se portar em espaço público e privado, como cuidar de sua família, como passar seu tempo livre, como lidar com sua sexualidade, dentre outras coisas, são enunciadas para o grupo negro de acordo com normas de convivências características do remodelamento social que se buscava por em prática no Brasil pelas elites dirigentes, ou seja, um mundo de brancos, capitalista, científico, moralista, progressista e, ao mesmo tempo, excludente e conservador.

O perfil de Lino Guedes, por exemplo, parece se encaixar perfeitamente na categoria criada por Fernandes:

> Cumpre frisar que o jornalista afro-brasileiro também teve uma origem humilde, entrementes, como foi apadrinhado por uma família abastada, usufruiu de oportunidades na vida distantes da realidade de seus irmãos de cor. Isto foi imperioso para ele ter tido uma educação refinada e adquirido hábitos seletivos, posturas decorosas e certa falta de humildade. Leite chegou a defini-lo como um

> negro isolado, desses que queria fazer as coisas sozinho. É provável que o fundador d'*O Clarim da Alvorada* tenha carregado na tinta, mas não é exagero afirmar que Guedes se sentia um negro polido, diferenciado e não abria mão de ostentar os símbolos de distinção (DOMINGUES, 2010, p.159).

O relato sobre uma das principais figuras que esteve por trás do *Getulino* e do *Progresso* sugere um comportamento até certo ponto soberbo, tamanho o cuidado em manter uma postura elegante, recatada, educada, enfim, civilizada. Outro detalhe da vida de Lino Guedes permite supor que a preservação de uma imagem requintada era importante para ele. O jornalista foi, durante a década de 1940, sócio e diretor do clube Elite, organização criada para a realização de bailes e eventos culturais da população negra de São Paulo. O espaço ficou conhecido por ser frequentado por pessoas educadas e elegantes, destacando-se, ainda, pela defesa da moral e dos bons costumes. Reconhecidamente o clube tinha como finalidade distanciar seus associados dos estereótipos que eram imputados aos negros em geral (DOMINGUES, 2010, p.162).

Participar de um determinado clube, ser recebido em certa festa ou ter o nome homenageado em alguma cerimônia, tornavam-se situações importantes para que o negro se colocasse como parte da alta sociedade. Interessava a ele mostrar às pessoas das classes mais abastadas que sabia como portar-se em público, que era respeitado nos locais que frequentava, que não era um bárbaro sem cortesia, como muitos afirmavam (BASTIDE, 1973, p.130-131).

Ao movimentar esforços para manter-se afastada dos atributos depreciativos reservados à população negra, essa pequena elite formada por pessoas como Lino Guedes, automaticamente criou diferenciações que a tornou dissonante daqueles sujeitos que ela própria afirmou representar nas páginas dos jornais. Deste modo, reiterou a existência de uma identidade étnico-racial, mas preservou o interesse em consolidar barreiras sociais entre o grupo negro. Logo, estabeleceu-se uma relação de aproximação e distanciamento pautada na preocupação de sustentar uma imagem aceitável perante os demais segmentos sociais, de não ser confundida com os "negros reles", mas, ao mesmo tempo, preservar laços de solidariedade e benevolência para com essas pessoas.

Esse pequeno núcleo predispôs-se a orientar os demais negros e trabalhou para o nascimento de uma consciência grupal que auxiliasse no enfrentamento de impasses econômicos, políticos e sociais, característicos da transformação estrutural pela qual passava o Brasil nas décadas seguintes ao fim da escravidão e proclamação da República. Por outro lado, procurou distanciar-se dessa realidade e ansiou por um modo de vida baseado no padrão experimentado pelas elites nacionais (FERNANDES, 1965, p. 60). Colocou-se como porta-

voz da moralidade e dos “bons costumes” porque já havia internalizado tais idealizações e acreditou que o mesmo deveria ser feito pelos outros para o alcance de um nível mais aprimorado de sociabilidade.

A trajetória diferenciada da elite negra, que normalmente viveu em contato maior com outros grupos étnico-raciais e teve a oportunidade de passar por experiências econômicas, políticas e culturais mais variadas, fez com esses indivíduos percebessem a necessidade de integração social da população negra. Assim, como afirmado por Fernandes (1965. p.63), um conjunto mais seleto “compreendera, afinal, que sem a assimilação prévia de modelos de comportamento que eram levianamente rejeitados, pois pareciam uma cadeia, ficaria eternamente à margem da prosperidade geral”. Em outras palavras, optaram propositalmente por se adequar aos costumes e convenções em voga na sociedade para poderem ser reconhecidos por ela e não simplesmente por mero acaso.

A relativa respeitabilidade pública alcançada pelas lideranças negras era sustentada basicamente pela aceitação de valores morais da elite e o reconhecimento social adquirido por elas reforçava os laços com os meios de onde haviam surgido (SANTOS, 2011, p169). O fato de terem galgado alguns degraus na escala social legitimava o sentimento de liderança dessas pessoas em relação ao restante da população negra, pois, de certo modo, elas já tinham maior experiência na disputa por aceitação e reconhecimento na sociedade brasileira.

Todavia, os jornalistas ligados à imprensa negra foram mais do que pontes que uniam dois lados distantes e não podem ser entendidos como simples mediadores que serviram ao processo de assimilação cultural. Ao posicionarem-se como lideranças, trataram de buscar a organização político-social do grupo étnico-racial do qual eram provenientes e tentar criar uma consciência coletiva que facilitasse a inserção dos negros no novo país que as elites dirigentes brasileiras tentavam construir no período (SANTOS, 2011, p169). Se para conseguir esses objetivos o caminho considerado mais viável no momento era enquadrar-se em um estilo de vida exaltado como ideal, a intelectualidade negra levou a cabo esse projeto e responsabilizou-se ela mesma por guiar a população negra nessa empreitada.

Comportar-se como branco supostamente civilizado não significava, contudo, parecer fisicamente branco. Se os jornais da imprensa negra aqui abordados aspiravam aproximar a conduta social dos negros aos padrões europeus, o mesmo não acontecia em relação à estética destas pessoas. Durante o segundo semestre de 1923, o *Getulino* promoveu um concurso de beleza para eleger as mais belas mulheres negras de Campinas. Ao fim da seleção, as escolhidas receberam várias homenagens do grupo negro campineiro, além de uma condecoração na cidade de São Paulo, como fora noticiado pelo periódico:

> Ainda continuam as manifestações de apreço de vencedoras do nosso concurso, dentre as quais sobressai a que será feita hoje em São Paulo por uma comissão de rapazes pertencentes a elite paulista, os quais organizaram um grande baile que se realizará no salão Itália Fausta, ritmado pela orquestra do maestro Carlos Cruz[74].

Quando passou a ser organizado na cidade de São Paulo, já em momentos finais de sua existência, o jornal lançou uma reedição do concurso (Figura 5) voltada para as mulheres da capital.

Em 1929, o *Progresso* seguiu os mesmos passos (Figura 6) e se aventurou na tarefa de escolher uma figura feminina que representasse a folha e a população negra:

> Seguindo o exemplo dos nossos colegas do Getulino de Campinas, abrimos hoje um concurso para apurarmos qual a moça preta mais bonita de São Paulo.
> À vencedora num festival que se realizará no dia 1º de janeiro, além de conferirmos o título de Miss Progresso, serão entregues diversos mimos, ofertas de casas comerciais.
> O que vai ser o concurso do Progresso, informaremos mensalmente os leitores, que hoje nada mais tem que fazer, senão cortar o cupom abaixo e remetê-lo a nossa redação[75].

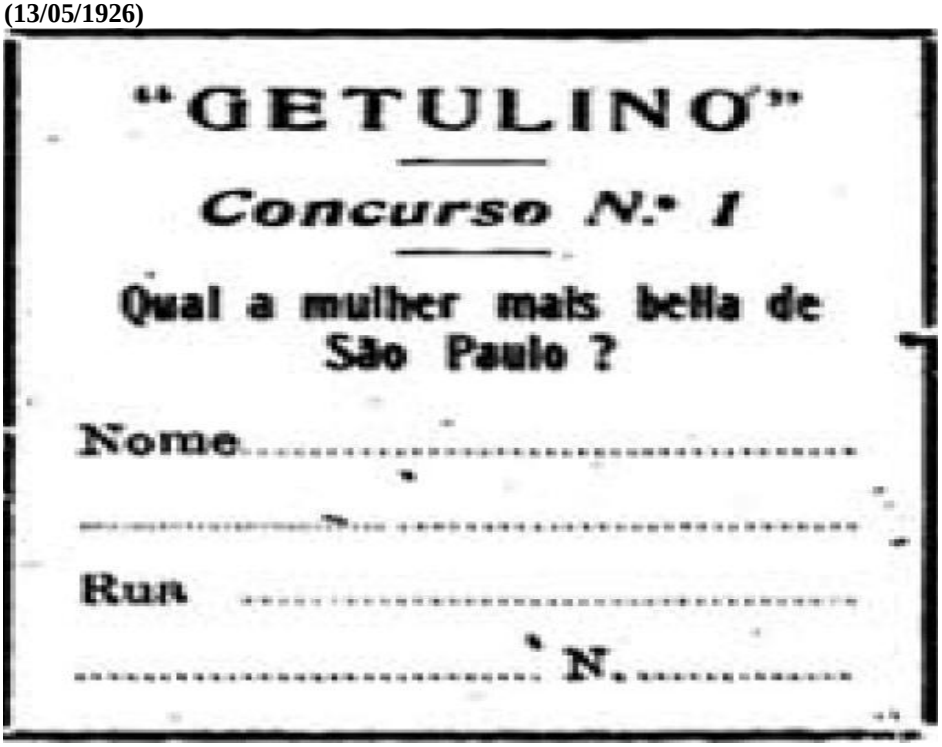
Concursos de beleza foram comumente organizados por revistas de variedades durante as três primeiras décadas do século XX e tiveram como interesse elencar mulheres que se destacassem (além da beleza) pela simpatia, graciosidade, saberem comportar-se em público, terem desenvoltura para se comunicar, serem cultas, dentre outros quesitos. Tais disputas punham em evidência as exigências feitas à figura feminina no período e transpareciam menções de distinção e prestígio social (MALUF; MOTT, 1998, p. 396).

Imbuídos pela mesma causa, os concursos lançados pela imprensa negra foram promovidos exatamente em um contexto que exaltava as qualidades psíquicas e estéticas dos povos europeus. Segundo Domingues (2005, p.287-292), o branqueamento social que o país vivenciava reproduzia padrões de beleza aproximados das características europeias. Muitos são os registros de produtos da época destinados ao embranquecimento da aparência da população, como cremes para alisar cabelos encaracolados ou clarear a pele. Não bastava pensar e agir como os povos do velho continente, era preciso, também, parecer-se com eles fisicamente.

---

[74] **Getulino**, Campinas, p.3, 18 nov. 1923.
[75] Miss Progresso. **Progresso**, São Paulo, p.4, 07 fev. 1929.

Figura 5 - Cupom para inscrição no concurso de beleza promovido pelo *Getulino* (13/05/1926)



"GETULINO"

Concurso N.º 1

Qual a mulher mais bella de São Paulo ?

Nome .....

.....

Rua .....

..... N. .....

Fonte: CEDAP

Figura 6 – Cupom para inscrição no concurso de beleza promovido pelo *Progresso* (07/02/1929)

Miss «Progresso»

Seguindo o exemplo dos nossos collegas do Getulino de Campinas, abrimos hoje um concurso para apurarmos qual a moça preta mais bonita de S. Paulo.

A' vencedora, num festival que se realizará no dia 1.o de Janeiro, alem de conferirmos o titulo de Miss Progresso, serão entregues diversos mimos, offertas de casas commerciaes.

O que vae ser o concurso do Progresso, informaremos mensalmente os leitores, que hoje, nada mais tem que fazer, senão cortar o coupon abaixo e remettel-o á nossa redacção.

CONCURSO N. 1

Deve ser dado o titulo de MISS "PROGRESSO"

á .....

.....

residente á .....

..... N. .....

Votante .....

Fonte: CEDAP

Ao contrário das tendências da época, ambos os jornais promoveram eleições para a escolha das mais belas mulheres da comunidade, engrandecendo o fenótipo negro. Colaboraram, assim, para a promoção da imagem negra em um momento no qual as referências estéticas evitavam a aproximação com a fisionomia desse grupo étnico-racial.

Mudar o próprio corpo seguindo tendências estrangeiras era uma atitude que não agradava os redatores do *Getulino*, ao menos no que diz respeito ao caso comentado abaixo:

> De tempos a esta parte algumas senhoritas deram para imitar as artistas da tela, cortando os seus formosos cabelos á bébé, moda esta que as torna ridículas e as põe aos risos e chacotas daquelas que nada perdoam. Mormente quando há algo de verdadeiro naquilo que criticam.
> Sem pertencer ao número dos que falam de tudo e de todos, também não concordo com tal inovação, pois que muito concorrerá para desvirtuar o conceito em que são tidas as senhoritas de nossa terra.
> Isto de cabelos á bébé é muito bonito, para artistas da cena muda, jovens que, pela influência do meio, bebem e fumam, praticando toda a sorte de desalinhos que a sua carreira artística requer, mais nunca para uma moça que sonha com um ideal mais santo, com um futuro mais risonho, o qual seja o de colaborar como esposas na escala descente.
> Senhoritas campineiras!
> Jovens patrícias!
> Não cometei semelhante atentado às leis da natureza! Deixai que os vossos cabelos em negras e sedosas madeixas beijem as vossas espáduas[76].

O autor do escrito é categórico ao afirmar que a mudança de penteado alteraria a própria natureza das mulheres que optassem por seguir a moda veiculada pelo cinema e associada diretamente a comportamentos desvirtuosos. A troca de visual poderia transformar internamente as pessoas, instigando-as a agir de um modo diferente, corrompendo-as. Ou seja, a essência das mulheres negras poderia ser metamorfoseada, tanto internamente, quanto externamente.

Como entender, então, a relação estabelecida entre a elite intelectual negra envolta com os periódicos e os ideais de branqueamento social em voga na sociedade brasileira existente nas três primeiras décadas do século XX? Como explicar o fato de que em algumas ocasiões os colaboradores dos jornais concordavam com o branqueamento da população negra e em outros momentos refutavam-no veemente?

Guimarães lança algumas luzes sobre essa questão aparentemente controversa. Para ele, a assimilação cultural europeia pelos intelectuais negros não se restringe a modesta reprodução da moral e da estética formulada no velho continente. Pelo contrário, esses sujeitos tidos como embranquecidos responsabilizaram-se por introduzir na cultura brasileira

[76] Cabelos à bébé. **Getulino**, Campinas, p.2, 04 nov. 1923.

“valores estéticos e ideias híbridas e mestiças, modificando a vida cultural nacional em direção a um estado em que eles e os meios de onde provieram pudessem se sentir mais confortáveis” (GUIMARÃES, 2003, p.81).

Tomando o caso acima como exemplo, pode-se dizer que a relativa assimilação dos valores morais europeus pelos negros foi proveniente do desejo de sentir-se melhor acomodado na sociedade brasileira e de construir uma autoimagem civilizada, imponente o suficiente para contrariar o discurso discriminatório que insistia em não considerar o negro como um ser sociável. Porém, existiam limites para esse processo. Mudar a aparência para se parecer com um branco era um deles. O branqueamento proposto pela elite intelectual negra não punham fim à identidade negra. Diferente disto, ela era reafirmada pelos dois jornais em ações que enalteciam a estética das pessoas negras. O desejado não era transformar negros em brancos, camuflando aspectos físicos, mas fazer com que a população negra entendesse a importância de agir de acordo com algumas normas sociais vangloriadas como atitudes de homens brancos.

Europeu, branco, civilizado, eram palavras que soavam bem na sociedade brasileira. Dentro das possibilidades, os intelectuais negros se aproximavam de tais conceitos, reinterpretando-os de acordo com as necessidades de seu grupo étnico-racial e elaborando reformulações que abrissem as portas para o novo mundo, livre e capitalista, sem que o negro deixasse de ser ele mesmo.

4.4 SOMOS O QUE QUEREMOS SER?: AS POSSIBILIDADES DE INTERAÇÃO DO *GETULINO* E *PROGRESSO* COM A POPULAÇÃO NEGRA.

De forma direta e enfática, o *Getulino* e o *Progresso* agiram de acordo com o compromisso que assumiram publicamente, trabalhando pela defesa dos interesses dos homens negros. Suas mensagens, críticas, sugestões, foram direcionadas especialmente para o grupo étnico-racial e buscaram orientar os leitores sobre os mais variados assuntos e acontecimentos.

Os jornais buscaram se transformar em veículos de comunicação e integração entre os negros. Sendo assim, o alcance atingido na propagação de suas ideias, as respostas que obtiveram dos leitores nas discussões levantadas, a abrangência e importância adquirida perante a comunidade, são aspectos relevantes para o estudo dos periódicos como um todo. Não apenas como meros publicadores de notícias e anúncios, mas considerando-os como

possíveis agentes sociais capazes de interferir na mentalidade dos leitores a ponto de induzirem suas manifestações.

Miranda (2005) produziu um levantamento estatístico sobre o *Getulino* apropriado para o momento. Segundo suas conclusões, cerca de 42% da população negra de Campinas tinha conhecimento da circulação do jornal. Mesmo que não fossem leitores assíduos do periódico, sabiam da existência do mesmo e poderiam lê-lo esporadicamente. Infelizmente, não dispomos de dados numéricos que permitam quantificar o coeficiente de leitores que conseguiam acessar o *Progresso*. Considerando que a tiragem de exemplares publicados era similar ao do jornal campineiro e a população da capital era maior do que o número de pessoas que viviam na cidade interiorana, podemos supor que o índice de obtenção da folha paulistana pelos negros pudesse ser menor em comparação ao alcançado pelo *Getulino*.

Tendo como parâmetro dados precisos ou especulativos, tudo leva a crer que somente uma minoria dos negros liam os periódicos, levando-se em conta, ainda, as altas taxas de analfabetismo que assolavam os brasileiros de modo geral no período[77]. Assim, é possível prognosticar que os dois exemplares da imprensa negra além de serem idealizados por componentes de uma elite intelectual negra, também eram lidos majoritariamente por membros desse grupo. Dadas as condições aparentes, aqueles que conseguissem entender os textos dos periódicos, refletir e interagir com estes já poderiam ser considerados intelectuais. Todavia, poucos eram os indivíduos capazes de gozar dessa situação, fato que restringia o círculo de abrangência da imprensa negra e a transformava em um espaço de diálogo limitado, reservado praticamente ao próprio segmento que a produzia.

Em tom de desalento, Lino Guedes depôs sobre o distanciamento que separava a intelectualidade ligada ao *Getulino* do restante da população negra de Campinas:

> Em vão curva-se o lavrador sobre a terra que rega com suor de seu rosto sob um sol ardente, em vão fornece o operário [*ilegível*] entre as paredes de uma oficina insalubre.
> A semente, que se supunha germinar rapidamente pela suposta excelência da terra em que caminha até agora ainda está no período de gestação; a terra é árida, a terra é péssima, é com mágoa que lhe afirmamos. É incalculável o pouco caso com que os homens pretos de Campinas recebem o *Getulino*. Envergonham-se de ler o órgão que defende os seus interesses, negando às vezes a sua raça infeliz que trabalhava ao sunir constante do chicote e ao tilintar dos ferros que simbolizam a escravidão.
> É cruel, é quase brutal a indiferença do meio pelas ideias sãs, pelas coisas aproveitáveis a coletividade e a pátria. Se amanhã o Getulino findasse, talvez alguns manifestassem sua tristeza, os outros sorriam, com esses sorrisos sutis e soberanos de quem pensamentos mais elevados, de quem não se ocupa do que é fútil, do que é tolo, do que é risível.

[77] Ver tabela 3(página 73).

> Não importa tudo isto, nova campanha vai ser iniciada, nova luta contra o indiferentismo dessa gente que já parece algemada e incapaz de progresso, que parece desconhecer por completo o que de belo e de sublime há no alfabeto.
> As vezes quer nos parecer que somos aquela *[ilegível*] esquecida, a beira do pântano, sobre o qual saltou um sapo tentando cobri-la com seu ventre preeminente, bradando que a detestava porque ela brilha.
> Não importa tudo isso, exaustos, na certeza que pregamos no deserto, exclamamos ainda como o cantor dos fatos. Vive em nós Deus; sua inspiração nos anima e nosso entusiasmo é uma emanação do espírito celeste.
> Nova luta se prepara, se desta vez não forem vitoriosos ideais pelos quais não poupamos esforços; vergonha sobre nós, homens pretos de Campinas, que não sabemos distinguir se isto presta ou não, sem que ninguém nos fale.
> Não falecem nos primeiros dias, as ideias são sementes mormentes quando são aprovadas pela mocidade que é forte sempre. Daqui destas colunas, meus irmãos de raça, eu vos insisto a que pensais profundamente no que não tendes meditado ligeiramente. E, meus irmãos concorrerá para a nação que deve haver entre os homens pretos não só daqui, como de todo o Brasil, alistando-vos sob a nossa bandeira que deixará ver a sacrossanta inscrição.
> Pela glória de Campinas é que viemos veemente nos batendo em prol da raça humilde e grandiosa a que pertencemos[78].

Segundo as lamentações apresentadas, o jornal não alcançou as expectativas em relação ao apoio popular. Por meio da matéria acima, o principal redator do semanário queixou-se publicamente da falta de consideração mostrada pelos negros em relação à folha.

Apesar da afirmação de que os pontos não seriam entregues, o depoimento revela que o *Getulino* não atingiu um patamar de cumplicidade suficiente para a realização de suas pretensões de mobilização social do grupo negro e, consequentemente, não foi capaz de interferir substancialmente no seu cotidiano. Logo, o jornal transformou-se em um ambiente público no qual a camada negra elitizada do interior de São Paulo pôde discutir seus anseios e posicionamentos sobre a sociedade brasileira, sem, contudo, obter uma resposta mais enfática da população negra menos privilegiada.

A mesma situação parece ter sido vivida pelo *Progresso*. Apesar de não trazer à tona nenhuma reclamação similar à encontrada no *Getulino*, o periódico também não apresentou manifestações eufóricas de apoio popular. As demonstrações de apreço recebidas foram provenientes de pessoas que aparentemente ocupavam o mesmo estrato social dos redatores e colaboradores. Pinto (1993, p.63) destaca que o número de militantes envolvidos com a imprensa negra paulista era baixo e, frequentemente, um mesmo grupo participava da elaboração de vários títulos, utilizando, inclusive, pseudônimos diferentes que geravam a falsa impressão de que a quantidade de colaboradores era maior do que se imaginava inicialmente. O mesmo parece ser o perfil dos jornais aqui estudados: alguns intelectuais negros que conversavam entre si, apegando-se à ideia de que falavam em nome e para a população negra,

[78] GUEDES, Lino. **Getulino**, Campinas, p.1 20 dez. 1924.

orientando-a para uma vida melhor, sem que grande parte dela, contudo, esboçasse reações favoráveis de conhecimento e respeitabilidade pelos periódicos.

Criados para atender interesses do grupo negro, o *Getulino* e o *Progresso*, assim como os demais títulos que circularam no período, parecem ter encontrado dificuldades para estabelecer laços com as camadas mais carentes da população negra. Tais dificuldades fizeram com que muitas opiniões e sugestões formuladas pela elite negra não encontrassem seu principal alvo e continuassem ecoando no próprio ambiente onde foram formuladas. Se aquilo que aparenta ser a principal finalidade dos jornais não conseguiu se concretizar no período, ao menos se estabeleceu um canal de ligação entre a intelectualidade negra que pode ser considerado um dos germens da organização social e política do grupo étnico-racial no Brasil após o fim da escravidão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa negra paulista teve uma produção significativa de periódicos desde o início do século XX. Em meio às dificuldades impostas a esse tipo de publicação, *Getulino* e *Progresso* conseguiram manter uma existência significativa em comparação com a vida breve da maioria das folhas que nasceram na mesma época.

Contando com a colaboração de pessoas de outros locais, o jornal campineiro foi um dos principais do interior do estado de São Paulo, além de ser reconhecido, também, na capital. O *Progresso*, por sua vez, também conquistou um espaço considerável dentre os títulos que circularam na cidade de São Paulo e tornou-se uma das principais referências quando o assunto é publicações elaboradas por negros.

Pelo indicado nas folhas, as situações vivenciadas pelos negros de ambos os municípios foi muito similar. Discriminação, desemprego, maus tratos de patrões, preferência por trabalhadores imigrantes, escolaridade baixa ou nula, falta de assessoria jurídica, repressão policial, dentre outros, são assuntos que se repetiram do início ao fim das publicações estudadas, revelando experiências em comum. A organização das cidades em questão certamente contribuiu para que isso acontecesse: populações formadas por grande contingente de egressos da escravidão, crescimento econômico acelerado, formação de polos industriais destacáveis para a época, pontos de chegada para pessoas vindas da zona rural, locais atrativos para migrantes e imigrantes em busca de trabalho, execução de reformas urbanísticas e formação de grandes bairros populares são algumas características que deram certa uniformidade para a capital e a municipalidade do interior.

Escritos por uma pequena intelectualidade negra, os periódicos incumbiram-se da tarefa de galgar maior inserção e representação social para a população negra. Para tal, elaboraram discursos que interagiam com os preceitos culturais, políticos, científicos e sociais do momento histórico, dialogando com as principais teorias e reinterpretando-as, muitas vezes, para a construção de suas argumentações em favor do grupo étnico-racial de onde surgiram.

Tomando-se como porta-vozes dos negros, os intelectuais envolvidos com o *Getulino* e o *Progresso* adotaram uma abordagem didática que levaria aos leitores parâmetros para a convivência em sociedade, diante da nova conjuntura emergente após o fim da escravidão e a proclamação da república. Discutiram, também, situações que desprivilegiaram os negros e combateram a discriminação pautada na cor da pele dos indivíduos, apegando-se a princípios jurídicos, religiosos e políticos que o próprio país afirmava seguir.

Direcionados para as populações de duas importantes cidades do estado de São Paulo, as folhas parecem não terem alcançado repercussão suficiente dentre seus pares, bem como diante os demais grupos, a ponto de interferirem substancialmente nas estruturas político-sociais que sustentavam o Brasil nas primeiras décadas do século XX. Todavia, as ações dos periódicos mostraram-se importantes por começarem a discutir problemáticas que ganharam maior atenção no transcorrer da última centúria, permitindo, inclusive, abordagens mais críticas sobre situações que se prolongam por nosso cotidiano.

Além disso, o grande mérito de jornais como os analisados foi proporcionar ao negro a oportunidade de "aparecer" de forma espontânea e autônoma, algo impraticável na grande imprensa da época, na qual prevaleciam estereótipos que moldavam representações negativas sobre esses indivíduos, veiculadas cotidianamente em textos sensacionalistas. Em algumas publicações alternativas direcionadas para outros grupos específicos da população brasileira, especialmente os imigrantes, a situação repetia-se. Motta (1986, p.81) é categórico ao afirmar que em determinados órgãos de colônias estrangeiras estabelecidas no país os negros também eram tratados pejorativamente, engrossando o coro discriminatório.

Ainda que aparentemente o *Getulino* e o *Progresso* não tenham alcançado demasiada circulação e abrangência social, é importante levar em conta o pioneirismo de suas ações. Em conjunto com outros exemplares, eles contribuíram para quebrar o silêncio que pairava sobre a população negra. As ambições político-sociais, as iniciativas artístico-culturais, a sociabilidade do grupo e os posicionamentos dos intelectuais sobre o mundo que os cercava puderam ser vislumbrados em espaços não reservados em outros veículos de comunicação.

Por meio de linguagens próprias, os jornais trabalharam na perspectiva de fortalecer um sentimento de identidade entre os negros, fazer com que se reconhecessem como membros de uma comunidade que possuía interesses específicos e que deveria se unir para realizá-los.

Por mais simples que possam parecer, tais iniciativas cooperaram substancialmente para a organização e representação social dos negros no estado de São Paulo, alicerçando uma ação política mais enfática destes a favor do respeito a preceitos constitucionais básicos, ainda não assegurados completamente.

Apoderando-se do conceito elaborado por Berstein (1998, p.350), a imprensa negra paulista auxiliou a criação de uma "cultura política" negra. Segundo o autor, o termo refere-se a um conjunto de experiências em comum vivenciadas por um determinado grupo que gera, ao longo do tempo, um sentimento de comunhão em favor de objetivos próprios e lança

perspectivas de sucesso futuro ao atingir, na esfera política, os anseios que deram início à conjunção destes indivíduos.

Deste modo, é possível afirmar que o *Getulino* e o *Progresso* cooperaram para a organização de uma cultura política entre negros que viviam na região em que estão localizadas as cidades de Campinas e São Paulo. Afinal, trabalharam com o intuito de uni-los e organizá-los na busca por melhores condições de vida e maior expressão social. Através do espaço criado pelas publicações, os leitores poderiam sentir-se representados e encontrarem um canal de comunicação expressa com os que partilhavam das mesmas experiências que eles. Inegavelmente, os periódicos contribuíram para a realização de diálogos entre os negros e funcionaram como órgãos de aglutinação e expressão pública dos seus variados anseios e iniciativas.

Em suma, os dois jornais, assim como toda a imprensa negra, foram agentes importantes para o desenvolvimento do processo de multiplicação das ideias e reivindicações dos negros no início do século XX. Tal processo perdurou e aprimorou-se com a criação de diversas organizações culturais que alcançaram destaque na sociedade brasileira e atingiu seu ápice com a abertura de espaço para o fortalecimento da atuação negra no âmbito político, demonstrada pela escolha de negros em eleições ocorridas ao longo do século XX e início do XXI em território nacional.

A proposta de tratar o material selecionado como objeto de estudo permitiu traçar algumas considerações sobre as estruturas e características da imprensa negra produzida em território paulista. Foi possível, dessa forma, ir além dos textos veiculados e discutir a materialidade das folhas, suas aproximações com outros segmentos da imprensa combativa e diferenciações básicas em relação às grandes publicações comercializadas pela indústria da comunicação e entretenimento. O cuidado em esquematizar essas delimitações favoreceu o entendimento de muitas questões debatidas nos periódicos, agregando o interior e exterior dos jornais como partes contínuas e inseparáveis.

O que se pôde notar é que o discurso construído inicialmente no *Getulino* manteve-se praticamente intacto no *Progresso*, revelando a convicção com que os participantes em comum às duas folhas discutiam suas ideias. Salvo algumas exceções, a metodologia para dirigir-se ao público leitor também seguiu linhas muito próximas de abordagem, transparecendo certa padronização, também encontrada em outros títulos que circularam no mesmo período.

Conclui-se, assim, que a posição ocupada pelo *Getulino* na periodização elaborada por Carvalho (2009) sobre a imprensa negra paulista é apropriada. Diferente do afirmado por

Ferrara (1986), a pesquisa desenvolvida encontrou elementos que inserem o jornal campineiro e o *Progresso* em um patamar de igualdade, pois ambos possuíram características combativas. A conceituação feita pela autora, abordando o *Getulino* como uma publicação que noticiava o cotidiano social da população negra e não apresentava maiores preocupações com a conscientização étnico-racial do grupo, se mostra equivocada.

Tão ou mais difícil do que desvendar as particularidades dos jornais foi levantar informações sobre seus redatores principais e demais colaboradores. Seguimos, então, um caminho iniciado anteriormente por outros estudiosos e tentamos colaborar para o aprofundamento das análises sobre esses sujeitos, cientes de que os debates sobre a intelectualidade negra não podem ser encerradas neste trabalho, tamanha a complexidade que envolve a questão.

Através da análise dos escritos deixados, foi possível perceber que a intelectualidade negra ligada aos periódicos interagia profundamente com as concepções ideológicas do momento, aceitando, refutando, internalizando ou recriando as ideias iniciais com o interesse primordial de assegurar a inclusão da população negra na sociedade brasileira. Tal observação só reforça a necessidade de questionar a imprensa negra de modo mais abrangente e desfocado unicamente dos jornais em si. Afinal, as conclusões oriundas desse trabalho mostram que, acima de tudo, as colocações feitas pelos intelectuais negros eram diálogos com o mundo que os cercava, ao tipo de organização política, cultural, econômica e social estabelecido no país.

Em palavras finais, cabe dizer que a imprensa negra deve ser interpretada como componente importante da história geral do Brasil, pois traz em seu conjunto temáticas variadas que, equivocadamente, são consideradas apenas assunto para quem se interessa pela trajetória dos negros nacionais. Mero engano.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Fernando Antonio. **Criminalidade e modernização em Campinas**: 1880 a 1930. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de.; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. **Dados:** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 677-704, 2002

_____. O homem delinquente e o social naturalizado: apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. **Teoria e Pesquisa**, n.47, jul./dez. 2005.

ANDREWS, George Reid**. Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Tradução Magda Lopes. Bauru: EDUSC, 1998.

ANANIAS, Mauricéia. **Propostas de educação popular em Campinas**: "as aulas noturnas". Cad. CEDES, Campinas, v. 20, n. 51, nov. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622000000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 nov. 2011. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622000000200005.

ARIAS NETO, José M.. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente:** da proclamação da República à Revolução de 1930. 2. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. –(O Brasil Republicano; v.1).

AZEVEDO, Leny Cristina S. S.; PINHEIRO, Ana Regina. **Criação da escola de formação de professores**: imprensa e afirmação de uma cultura escolar (Campinas, 1901-1903). Cad. CEDES, Campinas, v. 31, n. 83, abr. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622011000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 nov. 2011. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622011000100002.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e técnica**: história da imprensa brasileira. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BALCÃO, Lier Ferreira. **A cidade das reclamações:** moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900-1913). Dissertação (mestrado em História)– Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mercado de trabalho antes de 1930**: emprego e "desemprego" na cidade de São Paulo. Novos estudos. - CEBRAP, São Paulo, n. 80, mar. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 nov. 2011. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002008000100007.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BASTIDE, Roger. **A imprensa negra do Estado de São Paulo**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras. Boletim CXXI. Sociologia nº2. Estudos Afro-brasileiros, 2ª série, 1951.

_____. **A imprensa negra do Estado de São Paulo**. In: Estudos Afro-Brasileiros. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Brancos e negros em São Paulo:** ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 2. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1959.

BATISTA, Lívia Maria. **Negro suspeito, negro bandido**: um estudo sobre o discurso policial. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

BEIRED, José Luís Bendicho. A Função Social dos Intelectuais. In: AGGIO, Alberto (org). **Gramsci**: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Prismas). p. 121-132.

BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro**: olhares sobre São Paulo. São Paulo: EDUC: Editora UNESP, 1998.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-Françoise. **Para uma História Cultural**. Trad. Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998.

BIZZO, Nelio Marco Vincenzo. **Eugenia:** quando a biologia faz falta ao cidadão. Caderno de Pesquisas**.** São Paulo, n. 92, fev. 1995. Disponível em

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015741995000100004&lng=es&nrm=iso>. acessos em 22 agosto 2012.

BOLSANELLO, Maria Augusta. **Darwinismo Social, Eugenia e Racismo Científico**: sua representação na sociedade e na educação brasileiras. Educar em Revista. Curitiba: Editora da UFPR, nº12, 1996. p. 45-66.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino:** imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo". São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

CARDOSO. Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CARDOSO. Paulino de Jesus Francisco. **A luta contra a apatia**: estudos sobre a instituição histórica do movimento negro antirracista em São Paulo (1915-1931). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1993.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937:** características, mudanças e permanências. Dissertação (Mestrado em História Social)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CORREIA LEITE, José. **E disse o velho militante José Correia Leite**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos.4. ed.São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CRESPO, Jorge. **A história do corpo**. Lisboa: Difusão Editorial, 1990.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, n.18, 1989. p.125-146.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. "Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição". In: **Quase cidadão:** histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de Brancura**: política social e racial no Brasil (1917-1945). Tradução Cláudia Sant´Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. **A Nova Abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

_____. Lino Guedes: de filho de ex-escravo à "elite de cor". **Afro-Ásia**, Salvador, n.41, p.133-166, 2010.

_____. **Uma História não contada:** negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Editora Senac, 2005.

EISENBERG, Peter. **Homens Esquecidos**. Campinas: Editora Unicamp, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1965.

FERRARA, Mirian Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963).** São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

FERREIRA, Antonio Celso. **A Epopeia Paulista**: imaginação literária e invenção histórica (1870-1940). Tese (Livre docência em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 1999.

GARCIA, Marinalda. **Os arcanos da cidadania**: a imprensa negra paulistana nos primórdios do século XX. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Intelectuais negros e formas de integração nacional. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol.18, n.50, 2004, p.271-284.

_____. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. **Afro-Ásia**. Salvador, n.29, 2003, p. 247-269.

_____. **Preconceito Racial**: modo, temas e tempos. São Paulo: Cortez, 1998.

HOHLFELFT, Antonio. "Perspectivas e desafios para compor uma história da imprensa: o que o pesquisador precisa saber e a que se deve dispor". In LOSNAK, Célio José; VICENTE, Maximiliano Martin (orgs). **Imprensa e sociedade brasileira**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: Café e sociedade em São Paulo, 1886 1934. Tradução de Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Características étnico-raciais da população: um** estudo das categorias de classificação de cor ou raça em 2008. Rio de Janeiro, 2011.

LAHUERTA, Milton. "Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização". In DE LOURENZO, Helena; COSTA, Wilma Peres (orgs). **A década de 20 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

LARA, Silvia H. **Campos da Violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. **Beleza e ascensão social na imprensa negra paulistana (1920-1940)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCINDO, Willian Robson Soares. **Educação no pós-abolição**: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes. Dissertação (Mestrado em História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LUZ, Therezinha Madel. **Natural, racional e social**: razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. **População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930**. Dissertação (Mestrado em História Social)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MACIEL, Cléber da Silva. **Discriminações raciais:** negros em Campinas (1888-1926). Campinas: Editora da UNICAMP, 1987.

MAHL, Marcelo Lapuente. **Teorias raciais e interpretação histórica** – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1894-1940). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2001.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. – (História da vida privada no Brasil; 3).

MARQUES, José Geraldo. **Imprensa e resistência negra:** o projeto integracionista em discursos do *Getulino*. Tese (Doutorado em História)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Marcos Francisco. **Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosóficas, educativo-cultural e política**. Pro-Posições Campinas, v. 22,Â n. 3,set a dez. 2011 .Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373072011000300010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 maio 2012. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072011000300010.

MARTINS JUNIOR, Carlos. Normas sexuais e exclusão social: o direito penal e os padrões de honra e honestidade feminina no Brasil da Belle Èpoque. In: PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (orgs). **Mulheres e famílias no Brasil.** Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.p.37-54.

MATTOS, Hebe M. **Das cores do Silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MELLO, Marina Pereira de Almeida**. O ressurgir das cinzas – Negros paulistas no pós-abolição**: identidade e alteridade na imprensa negra paulista (1915-1923). Dissertação (Mestrado em História Econômica) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MIRANDA, Rodrigo. **Um caminho de suor e letras**: a militância negra em Campinas e a construção de uma comunidade imaginada nas páginas do Getulino (Campinas, 1923-1926). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MOTTA, Ubirajara Damaceno da. **Jornegro**: um projeto de comunicação afro-brasileira. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, 1986.

MOURA, Clóvis. "A imprensa negra em São Paulo". In: **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1998, p. 204-217. (Série Fundamentos, 34).

NAGLE, Jorge. "A Educação na Primeira República"**.** In FAUSTO, Boris (org). **O Brasil Republicano**. Tomo III. Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL, 1977.

NAXARA, Márcia R. C. **Estrangeiro em sua própria terra** – representação do brasileiro: 1870 – 1920. São Paulo: Annablume, 1998.

NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para XX”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente:** da proclamação da República à Revolução de 1930. 2. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. –(O Brasil Republicano; v.1).

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Questão nacional na Primeira República. In: DE LOURENZO, Helena; COSTA, Wilma Peres (orgs). **A década de 20 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

PEREIRA, José Galdino. “Colégio São Benedito: a escola na construção da cidadania”. In: Nascimento, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do Nascimento [et AL.]. **Memórias da Educação**: Campinas (1850-1960). Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Memória – Unicamp, 1999. (Coleção Campiniana, nº 20). p. 275-310.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta:** a imprensa negra no século XIX (1833-1899)**.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PINTO, Regina Pahin. **O movimento negro em São Paulo**: luta e identidade. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

RAMOS, Arthur. **As culturas negras no novo mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente:** da proclamação da República à Revolução de 1930. 2. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. – (O Brasil Republicano; v.1)

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. “O mercado de trabalho na cidade de São Paulo nos anos vinte”. In: SILVA, S.; SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). **História Econômica da Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Hucitec\ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica\ Editora da Universidade de São Paulo\ Imprensa Oficial, 2002.

RIBEIRO,Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. – (Coleção memória da educação).

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. **Memórias do Cativeiro:** família, trabalho e cidadania no pós-abolição**.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RODRIGUES, Cristiane. **A construção social do vadio e o crime de vadiagem (1886-1906)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SALVETTI, Xenia Miranda. **Imprensa e publicidade na São Paulo dos anos 20**: quotidiano das mulheres pobres. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano.** São Paulo e pobreza: 1890-1915. 2.ed. São Paulo: Annablume (FAPESP), 2003.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da história**. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, Pedro de Souza. **Cidadania e educação dos negros através da imprensa negra em São Paulo (1915-1937).** Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de São Francisco, Itatiba, 2007.

SEYFERTH, Giralda. "Imigração, ocupação territorial e cidadania: o vale do Itajaí ea política de colonização na Primeira República"**.** In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da GOMES, Flávio dos Santos (orgs). **Quase cidadão:** histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 79-118.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na primeira república**: memória, história e perspectivas de pesquisa. Tempo, Niterói, v.13, n.26, 2009. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042009000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 nov. 2011. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042009000100003.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Quando a desigualdade é diferença: reflexões sobre Antropologia Criminal e Mestiçagem na obra de Nina Rodrigues. **Gazeta Médica da Bahia**, Salvador, v. 76, p. 47-53, dez. 2006.

_____. **Retrato em branco e negro:** jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**.** São Paulo, Cia das Letras, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República**.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SILVA,José Carlos Gomes da. **Os sub urbanos e a outra face da cidade**. Negros em São Paulo: cotidiano, lazer e cidadania, 1900-1930. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SKIDMORE, Tomas E. **Preto no Branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2. ed. Tradução Raul De Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Geraldo Antonio. **Gilberto Freyre, historiador da cultura**. Afro-Ásia, Salvador, nº27, 2002. p. 223-248.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros:** identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Rosa Fátima de. "A difusão da escola primária em Campinas". In: NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do [et AL.]. **Memórias da Educação**: Campinas (1850-1960). Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Memória – Unicamp, 1999. (Coleção Campiniana, nº 20). p. 103- 144.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente:** da

proclamação da República à Revolução de 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. – (O Brasil Republicano; v.1)

VERSIANI, Flávio Rabelo. “Escravos, Homens Livres e Imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920”. In: SILVA, S.; SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). **História Econômica da Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Hucitec\ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica\ Editora da Universidade de São Paulo\ Imprensa Oficial, 2002.

WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma liberdade possível. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**: república da Belle Époque à era do rádio. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.